

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE
TECNOLOGIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO**

FABRÍCIO DE FRANCISCO LINARDI

**ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO
URBANA: CASO DA CIDADE DE SOROCABA**

**CAMPINAS
2012**

FABRÍCIO DE FRANCISCO LINARDI

**ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO
URBANA: CASO DA CIDADE DE SOROCABA.**

Dissertação apresentada como exigência para obtenção do título de mestre em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia – CEATEC, da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Júnior
Linha de Pesquisa: Requalificação Urbana.

**PUC-CAMPINAS
2012**

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas e
Informação - SBI - PUC-Campinas

t711.4
L735e

Linardi, Fabrício de Francisco.
Estratégias e ações de requalificação urbana: caso da cidade de Sorocaba / Fabrício de Francisco Linardi. - Campinas: PUC-Campinas, 2012.
135p.

Orientador: Wilson Ribeiro dos Santos Júnior.
Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pós-Graduação em Urbanismo.
Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Cidades e vilas. 3. Espaços públicos. 4. Planejamento estratégico. I. Santos Júnior, Wilson Ribeiro dos. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias. Pós-Graduação em Urbanismo. III. Título.

22.ed. CDD – t711.4

FABRÍCIO DE FRANCISCO LINARDI

**"ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO
URBANA: CASO DA CIDADE DE SOROCABA"**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

Dissertação defendida e aprovada em 04 de dezembro de 2012 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior
Orientador da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Leandro Silva Medrano
Universidade Estadual de Campinas



Prof. Dr. Tomás Antonio Moreira
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

À minha família,
meu pai Fábio pelos ensinamentos sobre equilíbrio e conquistas,
minha mãe Fátima, pelas lições de seu enorme coração,
meu irmão Felipe e sua esposa Tatiana pelo companheirismo,
e minha esposa Kátia por seu amor.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Júnior, pela pessoa extremamente otimista, pela perseverança e entusiasmo com que conduziu as orientações;

Aos Profs. Dr. Denio Munia Benfatti, Dra. Ivone Salgado, Dra. Jane Victal Ferreira, Dr. Jonathas Magalhães Pereira da Silva, Dra. Laura Machado de Mello Bueno, Dr. Luiz Augusto Maia Costa, Dr. Manoel Lemes da Silva Neto, Dra. Maria Cristina Schichi, Dr. Tomás Antonio Moreira, pelo estímulo enquanto professores e pelas lições enquanto amigos;

Ao Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga e Dra. Maria Cristina Schichi, pelo auxílio na introdução da vida acadêmica;

À secretaria de pós-graduação em urbanismo e os demais departamentos que foram fundamentais na elaboração da pesquisa, assim como todos os seus funcionários;

À CAPES e ao Programa de Mestrado em Urbanismo da PUC-Campinas, pelo incentivo na realização da pesquisa;

A todos aqueles que colaboraram e apoiaram de alguma forma o desenvolvimento do trabalho.

Muito Obrigado!

RESUMO

LINARDI, Fabrício de Francisco. *Estratégias e ações de requalificação urbana: o caso da cidade de Sorocaba*. 2012. 135f. Dissertação (Mestrado em urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Centro de Exatas, Ambientais e de Tecnologias, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

Dentre os modelos contemporâneos de gestão urbana, o urbanismo vinculado ao planejamento estratégico e baseado na implantação de projetos urbanos tem sido um paradigma para as cidades que buscam se destacar competitivamente no contexto urbano contemporâneo. Este trabalho procura analisar se as atuais diretrizes de planejamento estratégico da cidade de Sorocaba, comprometidas com a construção de uma nova imagem para a cidade, contribuem para a ampliação da esfera pública em direção a uma cidade mais democrática, acessível e saudável. Serão apresentados, como fundamentação da pesquisa, exemplos de requalificação urbana baseados neste conceito como os casos de Barcelona, a partir da década de 80 servindo de exemplo bem sucedido do uso do planejamento estratégico na gestão de cidades; o caso de Curitiba, que realizou uma reestruturação urbana através de um programa de mobilidade; e de Bogotá, que promoveu uma requalificação urbana pautada em ações de mobilidade e da ampliação da cidadania em busca do desenvolvimento social da cidade por meio da implantação de uma rede de bibliotecas. Sorocaba, cidade média inserida na dinâmica metropolitana mais complexa do país – a megalópole do sudeste brasileiro – constitui o objeto de estudo da pesquisa e será discutida a partir das diretrizes estratégicas e dos programas de políticas públicas do poder público municipal, cujas determinações deram origem aos projetos urbanos construídos na cidade. Como discussão, serão apontadas questões relevantes do trabalho a fim de ampliar o conhecimento do urbanismo na direção da construção da cidade democrática através do uso de planejamento estratégico.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Planejamento estratégico. Projeto urbano. Urbanismo. Sorocaba.

ABSTRACT

LINARDI, Fabrício de Francisco. *Strategies and actions of urban re-qualification : Case of Sorocaba city*. 2012. 135f. Dissertação (Urban Master) – Pos-graduation in Urban Program – Center of Exacts, Environment and Technologies, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

Among the contemporary models of urban management, the urbanism linked to strategic planning and based on implementation of urban projects has been a paradigm for cities that seek to stand out competitively in the contemporary urban context. This study analyzes whether current guidelines for strategic planning of the city of Sorocaba, compromized to building a new image for the city, contribute to the increase of the public sphere toward a more democratic, affordable and healthy city. In this research it will be presented examples of urban renewal based on the concept like the cases of Barcelona in the 80's decade as an example of successful strategic planning use in the management of cities. The case of Curitiba, held an urban restructuring through a mobility program and Bogotá, which promoted an urban renewal guided in actions of mobility and expansion of citizenship in search of social development of the city through the introduction of a libraries network. Sorocaba, medium city inserted in the most complex metropolitan dynamic of the country - the southeastern Brazilian megalopolis - is the object study of the research and will be discussed from the strategic guidelines and public policy programs of the municipal government, whose determinations have given rise to urban projects built in the city. As discussion, it will be pointed relevant questions in order to increase the knowledge of urban planning towards of the construction of a democratic city through the use of strategic planning.

Keywords: *Urban Planning. Strategic Planning. Urban Project. Urbanism. Sorocaba.*

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mancha urbana de Sorocaba.	60
Mapa 2 - Estado de São Paulo. Proposta da Região Metropolitana de Sorocaba.	68
Mapa 3 - Estado de São Paulo. Proposta do Aglomerado Urbano de Sorocaba.	69
Mapa 4 – Índice paulista de vulnerabilidade social: município de Sorocaba, 2000.	83
Mapa 5 - Sorocaba - Vetor de expansão.	85
Mapa 6 - Projetos Urbanos - Cidade do Futuro.	94
Mapa 7 - Projetos Urbanos - Cidade Educadora.	100
Mapa 8 - Projetos Urbanos - Cidade Saudável.	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População de Bogotá.	45
Tabela 2 - População do município de Sorocaba.	61
Tabela 3 - Alterações dos perímetros urbano e rural.	64
Tabela 4 – Dados do Município de Sorocaba.	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista dos planos de desenvolvimento para Bogotá.	47
Quadro 2 - Movimento municipalista: redes de cidades.	119

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Áreas de novas centralidades nas transformação urbanas de Barcelona de 1992.....	33
Figura 2 - Orla da praia no Porto Olímpico em Barcelona.	34
Figura 3 – Área do Projeto 22@ em Barcelona.....	36
Figura 4 – Instalações do Fórum de Barcelona. BCN 22@.	37
Figura 5 - Sistema trinário de vias em Curitiba.	40
Figura 6 - Evolução da malha viária de Curitiba.	41
Figura 7 - Estações tudo com embarque em nível. Curitiba.	42
Figura 8 - 'Farol do Saber' Emílio de Menezes. Curitiba.	43
Figura 9 - Estações do 'Transmilênio'. Colômbia.....	49
Figura 10 - Rede de vias do 'Transmilênio'.....	50
Figura 11 - Rede de bibliotecas públicas 'Bibloed'. Bogotá.	52
Figura 12 – Vista geral da biblioteca Virgílio Barco, Bogotá.	54
Figura 13 - Vista interna da biblioteca Virgílio Barco, Bogotá.	54
Figura 14 - Implantação da biblioteca Virgílio Barco, Bogotá.....	55
Figura 15 - Áreas Macrometrópole: Infraestrutura viária e aeroportuária.....	65
Figura 16 - Macrometrópole Paulista.....	70
Figura 17 - Sorocaba - Vista aérea atual, década de 2010.....	82
Figura 18 - Parque tecnológico de Sorocaba.....	87
Figura 19 - Ilustração - 'Sorocaba Total'.....	89
Figura 20 - Divulgação dos três complexos viários do 'Sorocaba Total'.....	90
Figura 21 - Divulgação das linhas de BRT para Sorocaba.	91

Figura 22 - Integração entre sistemas de transporte (ônibus e bicicletas) e 'Casa do Cidadão'.....	92
Figura 23 - Ilustração - 'Casa do Cidadão'.....	93
Figura 24 - Ilustração - 'Sabe Tudo'.....	99
Figura 25 - Ilustração - 'Oficina do Saber'.....	102
Figura 26 – Ilustração – 'Vai e Vem'.	103
Figura 27 – Ilustração – 'Parques Municipais'.....	108
Figura 28 - 'Parques Municipais' como contenção de águas pluviais.....	108
Figura 29 - Ciclovias construídas no princípio do programa, exemplos com critério de construção.	112
Figura 30 - Ciclovias construídas recentemente, exemplos com pouco critério de construção.	112
Figura 31 - Divulgação do mapa cicloviário de Sorocaba.	112
Figura 32 - Ilustração - 'Ciclovias'.....	113
Figura 33 - Ilustração - 'IntegraBike'.	114
Figura 34 - Ilustração - 'Via Viva'.	115
Figura 35 - Suposta integração entre as diretrizes: Cidade do Futuro, Cidade Educadora e Cidade Saudável.....	122

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Sigla	Descrição
OMA	= Office for Metropolitan Architecture.
EUA	= Estados Unidos da América.
URSS	= União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
CIDEU	= Centro Iberoamericano de Desenvolvimento Estratégico Urbano.
IPPUC	= Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba.
RIT	= Rede Integrada de Transportes.
VLP	= Veículo Leve sobre Pneus.
BRT	= Bus Rapid Transit.
LRV	= Light Rail Vehicle.
SIBRT	= Asociación Latino-americana de Sistemas Integrados y BRT.
ELN	= Exército de Libertação Nacional da Colômbia.
FARC	= Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.
POT	= Planes de Ordenamiento Territorial.
DANE	= Departamento Administrativo Nacional de Estadística. Colômbia.
PND	= Plano Nacional de Desenvolvimento.
URBES	= Empresa de Desenvolvimento Urbano e Social de Sorocaba.
SAAE	= Serviço Autônomo da Água e Esgoto.
CPFL	= Companhia Paulista de Força e Luz
IPTU	= Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.
OAB/SP	= Ordem dos Advogados do Brasil / Estado de São Paulo.
PL	= Projeto de Lei.
RM	= Região Metropolitana.
AU	= Aglomerado Urbano.
EMPLASA	= Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano.
SEADE	= Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados.
IGC	= Instituto Geográfico e Cartográfico do Estado de São Paulo.
ALESP	= Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
NUPLAN	= Núcleo de Planejamento Urbano.
CONSAD	= Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração.
MEGP	= Modelo de Excelência em Gestão Pública.
SEGEP	= Secretaria de Gestão Pública.
GesPública	= Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização.

PPA	=	Plano Pluri-Anual
S.W.O.T.	=	Strengths, Weaknesses, Opportunities and threats.
F.O.F.A	=	Forças, Oportunidades, Fraquezas, Ameaças.
GUT	=	Gravidade, Urgência, Tendência.
COSEMES	=	Conselho de Secretários de Saúde do Estado de São Paulo.
CEPEDOC	=	Centro de Pesquisas e Documentação sobre Cidades Saudáveis.
OPAS	=	Organização Pan-Americana de Saúde.
OMS	=	Organização Mundial da Saúde.
IBGE	=	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IPC	=	Índice de Potencial de Consumo.
PTS	=	Parque Tecnológico de Sorocaba.
EMPT	=	Empresa Municipal Parque Tecnológico de Sorocaba.
PAC	=	Programa de Aceleração do Crescimento.
AICE	=	Associação Internacional das Cidades Educadoras.
UNESCO	=	Organização das Nações Unidas.
CONASEMS	=	Conselho de Secretários Municipais de Saúde.
ESP-CE	=	Escola de Saúde Pública do Ceará.
RMPS	=	Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis.
RCS	=	Rede de Comunidades Saudáveis.
RPMS	=	Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis.
PMS	=	Programa Metrôpoles Saudáveis.
SERTTEL	=	Empresa responsável pelo Sistema de Bicicletas Públicas Samba.
UPH	=	Unidade Pré-Hospitalar de Sorocaba.
PEESB	=	<i>Plan Estratégic Economic i Social de Barcelona.</i>
ANC	=	<i>Áreas de nueva Centralidad.</i>
RIT	=	Rede Integrada de Transportes de Curitiba.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	18
2.1. Acerca da metrópole contemporânea	18
2.2. Sobre o conceito de planejamento estratégico.....	23
2.3. Sobre o resgate dos espaços públicos nas ações de requalificação urbana.....	26
3. EXPERIÊNCIAS RELEVANTES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA.....	30
3.1. Barcelona: o planejamento estratégico para as Olimpíadas de 1992.....	30
3.2. Curitiba: IPPUC e projetos urbanos de mobilidade e cultura.....	38
3.3. Bogotá: planejamento estratégico e projetos urbanos.....	45
4. SOROCABA: UM ESTUDO DE CASO ATUAL.....	58
4.1. Sorocaba: do comércio tropeiro à Manchester Paulista	58
4.2. Sorocaba: a trajetória da regulação urbanística municipal	61
4.3. Sorocaba: cidade polo regional ou metrópole?	64
4.3.1. Proposta de criação da ‘Região Metropolitana’ (RM) de Sorocaba.....	67
4.3.2. Proposta de criação do ‘Aglomerado Urbano’ (AU) de Sorocaba	68
4.3.3. Ações de interação com o contexto regional	71
5. ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA EM SOROCABA..	73
5.1. O GesPública e o ‘Modelo de Excelência em Gestão Pública’ (MEGP)	73
5.2. O planejamento estratégico e a reestruturação da gestão urbana em Sorocaba .	76
5.3. A realidade de Sorocaba na década de 2010	81
5.4. Diretrizes estratégicas e projetos urbanos	86

5.4.1. A diretriz estratégica 'Cidade do Futuro'	86
5.4.1.1. Programa de política pública 'Parque Tecnológico'	87
5.4.1.2. Programa de política pública 'Sorocaba Total'	88
5.4.1.3. Programa de política pública 'Casa do Cidadão'	91
5.4.2. A diretriz estratégica 'Cidade Educadora'	95
5.4.2.1. Programa de política pública 'Sabe Tudo'	98
5.4.2.2. Programa de política pública 'Oficina do Saber'	101
5.4.2.3. Programa de política pública 'Vai e Vem'	102
5.4.3. A diretriz estratégica 'Cidade Saudável'	103
5.4.3.1. Programa de política pública 'Parques Municipais'	106
5.4.3.2. Programa de política pública 'Ciclovias'	111
5.4.3.3. Programa de política pública 'Via Viva'	114
6. REFLEXÕES ATUAIS SOBRE O ESTUDO DE CASO	116
7. CONCLUSÃO	124
8. REFERÊNCIAS	127

1. INTRODUÇÃO

Sorocaba, cidade média de pouco mais de 580.000 habitantes do interior paulista, começou a utilizar o conceito de planejamento estratégico como modelo de gestão pública a partir de 2005 e vem, desde então, adaptando estes instrumentos à realidade do município.

O uso deste tipo de planejamento tem como objetivo determinar diretrizes estratégicas de governo a serem desenvolvidas por programas ou focos de ações que, por sua vez, exprimem as intenções estratégicas por meio, dentre outras iniciativas, da elaboração e implantação de projetos urbanos coerentes com as determinações do planejamento do município. De forma geral, diversos fatores confluem para a coesão entre os projetos urbanos e as intenções estratégicas, dentre os quais se destaca o papel do projeto de arquitetura e urbanismo enquanto elemento capaz de proporcionar maior acessibilidade e inclusão social, tornando-se desta forma uma ferramenta pedagógica que permite ampliar a esfera da vida pública nas cidades.

O modelo de planejamento estratégico vem sendo utilizado em importantes metrópoles e cidades com características metropolitanas nas últimas décadas como uma resposta à ineficiência do modelo de gestão tradicional. Enquanto este se apresentava como plano diretor normativo, rígido e duradouro, com normas pré-estabelecidas e autoritárias, de difícil adequação com as transformações históricas, o novo modelo insere a ideia de uma gestão flexível por pressupor a negociação entre os agentes que produzem o espaço urbano, isto é, a discussão e as decisões do planejamento estratégico acontecem ao longo do processo de planejamento, podendo seguir diferentes orientações conforme são apresentadas novas alternativas.

O uso deste novo modelo de planejamento em uma cidade média como Sorocaba se tornou uma alternativa para a realidade urbana brasileira. Portanto, estudar o caso sorocabano é ampliar a compreensão do uso deste novo instrumento na perspectiva de contribuir para a discussão sobre os desafios colocados para a gestão urbana atual das cidades médias brasileiras.

Nesse sentido, o presente trabalho procura lançar luz sobre o caso de Sorocaba com o objetivo de esclarecer de que maneira, a partir do uso de

planejamento estratégico, seria possível promover espaços urbanos voltados para uma cidade mais democrática. Além dos objetivos do uso de planejamento estratégico relacionado ao desenvolvimento econômico, como a busca de recursos no mercado internacional de capitais a curto e médio prazo, espera-se que este instrumento de gestão urbana também contribua para a ampliação da esfera da vida pública e promova a qualidade de vida no meio urbano. Para tanto, compreender o uso destes instrumentos no caso de Sorocaba implica no esclarecimento de algumas questões conceituais de planejamento estratégico e dos projetos urbanos derivados a ele.

Em um primeiro momento do trabalho, busca-se uma compreensão sobre os conceitos e as formas de gestão das metrópoles contemporâneas, criando um embasamento teórico que sirva de pano de fundo do trabalho. Serão abordados no primeiro capítulo teorias acerca do surgimento do planejamento estratégico de cidades, assim como serão apresentados aspectos teóricos sobre o estado atual da discussão sobre o mesmo e o modo de funcionamento desta tecnologia na gestão pública contemporânea.

Em um segundo momento, com o intuito de fundamentar o estudo sobre Sorocaba, serão apresentados casos de cidades que fizeram uso de planejamento estratégico e que serviram de base na construção do planejamento sorocabano. Especificamente serão abordados os casos de Barcelona na Espanha, por ser considerado o marco histórico internacional do uso deste tipo de planejamento; Curitiba por apresentar práticas similares sem o devido uso da nomenclatura estratégica como será visto adiante; e Bogotá, capital colombiana, que vem se desenvolvendo socialmente a partir do uso de planejamento estratégico e tem se destacado como um exemplo latino-americano, cujas ações urbanas visam ao aumento da qualidade de vida na cidade.

Ao tratar de cidades que fazem ou fizeram uso do planejamento estratégico, é possível perceber a formação de redes de influência no que diz respeito à transferência da tecnologia de gestão estratégica. Pode-se dizer que o princípio destas redes teve origem na experiência de Barcelona, porém não seguiu um trajeto linear ao longo do tempo. Em cada nova experiência de implantação do modelo, observam-se interferências de outras ações já realizadas que são absorvidas e posteriormente introjetadas nas futuras aplicações. Isto será visto mais claramente ao observarmos que na capital colombiana houve tanto

uma influência direta de Barcelona, como também uma referência vinda de Curitiba no que diz respeito ao programa de mobilidade.

A cidade de Sorocaba, que é o objeto de estudo, será introduzida a partir de uma breve retomada histórica, buscando apresentar pontos importantes do urbanismo sorocabano, com foco nos planos de regulação urbanística e nas legislações que abordam a realidade regional da cidade.

Em seguida, serão apresentadas as estratégias e ações da gestão de 2005 – 2012 em Sorocaba, quando é introduzido o uso de planejamento estratégico na administração pública. O modelo é implantado na cidade por influência de organizações externas, assim como em outras localidades. No caso sorocabano, o planejamento estratégico está apoiado na iniciativa do Governo Federal para melhorar o serviço público do País e na rede internacional das Cidades Educadoras, da qual Sorocaba é cidade membro.

Uma vez apresentadas as diretrizes estratégicas e os conteúdos dos programas de políticas públicas, os quais resultaram em projetos urbanos em Sorocaba, será feita uma discussão em torno do planejamento estratégico implantado na cidade e como o conhecimento sobre este tipo de planejamento pode servir para colaborar em futuras aplicações deste instrumento.

O conhecimento desta nova abordagem da gestão pública se torna fundamental para que se consiga converter políticas públicas em qualidade de vida para a população.

2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Busca-se neste item uma abordagem conceitual de termos chaves para a compreensão da pesquisa e para servir de embasamento teórico e argumentação do trabalho frente ao que vem sendo discutido por outros pesquisadores.

Assim, serão desenvolvidos alguns conceitos que embasam a discussão de questões sobre globalização, cidade contemporânea, planejamento estratégico e espaços públicos urbanos como elementos chaves para a discussão do tema. É importante esclarecer que como são todos temas complexos e amplos para serem abordados com profundidade em uma introdução de dissertação de mestrado, não se pretende aqui esgotá-los e nem apresentar novas interpretações sobre cada um dos termos. O que se propõe é uma revisão teórica dos autores que trataram do tema que contribua para elucidar o propósito da dissertação.

2.1. Acerca da metrópole contemporânea

Vários autores de diversas áreas do saber escreveram sobre o fenômeno da globalização. Seja na geografia, na sociologia, no urbanismo ou na história, a globalização não é um fenômeno novo, porém a globalização que nos interessa é a que se observa a partir do fim da Guerra Fria e da queda do muro de Berlim em 1989. Isto é, a partir da abertura do mercado global e do fim da visão dualista do mundo a da afirmação de uma visão hegemônica capitalista que determina que a conquista de mercados globais e o acúmulo de capital são as palavras de ordem deste mundo novo. Porém, muitos autores de diferentes áreas se aproximam da ideia de que se trata de um fenômeno socialmente perverso.

Eric Hobsbawm, historiador, crítico do imperialismo americano coloca em seu livro *Globalização, Democracia e Terrorismo* que:

A globalização produz, pela sua própria natureza, crescimento desequilibrados e assimétricos. Isso também põe em destaque a contradição entre os aspectos da vida contemporânea que estão sujeitos à globalização e às pressões da padronização global – a ciência, a tecnologia, a economia, várias infra-estruturas técnicas e, em menor medida, as instituições culturais – e os que não estão sujeitos a ela, principalmente o Estado e a política (HOBBSBAUM, 2007, p.43).

Afirma também que a fase atual do desenvolvimento capitalista globalizado está afetando a liberdade democrática, de forma a provocar sérias implicações na democracia liberal tal como é atualmente entendida. Hobsbawm (2007) reitera que a partir da década de 1970 há um enfraquecimento do poder do Estado e uma prática de um *laissez-faire* ultra-radical, que critica o Estado e sustenta que seu papel tem de ser reduzido a qualquer preço. Segundo ele:

Essa linha argumenta, mais por convicção teórica do que por evidência histórica, que todo e qualquer serviço que as autoridades públicas podem proporcionar ou são indesejáveis ou podem ser fornecidos pelo “mercado” de maneira melhor, mais eficiente e mais barata. Desde então, a substituição dos serviços públicos (e, aliás, também os serviços cooperativos) por serviços privados ou privatizados tem sido maciça. [...]. E, evidentemente, o *modus operandi* da empresa privada com fim lucrativo tornou-se o modelo ao qual até o governo aspira. Na medida em que isso acontece, o Estado tende a confiar nos mecanismos econômicos privados para substituir a mobilização ativa e passiva dos seus cidadãos (HOBBSBAUM, 2007, p.105).

Porém, o historiador não nega que a prática de transferência de ações públicas para o mercado tenha trazido resultados satisfatórios, mas problematiza não o resultado, mas sim a mudança ideológica que está em jogo por meio da aniquilação do poder do estado:

Ao mesmo tempo, não se pode negar que, nos países ricos do mundo, os triunfos extraordinários da economia põem à disposição da maioria dos consumidores mais do que o governo ou qualquer ação coletiva jamais prometeu ou propiciou em tempos menos ricos. Mas aí está precisamente o problema. O ideal da soberania do mercado não é um complemento à democracia liberal, e sim uma alternativa a ela. É, na verdade, uma alternativa a todos os tipos de política, pois nega a necessidade de decisões políticas, que são justamente aquelas relativas aos interesses comuns ou grupais que se distinguem da soma das escolhas, racionais ou não, dos indivíduos que buscam suas preferências pessoais. [...]. A participação no mercado substitui a participação na política. O consumidor toma o lugar do cidadão (HOBBSBAUM, 2007, p.105-106).

Pedro Novais de Lima Junior, por sua vez, expõe o fenômeno da globalização utilizando-se de citações de outros autores que merecem apresentação:

Nota 04, p. 24.

*Bourdieu (1998^a, p.48; 50) sugere que globalização é um conceito empregado para reduzir conquistas sociais. Trata-se conforme esse autor de um mito que “tem por função instaurar uma restauração, uma volta a um capitalismo selvagem, mas reacionário e cínico [...]”. Ramonet (1998, p.57) enfatiza o aspecto homogeneizador do projeto: “A globalização constitui [...] a finalidade última do economicismo: construir um homem “global” esvaziado de cultura, de sentido e de consciência do outro. E impõe um pensamento único ao planeta”. Para John Kenneth Galbraith, “Globalização não é um conceito sério. Nós, os americanos o inventamos para dissimular a nossa política de entrada econômica em outros países” (citado por P. N. Batista, folha S. Paulo, 09/04/1998). De acordo com Celso Furtado, globalização é uma “estratégia orquestrada para embalar os ingênuos” (citado na folha S. Paulo, 09/09/1999). Para Swyngedouw (FEB.2000, p.69) é uma arma (weapon) que permite influir nos conteúdos das configurações escalares em construção (LIMA JÚNIOR, 2010, p.24).

O processo de Globalização se apresenta como irreversível e se impõe de forma autoritária, como coloca Milton Santos (2000 *apud* QUEIROGA, 2005, p.02) ‘A globalização ai está, como um processo hegemônico impondo aos lugares suas ordens, através da violência do dinheiro e da informação’. Pode-se dizer que as cidades, como as conhecemos hoje, são o reflexo territorial do mundo globalizado. A globalização induz certa ocupação do território e prioriza as cidades que apresentam melhores infraestruturas voltadas para a troca de informações, mercadorias e pessoas. Esse fluxo de trocas entre determinadas cidades situadas em várias partes do mundo cria redes de cidades globais que, por sua vez, competem entre si.

‘[...] o espaço dos fluxos é, basicamente, a organização material urbana onde se organiza a sociedade contemporânea, na qual os fluxos são a forma predominante de relação. [...] esses fluxos, que podem ser de capital, de informação, de tecnologia ou de imagens, entre outros, não são apenas a expressão dos processos sociais que dominam a vida socioeconômica, política, cultural e simbólica; são acima de tudo, a possibilidade material da articulação de todos eles no interior da nova organização em tempo simultâneo’ (CASTELLS, 1999, p.435-436 *apud* MEYER, 2004, p.25).

Desta forma, algumas cidades ou metrópoles buscam se aproveitar de sua posição geográfica e da infraestrutura que dispõem para determinadas áreas de produção especializada. Sobre a metrópole Meyer (2004, p.24) coloca que:

[...] a metrópole contemporânea é [...] uma forma de organização da força de trabalho qualificada, um equipamento científico do desenvolvimento econômico, uma estrutura econômica e financeira, um mercado, um centro global de poder político e, ainda, um centro de irradiação de conhecimento e cultura a serviço do grande capital mundializado.

Em relação aos movimentos migratórios, as populações estão se dirigindo cada vez mais em direção às grandes concentrações urbanas, gerando um processo de crescimento exponencial das populações que se aglutinam em cidades gigantes. Esta maneira particular de ocupação gera problemas urbanos complexos, como a necessidade das cidades se reconstruírem de tempos em tempos a fim de se reorganizarem devido ao grande volume de novos habitantes.

Em alguns casos o que se vê são cidades palimpsestos, construídas uma em cima da outra como coloca Ascher (1996 *apud* GRAÇA, 2012):

‘[...] estamos perante um modelo de desenvolvimento urbano, que alimenta uma idéia de cidade somatório de tecidos soltos, acessos viários e acumulações comerciais, onde o fenômeno de “metropolização” se tornou numa realidade inegável’.

Em outras palavras, as metrópoles atuais se caracterizam pela sobreposição de tecidos de diversos períodos, sendo que eventualmente, as construções de diferentes épocas nem sempre se relacionam de forma harmoniosa. Por vezes apresentam espaços residuais que não interagem com a nova configuração urbana, como é o caso dos galpões abandonados pela migração industrial em direção a terrenos periféricos das cidades atuais.

Além disso, o crescimento recente das cidades com características metropolitanas vem se dando de forma espalhada territorialmente, criando novos polos de atrações diferenciados e especializados. Esse dado indica que as relações entre os novos polos ou mesmo entre as cidades próximas são tão ou mais importantes que as relações urbanas no seu interior, fazendo com que o centro histórico deixe de ser o principal foco das atividades urbanas.

As relações econômicas, estruturais e sociais de uma metrópole ficaram mais complexas ao integrarem-se às relações econômicas mundiais, alterando assim o modo como é dada a interação dos seus espaços. Para que se tenha consciência dessa nova dinâmica é preciso observar as diferentes escalas – metropolitanas e intra-urbanas – existentes que se manifestam no espaço

urbano para a identificação coerente dos espaços que se tornaram pontos estratégicos na complexa trama urbana contemporânea

[...] a organização – funcional e formal – da metrópole contemporânea é definida simultaneamente pelos sistemas de infraestrutura metropolitanos e pelos polos metropolitanos, que dão suporte às atividades da sociedade no território, e pelos seus deslocamentos diários no interior do seu território e espaços (MEYER, 2004, p.26).

Na visão de Nuno Portas, a ótica do planejamento das cidades começa a mudar a partir do reconhecimento de que o Estado não suportaria manter o *Welfare State*. Segundo ele:

Nas últimas décadas, assistiu-se praticamente em todo o mundo a uma crise econômica generalizada que alguns chamaram de **crise fiscal do Estado**. Foi uma crise dos modelos de aquecimento capitalistas que se traduziu numa baixa de possibilidade da aplicação de impostos. Portanto o Estado retirou-se do campo de atuação. O desenvolvimento do urbanismo nos anos 50 tinha como força o investimento estatal, sobretudo nos países europeus como Alemanha, França, Holanda, Bélgica, Inglaterra; foi onde o urbanismo moderno tomou corpo, foi teorizado, foi praticado extensivamente, teve resultados importantes, tornando-se o braço indissociável daquilo que é de costume chamar Estado de Providência ou Estado Assistencial, traduções portuguesas para *Welfare State*. Ora, por volta dos anos 70, com a crise do petróleo, ocorreu uma profunda crise fiscal que repercutiu no urbanismo e que gerou na Europa uma teoria alternativa do planejamento quase oposta ao que tinha sido dominante nos países europeus mais avançados desde a II^a Guerra. O Estado reconheceu que seus recursos – tanto fiscais como os outros – eram escassos e que não poderia continuar a investir em determinados setores oficiais intensivamente como tinha feito no tempo da social democracia do pós-guerra na Europa (PORTAS, 1992, p.5).

Esta mudança refletiu no planejamento urbano, que teve que se adequar à nova realidade e se reestruturar a fim de dar vazão à demanda urbana contemporânea. Assim, uma nova proposta de urbanismo surge com o intuito de romper com o antigo modelo de planejamento rígido para trabalhar com as metrópoles contemporâneas inseridas na dinâmica do capital globalizado.

Regina Meyer (2004, p.26) coloca a esse respeito:

Um primeiro passo no encaminhamento dessa nova postura é, portanto, reconhecer que a organização territorial metropolitana sustenta-se em alguns elementos físicos e espaciais, e, por hipótese, que a distribuição dos seus sistemas de infraestrutura poderá ter essa função. Dessa hipótese será possível deduzir que existem pontos precisos no território metropolitano nos quais ecoam, de forma mais perceptível, as duas escalas urbanas: a metropolitana e a local. Também se pode deduzir que esses polos de convergência, pelas próprias características físicas,

espaciais e funcionais de sua organização, são potencialmente pontos estratégicos para uma intervenção reestruturadora.

Assim, uma nova proposta de urbanismo surge com o intuito de romper com o antigo modelo de planejamento rígido para trabalhar com as metrópoles contemporâneas inseridas na dinâmica do capital globalizado.

2.2. Sobre o conceito de planejamento estratégico

O modelo tradicional, aplicado por meio de planos diretores rígidos e autoritários, não mais respondia à demanda urbana com a agilidade necessária exigida pelo modelo de mercado globalizado. Deu-se preferência a um modelo flexível, no qual o processo decisório pudesse contar com certa oscilação conforme são apresentadas novas oportunidades oferecidas pela nova economia mundial. O modelo rígido e duradouro assim como “a perspectiva de longo prazo passou a ser considerada perversa, conservadora e elitista” (LIMA JÚNIOR, 2010, p.64)¹.

Integrou-se como metodologia a esta nova forma de gestão do território trabalhar por meio de projetos urbanos localizados em pontos singulares e estratégicos da malha urbana. Sejam de pequeno ou grande porte, os projetos urbanos assumem neste contexto a forma prática de intervenção territorial na cidade, exigindo uma importante carga gerencial para o êxito dos objetivos do planejamento estratégico.

O planejamento estratégico é aplicado na administração urbana como alternativa vinda da empresa privada, para dar agilidade ao funcionalismo público a fim de responder as solicitações feitas pelo mundo globalizado.

A abordagem estratégica aplicada a cidades é, tradicionalmente apresentada como um conjunto de escolhas conscientes, fundadas em

¹ Citação completa: “Perversa, porque estava engessada em práticas e representações inadequadas como referência para a ação em ambientes muito instáveis e, portanto, incapaz de considerar o devir que caracterizava a acirrada competição. Conservadora, porque preservava rotinas e costumes organizacionais que constroem a criatividade, postulada como alternativa para criar vantagens face à concorrência. Elitista, já que a dissociação entre planejamento e ação restringia a um pequeno grupo a formulação da estratégia (de acordo com os críticos, o ideal seria que se difundisse entre todo o corpo da empresa; Mickethwait & Wooldridge, 1998, 118-119)”.

cálculo racional. No entanto, verificou-se, o modo como foi diferentemente apreendida e adotada em diferentes lugares indica que a noção estratégica consiste, de fato, num reação a determinadas condições (Bourdieu, 1987b. p.78-79). Resultante de senso prático, a defesa e adoção do planejamento estratégico exprime a tentativa de determinados agentes em enfrentar as coações e romper com as regras às quais estão sujeitos. A estratégia chamada “planejamento estratégico” aparece, nessa perspectiva, como uma resposta ajustada às condições do jogo (LIMA JÚNIOR, 2010, p.195).

Este modelo, ganha grande difusão a partir do seu uso no planejamento para os Jogos Olímpicos de 1992 em Barcelona como uma resposta urbanística para um mundo globalizado. Como será visto com mais profundidade à frente, o modelo representou uma maneira eficaz de responder às demandas de mercado paralelamente às demandas sociais. Pedro Novais de Lima Junior frisa o fato de o planejamento estratégico ser um modelo que nasce a partir de uma demanda mercadológica, porém, nem sempre responde exclusivamente aos interesses do capital e da internacionalização da economia.

A conjuntura na qual os planos estratégicos foram implementados em cidades tem sido designada pelo termo globalização. Indica, desse modo, um processo de reestruturação socioeconômica em escala mundial, possibilitado por inovações tecnológicas em comunicação, informação e transporte. Apesar de sua imprecisão, o termo permite fazer referência a internacionalização da economia – em um contexto de hegemonia do capital financeiro e do acirramento da concorrência intercapitalista – e a suas conseqüências (LIMA JÚNIOR, 2010, p.23).

Desta forma, o planejamento estratégico é de certa maneira uma ferramenta que busca a adequação em curto prazo para as cidades que desejam potencializar suas qualidades e elevar suas influências na rede de cidades em que estão inseridas. Ou seja: “a essência da formulação estratégica é lidar com a competição” (MONTGOMERY; PORTER, 1998 *apud* LIMA JÚNIOR, 2010, p.26).

Como conceituação prática, o planejamento estratégico busca equalizar as intervenções na cidade de modo a atualizar as infraestruturas urbanas e promover qualidade de vida a partir de intervenções pontuais.

[...] equivale a dizer que a reestruturação da metrópole contemporânea depende hoje de grandes projetos urbanos e que o valor estratégico desses projetos está subordinado à sua capacidade de promover transformações em diversas escalas – local, intermediárias e global – aumentando sua capacidade de aglutinar novas funções e expandir sua área de influência (MEYER, 2004, p.27).

Desta forma, o papel do planejamento urbano muda consideravelmente de visão, com a preconização estratégica dos espaços urbanos, o papel dos planos urbanos não é mais o de regular o que se constrói na cidade, mas sim de buscar parceiros para efetivamente construir a cidade.

Os fundamentos dessa nova abordagem residem na substituição de 'planos que regulam a ação' por 'planos de ação'. Fica assim caracterizada a transição dos planos eminentemente normativos para os planos que conjugam as forças atuantes das áreas urbanas, sobretudo aquelas que representam as dinâmicas de todos os tipos e graus de intensidade ali presentes (MEYER, 2004, p.31).

Assim, uma contradição se instala nas decisões de qualificação urbana estando de um lado a população e de outro o investimento necessário para a inserção da metrópole na rede de mercados globais.

Um inelutável conflito de interesses acompanha as ações de intervenção e a modernização nas metrópoles. A modernização estratégica, imposta pelas exigências da rede internacional se contrapõem o conjunto de melhorias aguardadas pelos moradores no seu universo da vida cotidiana (MEYER, 2004, p.23).

Porém, alguns pensadores colocam que o equilíbrio desta dicotomia é fundamental para a metrópole, a ponto de considerar a melhoria da qualidade de vida como um ponto estratégico para a captação de recursos:

[...] a capacidade de uma grande metrópole ser atrativa repousa agora em atributos situados em dois registros que se somam. O primeiro é concreto e relaciona-se com a obtenção de um aumento de qualidade de vida obtida mediante a qualificação de seus espaços e serviços públicos; o segundo é puramente simbólico e corresponde à exigência de uma imagem de qualidade e eficiência. Dificilmente se alcança o segundo sem alguma sustentação no primeiro (MEYER, 2004, p.23).

Isto coloca um equilíbrio possível no uso de planejamento estratégico para as cidades, uma vez que atendendo as demandas vindas da necessidade do acúmulo de capitais, vincula-se a promoção da qualidade de vida no meio urbano, por meio da criação e disponibilização de espaços de convivência com foco nos espaços públicos.

2.3. Sobre o resgate dos espaços públicos nas ações de requalificação urbana.

Alguns teóricos sugerem que os espaços públicos, que antes tinham como principais funções possibilitar o contato e o convívio sociais como as praças cívicas das cidades, tornaram-se vazios perdendo as funções programáticas originais e transformando-se em locais de simples passagem, sem nenhuma relação de convívio entre os usuários, o que contribuiria para o desenraizamento das pessoas em relação à cidade.

Sergio Abrahão destaca a visão de Richard Sennet:

[...] Richard Sennet, que em seu livro 'O declínio do Homem Público', de 1974, procurou demonstrar que a partir do século XIX tem início um progressivo estreitamento da esfera pública, com consequências para a vida pública e para as cidades, motivada pelo alargamento e interiorização da vida privada. Para ele, a rua passou a se constituir num lugar de passagem obrigatória – suporte e transporte para a casa e para o trabalho – perdendo toda sua significação social. Seus argumentos apoiavam-se na desaparecimento de uma geografia e de uma expressão pública específica, que procurou demonstrar através de uma “teoria de expressão em público nutrida pelo vínculo analógico entre teatro e vida pública nas grandes urbes” (LAVALLE, 2001, p.61 *apud* ABRAHÃO, 2008, p.28).

E de Marilena Chauí (1999) *apud* ABRAHÃO, 2008, p.31):

[...] a figura central do pensamento neoliberal é o pós-modernismo, entendido como o conjunto das mudanças processadas no modo de pensar, agir e sentir, que, em última análise, implicava na “passagem do espaço público à condição de marketing, merchandising e midiaticização, e a do espaço privado à condição de privacidade intimista, com destaque para a perda de fronteiras entre ambos”.

Porém ainda há aqueles que acreditam que o espaço público é o espaço responsável pela socialização das pessoas, espaço pelo qual se pode exercer a cidadania e a garantia da democracia no espaço urbano. Sergio Abrahão ao descrever projetos para São Paulo:

Em comum, os projetos conferiam às ruas e praças da cidade de São Paulo, agrupadas então sob a denominação de espaços públicos, o status de espaços imprescindíveis ao exercício da cidadania e à manifestação da vida pública, lugares onde deviam estar assegurados os direitos do cidadão ao uso da cidade, a acessibilidade à memória, segurança, informação, conforto, circulação, além do acesso visual à

arquitetura e à estrutura urbana. Atribuí-se, assim, à materialidade daqueles espaços, uma realização sociopolítica identificada por atributos de concepções de espaço público – formulados em outras esferas do conhecimento (ABRAHÃO, 2008, p.16).

Existem outras visões que, embora sustentem que a população já não usaria o espaço público como antes, enfatizam que o espaço público atual não necessariamente perdeu sua função, seu lugar na cidade ou até sua atribuição como elemento agregador de experiência urbana. Essas visões expressam uma nova forma de compreender a relação entre o ser humano e os espaços necessários para se viver a partir da ótica de espaços coletivos. Para Manuel de Solá-Morales (2001, p103):

A importância do espaço público não está, certamente, em ser mais ou menos extenso, quantitativamente dominante ou protagonista simbólico, senão referir entre si os espaços privados fazendo também deles patrimônio coletivo. Dar caráter urbano, público, aos edifícios e lugares que sem isso seriam somente privados, esta é a função dos espaços públicos – urbanizar o privado – quer dizer, convertê-lo em parte do público.” E ainda “a tarefa para os desenhistas públicos nos projetos de cidade: fazer destes lugares intermediários, nem públicos, nem privados. Partes estimulantes do tecido urbano multiforme.

De todo modo, verifica-se que em diversos espaços inseridos na malha metropolitana contemporânea são realizadas ações urbanas que se integram à esfera da vida pública. E é possível detectar nesses espaços potencialidades estruturadoras do espaço urbano que podem servir como pontos de apoio para os objetivos de requalificação urbana do poder público.

No que diz respeito à disciplina da arquitetura, a visão pós-moderna é alvo de críticas no sentido do fim do espaço público enquanto espaço aglutinador. Ideologicamente, os projetos e obras deste período se apresentam formalmente carregados, mas socialmente vazios. Como se tudo que houvesse sobrado do pensamento moderno fosse exaurido de conteúdo para restar uma simples busca pelo formalismo construído. Não coincidentemente, arquitetos mundialmente conhecidos por grandes projetos, cujos nomes dão corpo ao *Star-system* da arquitetura, surgem neste período com grandes obras cada vez mais complexas e

extravagantes, como coloca Arantes (2011, p.59)². A carga formal depositada nos edifícios pós-modernos denuncia o pouco cuidado com as relações humanas.

A fim de enaltecer a capacidade da arquitetura de gerar espaços de convivência, o arquiteto Leandro Medrano descreve o projeto de um bar (*Basketbar*) dentro do campus da universidade de *Utrecht*. Em meio a projetos de escritórios de arquitetura de renome internacional como o *OMA*, responsável pelo desenvolvimento do plano diretor do campus, e o *Mecanoo*, Medrano chama a atenção para a diferença conceitual do pequeno bar que conta com uma quadra de basquete no topo, cujo projeto tem como base a simplicidade estética e busca promover aglutinação de pessoas, mais do que uma contemplação de quem o vê ao longe:

O *BasketBar* é um dos exemplos mais instigantes dentre as novas intervenções no *campus*. Como finalidade, uma proposta clara: intensificar relações, ações e conexões entre alunos, professores e visitante. Multifuncionalidade é o conceito central. Para tanto equaliza relações – percursos locais (ruas, ciclovias e calçadas) e edifícios existentes – adicionando novos e utilitários usos (café, bar, esporte, encontro, lazer). Um programa simples. Parte da observação das necessidades locais e de seu entendimento avigora a proposição de justapor funções [...] (MEDRANO, 2005, p74).

Medrano enxerga no *BasketBar* uma nova proposta de arquitetura, uma proposta mais abrangente, que extrapola o próprio terreno e que propõe uma nova cidade em cada projeto.

O *BasketBar* reforça certas lições: apesar de ser uma pequena intervenção – nada “formal” – supera seu programa (visto como ação; deleuziana) e faz-se por um desejo urbano, cotidiano, utilitário, cidadão. Um busca por relações. Uma proposta de cidade. Cidade contemporânea que distante da planificação utópica do Modernismo (como se via no próprio campus) e do falso alheamento panfletário populista ou historicista, busca a redefinição dos seus espaços coletivos, de encontro, lazer e viver. Esses, agora, não mais vitruvianos, corbusianos, rossianos, ou derridarianos; são frutos de uma outra lógica – sobreposição, inovação, multifuncionalismo, risco – valores que partem do homem real (e não ideal). Não tem a pretensão de ser paradigmáticos, emblemáticos, ou verdades – são incompletos, imperfeitos; propositalmente. Marcam uma ação no tempo, seu movimente, situações (MEDRANO, 2005, p.75).

Por fim, o que se vê é uma nova vertente de pensamentos que não acredita em uma única resposta para a solução das cidades, mas parte da

² Ao descrever o Museu Guggenheim Bilbao de Frank O. Gehry: “[...] uma extravagante flor metálica de 200 milhões de dólares [...]”.

premissa de que uma possível proposta está na visão integradora, articulada entre diversos fatores contribuindo para o mesmo objetivo. Esta visão holística é, de certo modo, um novo paradigma de difícil concepção. Como coloca Jordi Borja, a capacidade das ações urbanas para a construção da cidade metropolitana está diretamente relacionada a quão amplo é o caráter das ações urbanas aplicadas.

[...]A construção da cidade metropolitana dependerá do caráter integral das atuações urbanas, que dizer, de sua polivalência de sua capacidade de servir além de sua função específica ou setorial. Estas atuações deverão fazer parte de um processo articulado onde as atuações de um tipo (por exemplo, infraestruturas físicas de mobilidade), se articulem com outras, inclusive contribuam para gerá-las (por exemplo, novas áreas de desenvolvimento urbano com elementos de centralidade, elementos físicos e simbólicos de identidade, espaço públicos e equipamentos como fatores de redistribuição social, criação de empregos etc.). Finalmente os grandes projetos terão um valor estratégico segundo sua capacidade de promover transformações do meio urbano regional que aumentem sua atratividade e sua coesão (BORJA, 2001, p.70).

3. EXPERIÊNCIAS RELEVANTES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA

3.1. Barcelona: o planejamento estratégico para as Olimpíadas de 1992

Como foi visto, o urbanismo estratégico como é conhecido hoje, isto é, como uma postura que visa contemplar objetivos de ampliar potencialidades, detectar possíveis ameaças que possam vir a comprometer o desempenho da cidade e obter resultados em curto e médio prazo na realidade do mundo globalizado, teve sua origem nas práticas de planejamento militar para empresas privadas e convertido em modelo de gestão pública nos Estados Unidos, mas é com a aplicação deste modelo para Barcelona em 1986 que se difunde globalmente (LIMA JÚNIOR, 2010).

Na ocasião, Barcelona vinha passando por uma reestruturação urbana baseada na recuperação de pequenos espaços públicos. Como descrito por Pedro Novais de Lima Junior:

Num primeiro momento, as políticas urbanas estavam voltadas para produzir um efeito redistributivo e caracterizavam-se por intervenções pontuais, dispersas pela cidade. Foram pensadas para ter o efeito de uma 'metastase benigna' capaz de alastrar-se pelo tecido urbano, 'recuperando a cidade existente'(BUSQUETS, [s.d.]; ACEBILLO, 1994; ARANTES, 2000, p.52; SÁNCHEZ, 2001 *apud* LIMA JUNIOR, 2010, p.114-115).

Muito embora esta primeira fase de obras realizada em Barcelona não esteja ligada diretamente ao planejamento estratégico, cujo desenvolvimento se deu posteriormente a estas pequenas obras, diversos pesquisadores atribuem grande importância no que diz respeito ao êxito conquistado pela reforma urbana da cidade. Como coloca Pedro Arantes em nota:

Para Arantes, o fato de Barcelona ter-se tornado uma referência na temática urbana se deve ao êxito dessa experiência inicial, de pensar o conjunto da cidade e agir em termos de intervenções pontuais sem intenção de beneficiar as elites locais (ARANTES, 2000, p.52 *apud* LIMA JÚNIOR, 2010, p.115).

E mais detalhadamente Otília Arantes enfatiza que o êxito de Barcelona está diretamente relacionado à visão de uma requalificação urbana por meio de intervenções de pequeno porte espalhados de forma democrática pela cidade:

‘Havia uma experiência acumulada de gestão urbana de esquerda, em Barcelona, que fazia com que, mesmo quando o princípio que a norteava fosse o das intervenções pontuais, se destinasse a recuperar o conjunto da cidade – não havia, ao menos de forma explícita, a intenção de beneficiar uma elite local, criando nichos de alto valor imobiliário. [...] Aliás, discípulos e colaboradores de um dos grandes artífices da segunda geração, Oriol Bohigas, o qual, [...] radicalizara a proposta de modestas intervenções pontuais, com um projeto por sinal bastante ambicioso, de construção de cem praças (não por acaso numa fase de franca expansão da ideologia do lugar público, além do mais numa cidade onde as pessoas conservavam o hábito do encontro em espaços dessa natureza), no intuito de, por difusão, ou através de uma “metástase benigna” (expressão que depois se banalizou), provocar uma reurbanização geral’ (ARANTES, 2011, p.52-53).

Somado a esta experiência, Barcelona se apoiou na ideia de se aproveitar o destaque dado os grandes eventos internacionais. Em um período de globalização, eventos como os Jogos Olímpicos ou as Exposições Universais se tornaram importantes ferramentas para a conquista da visibilidade global. Assim, o planejamento estratégico de Barcelona visava estabelecer metas para a preparação da cidade como sede das Olimpíadas se 1992.

Os Jogos Olímpicos da era moderna foram ganhando destaque ao longo do século vinte, devido sua capacidade de atração midiática. Sua primeira edição contou com 13 países e 285 atletas, enquanto que na edição de Munique em 1972 chegou a um montante de 121 países e 8500 atletas. Na edição de Berlim em 1936 escancarou-se sua importância enquanto propaganda política. No auge do nazismo e sob a supervisão do próprio *Führer* a organização do evento foi um sucesso e serviu para mostrar ao mundo a crescente potência alemã. O episódio de Berlim reforçou a percepção da importância que as Olimpíadas poderiam representar na obtenção de uma visibilidade mundial.

Em Barcelona aproveitou-se da importância das Olimpíadas enquanto possibilidade de atração de investimentos para atender às necessidades de reestruturação urbana. Procurou-se, além de construir as estruturas necessárias para os jogos olímpicos, “alavancar um processo de desenvolvimento fundado na cooperação público-privado, na melhoria dos serviços e da infraestrutura e na

modernização e inserção da cidade no cenário internacional” (COMPANS, 2004, p.42).

Para tanto, desenvolveu-se o “*Plan Estratégic Economic i Social de Barcelona* (PEESB)” que previa um programa chamado: *Áreas de Nueva Centralidad* (ANC), que visava a requalificação de 12 áreas específicas da cidade, com foco na recuperação do espaço público, adequação da infraestrutura e preparação tecnológica da cidade, sendo realizado por meio de parcerias do poder público com a iniciativa privada (COMPANS, 2004, p.43).

Este programa se inscrevia na dupla estratégia de modernização e internacionalização da economia local – que almejava fazer de Barcelona a capital do noroeste do Mediterrâneo – e de aproveitar a realização das Olimpíadas de 1992 para pôr em marcha um processo de reestruturação urbana global. A filosofia das ações da municipalidade fundava-se na premissa de seu papel como indutor das atuações privadas, cabendo a ela a escolha prévia das ‘oportunidades’, a elaboração do plano e o aporte inicial de recursos, de modo a ‘impulsionar’ os investimentos privados subseqüentes (ESTEBAN, 1993 *apud* COMPANS, 2004, p. 44).

O plano previa nas 12 áreas de novas centralidades a implantação de todos os equipamentos Olímpicos assim como a reestruturação do sistema viário, recuperação da orla da praia, construção de edifícios de escritórios e de apartamentos e também a criação de parques e de áreas verdes (COMPANS, 2004).



Figura 1 - Áreas de novas centralidades nas transformação urbanas de Barcelona de 1992.³
Fonte: Borja e Herce (2009)

³ Original: *Áreas de nueva centralidad em las transformaciones urbanas de la Barcelona de 1992.*

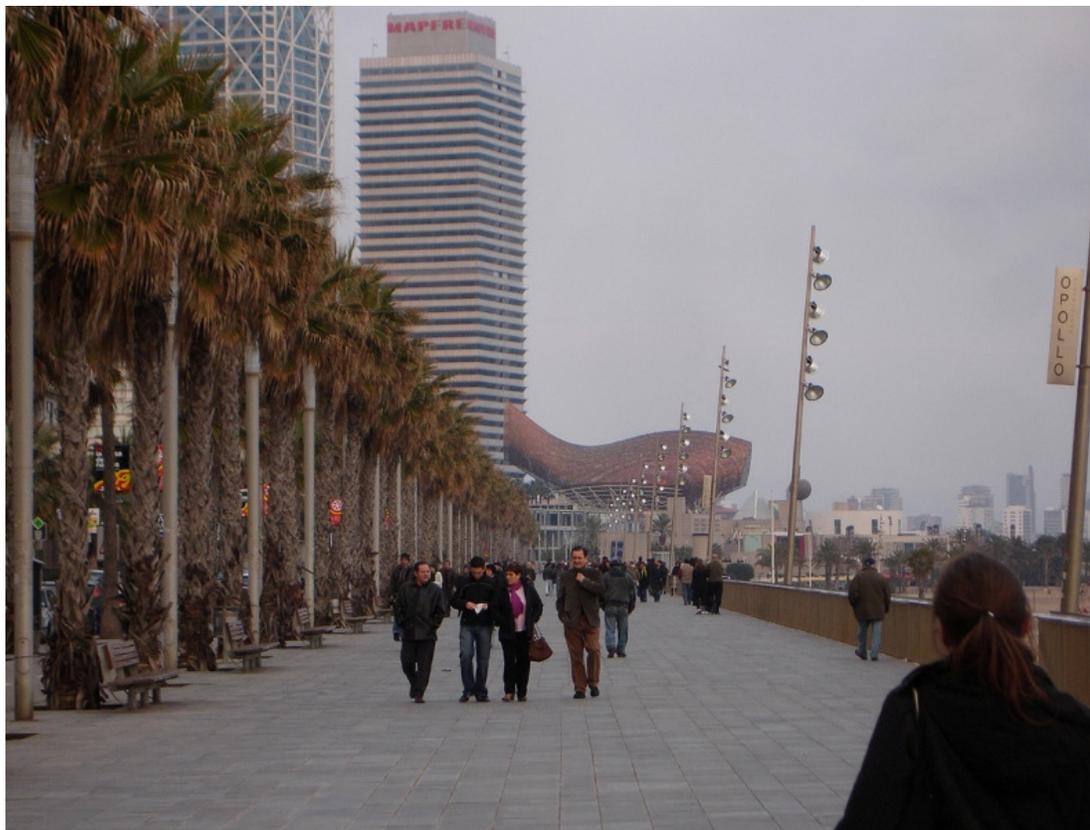


Figura 2 - Orla da praia no Porto Olímpico em Barcelona.
Fonte: Acervo do autor

O exemplo de Barcelona é muito discutido na bibliografia sobre planejamento contemporâneo como um exemplo exitoso, porém as aplicações posteriores que se basearam em seu exemplo, mesmo com orientação diretas dos profissionais que participaram da experiência catalã, não obtiveram tanto prestígio quanto sua matriz em 1992. Isto porque o uso do planejamento estratégico por si só não garante o êxito do planejamento. O êxito de Barcelona é fruto da sinergia entre diversos fatores políticos, econômicos e sociais que convergiram para uma boa experiência de requalificação urbana e de aplicação do planejamento estratégico e fez de Barcelona um exemplo único no mundo. No período em questão, a Espanha atravessava um período de conquista democrática devido ao fim da ditadura franquista e as comunidades autônomas ampliaram sua autonomia perante o Estado central espanhol.

Já em Barcelona o governo democrático assume o poder em 1982 e assim foi possível consolidar uma nova atuação política onde a sociedade, cuja participação havia sido reprimida pelo antigo regime, pôde participar ativamente

na construção de uma ideia de cidade democrática. Havia de certo modo um consenso de que a transformação urbana a partir de requalificações de pequenos espaços públicos poderia recuperar a esfera pública na cidade contemporânea. Este e outros fatores fizeram do programa de intervenções em Barcelona no período pré-olímpico um importante ponto de partida para a implantação do planejamento estratégico a partir da oportunidade surgida com a candidatura da cidade como sede das olimpíadas de 1992.

Porém, quando se aplica o planejamento estratégico em outras cidades da Europa e do mundo, o que se vê é a utilização de um “modelo” formatado e difundido pelos próprios catalães, que começaram a promover o planejamento estratégico internacionalmente, inclusive através de instituições e organizações criadas para sua difusão como é o caso do CIDEU (Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano) uma organização sediada em Barcelona e vinculada ao governo catalão cuja missão é “promover a forma estratégica de pensar os processos de concepção e gestão de projetos urbanos para alcançar o desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas por meio do planejamento estratégico”⁴.

O modelo vindo dos catalães se baseava de início no urbanismo de oportunidade, que em Barcelona se deu de forma a aproveitar a visibilidade de um evento internacional para captação de recursos e promover a cidade em mercados internacionais. Este tipo de planejamento foi aplicado em diversos países nos anos subsequentes como Portugal, Argentina, Colômbia, Brasil, entre outros, e teve continuidade na gestão urbana na mesma cidade de Barcelona com destaque na ocasião do evento Fórum 2004, com o planejamento estratégico para requalificação da zona leste da cidade que se encontrava degradada com infraestrutura de tratamento de águas obsoletas e diversas instalações industriais sem uso, ficando conhecido como BCN 22@.

Apesar de não interessar como comparação ao estudo de caso do trabalho por se caracterizar por uma requalificação de uma parcela setORIZADA da cidade e não da cidade como um todo como no caso de 1992, é importante

⁴ Original: “*La misión de CIDEU es promover la manera estratégica de pensar em los procesos de diseño y gestión de proyectos urbanos para lograr el desarrollo sostenible de las ciudades iberoamericanas a través de la planificación estratégica*” (CIDEU, 2012).

descrever sobre esta experiência para concluir o raciocínio sobre a influência de Barcelona em Sorocaba.

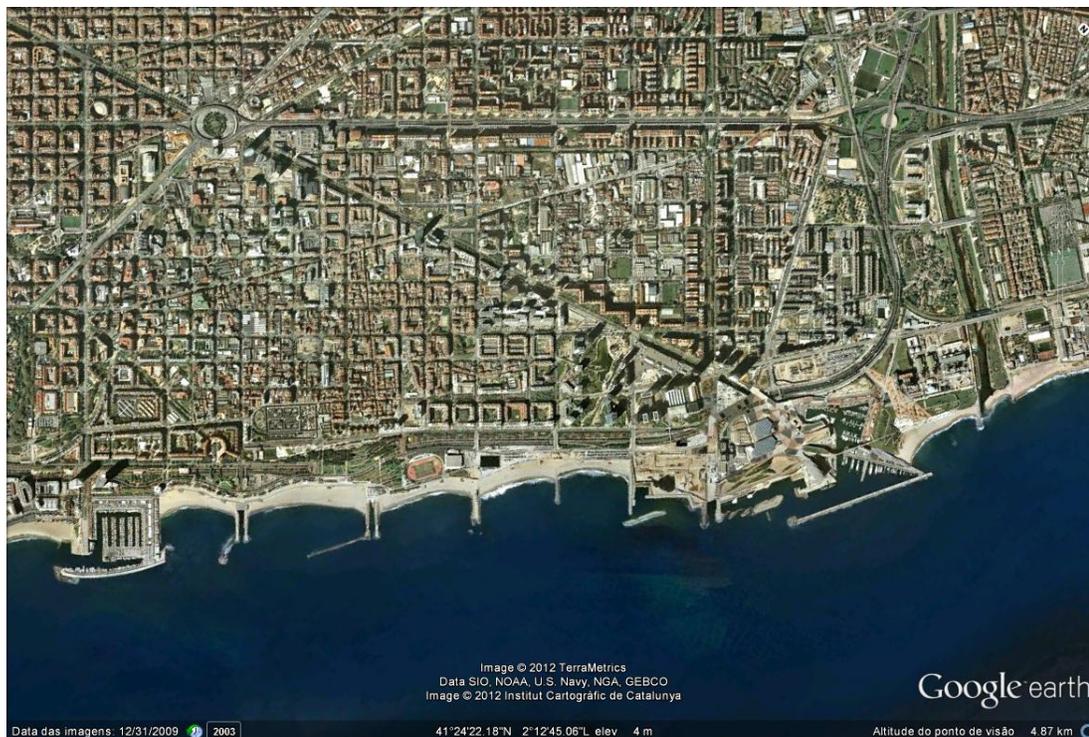


Figura 3 – Área do Projeto 22@ em Barcelona.

Fonte: GOOGLE EARTH – Barcelona – Institut Cartogràfic de Catalunya, Espanha (2012).

Apesar de ter sido realizado no mesmo território das ações de 1992 o cenário era outro: a começar pela situação política do mundo em que já não havia mais a oposição socialista ao capitalismo, que se encontrava hegemônico, no auge do liberalismo econômico e os principais investidores já tinham descoberto como extrair o máximo de resultado econômico das parcerias público-privadas de intervenções urbanas. Outras características que demonstram diferenças entre os dois períodos são algumas experiências ao longo do mundo que já haviam criados novas vertentes de atuações de requalificação de cidades como é o caso da cidade de Bilbao que buscou se restabelecer economicamente através de um plano de investimentos e de intervenção urbana ancorada na construção de um grande equipamento cultural e turístico, um museu da franquia Guggenheim projetado pelo arquiteto americano Frank O. Gehry, obtendo certo êxito promovido pela midiatização da imagem extravagante do museu relacionado com a imagem da cidade.



Figura 4 – Área do projeto BCN 22@. Instalações do Fórum de Barcelona.
Fonte: Català... (2004)

De uma forma ou de outra, estas experiências estavam incorporadas ideologicamente no momento de elaboração do plano de 2000 em Barcelona. O resultado urbanístico foi um plano estratégico que se baseou na demanda de infraestrutura da cidade, substituindo as antigas instalações de tratamento de água por novas instalações subterrâneas com o objetivo de liberar a superfície para a implantação de grandes projetos arquitetônicos midiáticos como, por exemplo, o projeto do Fórum realizado pelos arquitetos suíços Jacques Herzog e Pierre de Meuron, sendo um triângulo equilátero de 180 metros de aresta por 25 metros de altura. O processo não contou com a mesma intensidade da participação popular e não foram registradas tantas contrapartidas sociais em relação ao volume de investimentos econômicos de âmbito privado. Concluindo, houve muito mais críticas à implantação do planejamento estratégico de 2000 em comparação à realização do planejamento prévio das olimpíadas de 92.

Fica claro que embora tenha sido na cidade de Barcelona, conhecida por executar planejamento estratégico de modo a promover a qualidade de vida como nenhum outro lugar, não se obteve o feito de 92. O que nos ajuda a compor um pensamento de que só se pode compreender o fato ocorrido em 92 quando se relaciona outros fatores paralelos que o sustentam, portanto só se pode

compreender o que acontece em Sorocaba nos dias de hoje através de um olhar abrangente de forma a compreender a realidade socioeconômica, política e cultural da cidade.

De todo modo, as intervenções urbanas para a cidade de Barcelona em 1992, tiveram grande repercussão e acabou por se transformar em um ícone de política urbana exitosa e por esse motivo desencadeou mundo afora uma nova abordagem para as questões urbanas nas grandes cidades. Muitos casos de reestruturação urbana realizados após Barcelona 1992 diziam seguir os preceitos realizados pela experiência catalã, mesmo que esta informação só tivesse servido como estratégia de publicidade.

Na América Latina, o modelo de Barcelona ficou bastante difundido a partir da atuação do geógrafo catalão Jordi Borja e do arquiteto português Nuno Portas na constituição do plano estratégico de *Puerto Madero* em 1989 e da participação de Jordi Borja e Manuel de Forn, que também participou da elaboração do planejamento estratégico de Barcelona, como palestrantes de um seminário realizado em maio de 1993 pela Secretaria Municipal de Urbanismo, a Empresa Municipal de Informática e Planejamento (IPLANRIO) e a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro como princípio da elaboração do plano “Rio, sempre Rio” (GUANAIS; FISHER, 1999). A análise destes dois casos não será aprofundada no trabalho, mas a referência a estes projetos é importante para compreender a força com que o modelo de planejamento estratégico implementado por Barcelona é introduzido na América do Sul.

3.2. Curitiba: IPPUC e projetos urbanos de mobilidade e cultura

Além do exemplo de Barcelona, a cidade de Curitiba no Brasil se apresenta como fonte fundamental como referência de planejamento urbano. Curitiba iniciou uma preocupação em relação ao planejamento da cidade em 1964, quando foi realizado um concurso de ‘Plano Preliminar de Urbanismo’ com o intuito de propor melhorias na qualidade de vida urbana na cidade. Na ocasião, a banca examinadora do concurso sugeriu ao prefeito Ivo Arzua Pereira que criasse uma equipe técnica da prefeitura que acompanhasse o desenvolvimento

dos planos assim como a sua execução. Assim, é criado em 1965 o IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) para o desenvolvimento e acompanhamento da execução do plano proposto pelos ganhadores, Sociedade Serete e Jorge Wilhelm Arquitetos (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2012).

Dentre as atribuições dadas ao IPPUC na sua criação, estava a elaboração de um anteprojeto de lei que viria a ser o Plano Diretor de Curitiba (lei 2.828 de 1966) o qual foi criado baseado em três pilares de desenvolvimento: 'Uso do Solo, Sistema Viário e Transporte Público', de modo a promover o desenvolvimento urbano de forma linear, ou seja, ao longo de eixos estruturais que deveriam atender diretrizes de desenvolvimento econômico, social e meio ambiente (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2012).

Seguindo as orientações do Plano Diretor, Curitiba se torna paradigmática em 1974 pela implantação do sistema de mobilidade conhecido como 'trinário', que se caracteriza por uma canaleta central exclusiva de ônibus expresso, ladeada por duas vias de tráfego lento, em sentidos opostos. Paralelamente existem ainda duas vias de tráfego rápido (INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA, 2012). Na década de 1980 e 90 Curitiba seguiu desenvolvendo o sistema de transporte público e criou-se a RIT (Rede Integrada de Transportes) com a implantação dos eixos leste e oeste, adoção de tarifa única, a utilização de ônibus articulados e bi-articulados e a implantação das estações tubo facilitando o embarque e desembarque dos usuários criando um sistema de 'metronização' do ônibus, que se transformou em um precursor dos sistemas atuais conhecidos como VLP (Veículo Leve sobre Pneus), BRT (Bus Rapid Transit), metro de superfície ou mesmo o mais atual LRV (Light Rail Vehicle). O sistema curitibano hoje é difundido internacionalmente através da SIBRT (Asociación Latino-Americana de Sistemas Integrados y BRT), cujo presidente honorário é o arquiteto Jaime Lerner (ASOCIACIÓN LATINO-AMERICANA DE SISTEMAS INTEGRADOS Y BRT, 2012).



Figura 5 - Sistema trinário de vias em Curitiba.
Fonte: Urbanização de Curitiba (2012)

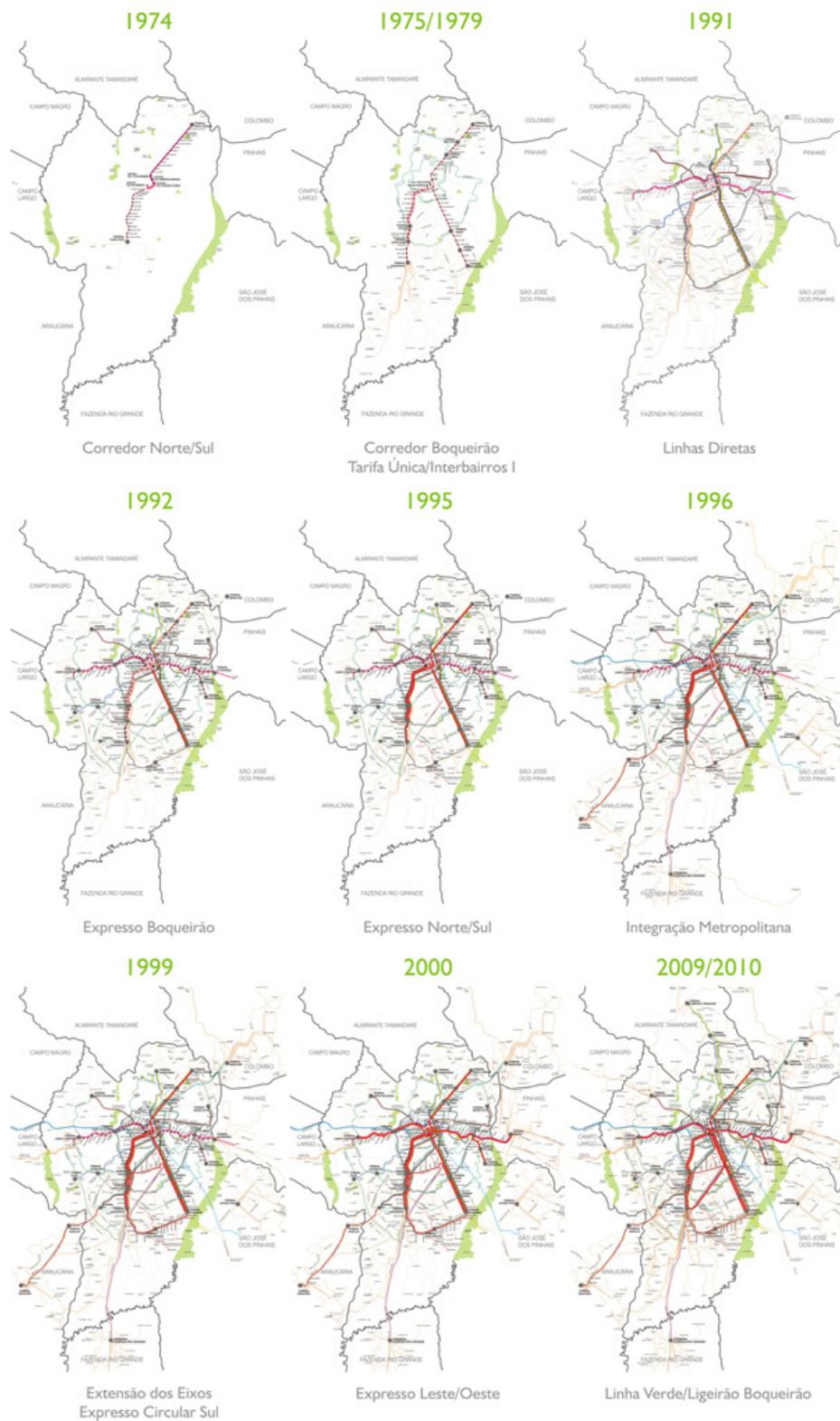


Figura 6 - Evolução da malha viária de Curitiba.
Fonte: Urbanização de Curitiba (2012)



Figura 7 - Estações tudo com embarque em nível. Curitiba.
Fonte: Urbanização de Curitiba (2012)

Outro importante programa realizado em Curitiba, de âmbito cultural, foi o programa de bibliotecas comunitárias ‘Faróis do Saber’ que teve início em 1994 no mandato do prefeito Rafael Greca e hoje conta com 45 unidades espalhadas pela cidade. Os Faróis são bibliotecas públicas caracterizadas visualmente pela arquitetura padrão com uma estrutura metálica com média de 88m² de espaço construído e uma torre de 10 metros de altura simbolizando um farol de sinalização marítima, “inspirado no farol de Alexandria” (GRECA, 2009).

Segundo a descrição dos objetivos da rede de bibliotecas curitibana cada Farol tem o objetivo de ser “um ponto de referência disseminador da cultura e do saber, onde as atividades propostas se desenvolvem de maneira interessante, diferente, inovadora, a ponto de despertar o interesse e a participação voluntária de seus frequentadores”. Ainda sobre a descrição do programa, os ‘Faróis’ foram elaborados “para se tornarem um espaço de lazer, um espaço gerador do espírito crítico e de questionamento, propiciando o acesso ao livro, à recriação do conhecimento, assim como o encontro com o mundo das artes e dos bens culturais, visando o preparo para o exercício da cidadania” (GRECA, 2009). Em outras palavras o programa de bibliotecas públicas visa promover a educação e a informação através da leitura e da inclusão digital por meio do acesso à internet.

Os ‘Faróis do Saber’, servirão de referência a outras cidades que buscam ampliar a cultura por meio da educação e da informação como são os casos de Bogotá com a rede de bibliotecas públicas ‘Biblored’ e Sorocaba promovendo o acesso à internet com o programa “Casa do Saber”. Ambos os casos serão visto com mais detalhes adiante.



Figura 8 - 'Farol do Saber' Emílio de Menezes. Curitiba.
Fonte: Faróis do saber (2012)

Analisando do ponto de vista da arquitetura, os 'Faróis do Saber' denunciam a falta de critérios com que são desenvolvidos os projetos de arquitetura para os equipamentos públicos no Brasil. Será visto adiante que a cidade de Bogotá se aproxima bastante da experiência curitibana no que se refere aos objetivos de ampliação da cidadania e de inclusão social através de bibliotecas públicas, porém na Colômbia a boa arquitetura é vista como um fator determinante para obtenção dos resultados no sentido de apropriação dos habitantes pelo equipamento. A arquitetura é um instrumento que trabalha a favor da promoção da esfera da vida pública, devendo estar completamente focada com a qualidade dos espaços construídos para determinados programas de uso, isto é, uma biblioteca deve ser construída de forma a oferecer o melhor desempenho espacial para a prática da leitura, enquanto um centro comunitário deve proporcionar espaços confortáveis e convidativos para a reunião de pessoas.

Enquanto que no Brasil, seja em Curitiba, seja em Sorocaba, como será visto mais adiante, a arquitetura dos equipamentos públicos está mais relacionada com seu caráter icônico capaz de marcar uma realização política na

cidade, assim como um slogan, servindo como referência visual a programas realizados por determinados partidos políticos. Por mais que a criação dos 'Faróis' de Curitiba faça referência poética à grande biblioteca e o farol de Alexandria no Egito, não parece adequado criar uma referência visual de um sinalizador marítimo em um espaço pequeno de 88 metros quadrados. Ainda sobre este ponto, enquanto qualidade espacial, a multiplicação da mesma tipologia por toda a malha urbana, por mais que diminua o custo da construção, ignora as características peculiares de cada terreno de implantação como orientação solar, perspectivas visuais e declividades, não contribuindo para uma construção de um patrimônio edificado coerente com os objetivos determinados.

Não surpreende observar no Brasil, quando há troca de gestão municipal por partidos diferentes, ocorrerem reformas em equipamentos públicos com intenção de descaracterizar qualquer vestígio, cor, elemento decorativo e até mesmo o nome, logomarca do programa que faça referência a antiga gestão opositora. Ou seja, no Brasil a arquitetura pública é vista como uma ferramenta de publicidade e não como ciência do espaço construído.

Embora Curitiba tenha um histórico de planejamento anterior às intervenções Olímpicas de Barcelona, e sem ter se apropriado de início da terminologia "estratégica"⁵, é possível detectar alguns pontos de intersecções nas ações urbanas entre Curitiba e Barcelona que parecem convergir para a realização de novas práticas de intervenções urbanas.

As proximidades entre elas estão no fato de terem uma prática consolidada de planejamento urbano; na compreensão da importância deste processo por parte dos cidadãos; na vinculação das ações a um personagem forte⁶ e no fato de terem sido desenvolvidos planos de estruturação da cidade como um todo, seja tanto de forma pontual na malha urbana como no caso espanhol com as 12 áreas de novas centralidades, quanto de forma linear ao longo de eixos estruturadores de mobilidade como no caso curitibano, os dois exemplos foram processos de estruturação da cidade de forma democrática

⁵ É importante frisar que a nomenclatura 'estratégia' se insere incisivamente no vocabulário urbanístico a partir do caso de Barcelona, serviu tanto para difundir um novo modo de pensar a cidade, quanto para ser utilizado como marketing nas ações de planejamento urbano.

⁶ Em Barcelona, as ações fazem referência ao nome do então prefeito Pasqual Maragall, e em Curitiba ao arquiteto Jaime Lerner que presenciou o processo de criação do IPPUC, passando por três vezes pelo comando da prefeitura (1971-74; 1979-83; 1989-93) e duas vezes pelo governo do Estado do Paraná (1995-99; 1999-03).

(PREFEITURA DE CURITIBA, 2012; GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ, 2012).

Com a difusão das práticas urbanas desenvolvidas por estas duas cidades houve uma grande demanda de planos de desenvolvimento urbano para as grandes cidades da América Latina baseado em uma ou ambas as formas de intervir no espaço. Mais recentemente o caso da capital colombiana Bogotá, ficou bastante conhecido pelas ações realizadas e pelos êxitos obtidos no sentido do aumento da qualidade de vida e da inclusão social. Porém, para se compreender o caso da requalificação urbana ocorrida em Bogotá é preciso entender a realidade política da Colômbia nos últimos anos.

3.3. Bogotá: planejamento estratégico e projetos urbanos

A Colômbia passou entre 1948 e 1958 por uma guerra civil que condenou à morte 180 mil pessoas. Por mais que este período tenha chegado ao seu fim, foi a partir da guerra que foram formados os grupo guerrilheiros ELN e FARC que, vinculados a outros grupos e narcotraficantes promovem conflitos entre si e com o exército nacional até os dias de hoje, espalhando o medo por todo território colombiano. Este fato, explica a grande migração das pessoas em busca de segurança nas grandes cidades, que aconteceu entre o período de 1938 à 1973 chegando em Bogotá taxas entre 4 a 8% anual de crescimento populacional. Bogotá está geograficamente localizada no planalto da cordilheira Oriental dos Andes a uma altura de 2640 metros, possuía 636.924 habitantes em 1951 e 6.776,009 habitantes em 2005 como demonstram os dados da tabela 01. Um crescimento de 10 vezes o tamanho da cidade em um período de 50 anos (VERISSÍMO, 2012; SANTORO, 2005).

Tabela 1 - População de Bogotá.

Ano	1951	1964	1973	1985	1993	2005
População total	636.924	1.661.935	2.496.172	4.262.127	5.440.401	6.776.009
Taxa de cresc.	-	7,99	3,39	4,46	3,05	1,8
Intercensal						

Fonte: Brinez (2007) *apud* Santoro (2011)

Esse crescimento expressivo da população em um período curto de tempo se deu de forma desordenada, dilatando os limites das cidades criando zonas carentes de infraestrutura e de difícil contato com o poder público, proporcionando zonas de violência e segregação social. Esta problemática social anterior às intervenções urbanas faz de Bogotá uma cidade com realidade bastante diferente de Barcelona. De modo que essa realidade foi considerada na elaboração dos planos estratégicos, sendo criados objetivos de atender toda a malha urbana abastecendo as áreas periféricas com infraestruturas e promovendo a inclusão social através da educação e leitura.

A respeito da legislação urbana, a Colômbia difere pouco da legislação brasileira. Enquanto no Brasil as legislações que abordam questões urbanas são os artigos nº 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/01), na Colômbia as questões urbanas estão abordadas nas legislações: “*Ley de Reforma Urbana*” (nº 9 de 1989), Constituição de 1991, a “*Ley Orgánica Del Plan de Desarrollo*” e “*Ley de Desarrollo Territorial*”.

Segundo Paula Freire Santoro, a legislação colombiana se difere da brasileira por determinar a elaboração de planos em “diferentes escalas – *Planes de Ordenamiento Territorial* (POT) (escala municipal) e *Planes Parciales* (intermunicipais, embora de maior abrangência) a serem desenvolvidos mediante *Unidades de Actuación Urbanística, Macroproyectos* e outras operações urbanas especiais (que compõem um plano parcial) – que culminam na articulação da gestão com o financiamento do desenvolvimento urbano”. A autora ainda coloca que “diferentemente do Estatuto da Cidade, os POTs tem como obrigatório estarem articulados com ações e planos de investimentos, criando um instrumento que, dificilmente consegue ficar apenas em “boas ideias” (SANTORO, 2011).

É importante ressaltar que na legislação colombiana os municípios com mais de 20 mil habitantes foram obrigados a elaborar um “Plan Integral de Desarrollo” (PIDs) em 1978 com a “*Ley Orgánica de Desarrollo Urbano (Ley 61 de 1978)*”. O que evidencia a descentralização do planejamento urbano dando autonomia ao município no que diz respeito ao seu planejamento urbano. Em paralelo com a legislação brasileira a necessidade de um plano diretor para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes surgiu em 2001 com o Estatuto da Cidade.

Em Bogotá, o primeiro plano de desenvolvimento foi realizado em 1975 (Acuerdo 14 de 1975), desde então foram desenvolvidos diversos planos diferentes e, a partir da década de 1990 se observa uma prática de elaborar periodicamente um plano para cada gestão. Entretanto, o documento de maior destaque sobre o uso de planejamento estratégico na capital colombiana foi o *'acuerdo 06 de 1998'* ou o também chamado *'Plan de Desarrollo Económico, Social y de Obras Públicas para Santa Fé de Bogotá, D.C., 1998 – 2001 – Por La Bogotá que Queremos'* criado durante o mandato do prefeito Henrique Peñalosa Londoño (1998-2000) e sob orientação dos catalães. Este plano elenca cinco projetos prioritários para a cidade, sendo eles: sistema integrado de transporte massivo, construção e manutenção de vias públicas, banco de terras, sistema distrital de parques e sistema distrital de bibliotecas (SECRETARIA GENERAL DE LA ALCADIA MAYOR DE BOGOTÁ, 1998).

A partir da elaboração do *'Acuerdo 06 de 1998'* a prática estratégica não saiu mais da pauta em programas de governos colombianos. Desde então houveram os seguintes planos: *'decreto 440 de 2001 – Bogotá para vivir todos Del mismo lado'*; *'Acuerdo 119 de 2004 – Bogotá sin indiferencia um compromiso social contra La pobreza y la exclusión'*; *'Acuerdo 308 de 2008 – Bogotá positiva: para vivir mejor'* e há um programa de governo do prefeito Gustavo Petro Urrego com vigência de 2012 à 2015 intitulado *'Bogotá humana yá'*. A lista completa está detalhada no quadro 01. Pode-se dizer que o planejamento estratégico se transformou em uma ferramenta importante na definição de programas de governo, uma vez que não se deixou mais de usar tal ferramenta.

Quadro 1 - Lista dos planos de desenvolvimento para Bogotá.

NORMA	PREFEITO	NOME DO PLANO	ANOS
Acuerdo 14 de 1975	Luis Prieto Ocampo		1975-1976
Acuerdo 8 de 1991	Juan Martín Caicedo Ferrer		1991-1992
Acuerdo 31 de 1992	Jaime Castro	Prioridad Social	1993-1995
Decreto 295 de 1995	Antanas Mockus Sivickas	Formar Ciudad	1995-1998
Acuerdo 6 de 1998	Enrique Peñalosa Londoño	Por la Bogotá que queremos	1998-2001

Decreto 440 de 2001	Antanas Mockus Sivickas	Bogotá para VIVIR todos Del mismo lado	2001-2004
Programa de Gobierno	Luis Eduardo Garzón	Lucho Por Bogotá Humana y Moderna	2004-2007
Acuerdo 119 de 2004	Luis Eduardo Garzón	Bogotá Sin Indiferença Um Compromiso Social Contra La Pobreza y La Exclusión	2004-2008
Programa de Gobierno	Samuel Moreno Rojas	Bogotá Positiva: Por El Derecho e la Ciudad y a Vivir Mejor.	2008-2011
Acuerdo 308 de 2008	Samuel Moreno Rojas	Bogotá Positiva: Para Vivir Mejor	2008-2012
Programa de Gobierno	Gustavo Petro Urrego	Bogotá Humana Ya!	2012-2015

Fonte: Alcaldía Mayor de Bogotá D.C. (2002)

Com este arcabouço legislativo e inserido neste contexto histórico marcado pelo crescimento excessivo e desordenado da cidade, a capital colombiana desenvolve um planejamento de requalificação urbana capaz de reintegrar espaços da cidade e promover a inclusão social através da mobilidade e da educação. Foram realizados um plano de mobilidade com a implantação de ciclovias e sistema de ônibus expressos (*Transmilenio*) e um programa de bibliotecas públicas (*Biblored*).

Assim, no mandato de Peñalosa, foi criada a empresa *Transmilenio SA*, que buscava garantir a acessibilidade de áreas da cidade a partir da implementação de sistemas integrados de transporte massivo. Inspirados na experiência de Curitiba e de Barcelona, o programa *Transmilenio* se torna associado do SIBRT (*Asociación Latino-Americana de Sistemas Integrados y BRT*) e do CIDEU (*Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano*), órgão de consultoria de planejamento estratégico cuja cidade se tornou membro desde 1993.

O programa *Transmilenio* tinha como objetivo inicial melhorar o sistema de transporte público, restringir o uso do automóvel particular, melhorar e expandir as ciclovias da cidade e melhorar o espaço público como um todo. Hoje possui 84,4km de corredores exclusivos de ônibus implantados e uma malha cicloviária de 180 quilômetros. O programa foi financiado por uma parceria público-privada na qual a ordem dos investimentos públicos foi de 81,3% enquanto que o investimento privado foi da ordem de 18,7% (FORO..., 2005, p.26).

Os resultados obtidos pela implantação do *Transmilenio* são muito compensatórios, o sistema conseguiu diminuir em 32% o tempo médio das

viagens e 40% as emissões de gases e 90% o número de acidentes em Bogotá (PELAÑOSA, 2012). O projeto das estações, assim como o modelo de Curitiba, oferece segurança no embarque e desembarque e reflete a importância da criação de espaços públicos de qualidade.

Neste ponto do trabalho é importante ressaltar que Sorocaba não desenvolve um programa de mobilidade com a mesma importância do *Transmilenio*, principalmente no que diz respeito ao transporte público de massa. Porém, a partir de um olhar para o *Transmilenio* é possível perceber como se dá a transferência de tecnologia através da atuação de organizações externas que detêm o conhecimento prévio da prática a ser implantada, como é o caso da participação do CIDEU e do SIBRT.

Outro ponto interessante ao analisar o programa bogotano é verificar que o programa de mobilidade tem o objetivo de desenvolver a cidade de forma democrática. Não simplesmente por oferecer um serviço de qualidade, mas também por proporcionar espaços públicos qualificados voltados para o usuário de todas as camadas da sociedade. Peñalosa sintetiza com a máxima: “Uma boa cidade não é aquela onde os cidadãos pobres também têm carro, e sim aquela na qual, inclusive, os cidadãos ricos usam o transporte público” (PELAÑOSA, 2012).



Figura 9 - Estações do 'Transmilênio'. Colômbia.
Fonte: Plataforma reúne informações... (2012)



Figura 10 - Rede de vias do 'Transmilenio'.
Fonte: Ubicación (2012)

No que diz respeito a rede distrital de bibliotecas em 1998, a *Alcaldía Mayor de Bogotá* sob a administração de Enrique Peñalosa e a *Secretaría de Educación del Distrito Capital* criaram um programa social através de um sistema integrado de bibliotecas chamado '*Red Capital de Bibliotecas Públicas de la Secretaría de Educación del Distrito – Biblored*'. As bibliotecas públicas são parte de um plano estratégico de desenvolvimento urbano que visa a implantação de equipamentos na malha urbana de forma hierarquizada com o objetivo de reestruturar toda a cidade e promover espaços públicos democráticos. Este sistema compreende três tipologias de bibliotecas, sendo três *bibliotecas mayores*, seis *bibliotecas locales*, dez *bibliotecas de barrio* e um sistema de transporte chamado *Bibliobús* implantados em pontos estratégicos da cidade com a intenção de contemplar programas de leitura, serviços bibliotecários e atividades culturais (ALCADIA MAYOR DE BOGOTÁ D.C., 2009). Cada biblioteca desse sistema tem como objetivo servir como um importante centro cultural e de encontro comunitário com acesso livre aos habitantes da cidade. Junto a isso cada biblioteca é um centro de investigação e aprendizagem voltado principalmente à população infantil e juvenil.

As três escalas de bibliotecas se diferenciam segundo uma organização administrativa e cada programa está diretamente relacionado à intenção de interagir com a população. As bibliotecas maiores estão situadas em pontos estratégicos da cidade como os parques urbanos ou no centro da cidade, tem capacidade para 150.000 volumes e 600 postos de leitura cada uma. As bibliotecas locais são de nível intermediário em relação à sua localização, infraestruturas e coleções. Permitem prestar serviços em raios não alcançados pelas bibliotecas maiores. Já bibliotecas de bairro são criadas com convênio com outras entidades, departamento de bem estar social, associações de moradores e corporações privadas com o intuito de serem porta-vozes do serviço público e manterem um contato bastante direto com a população.

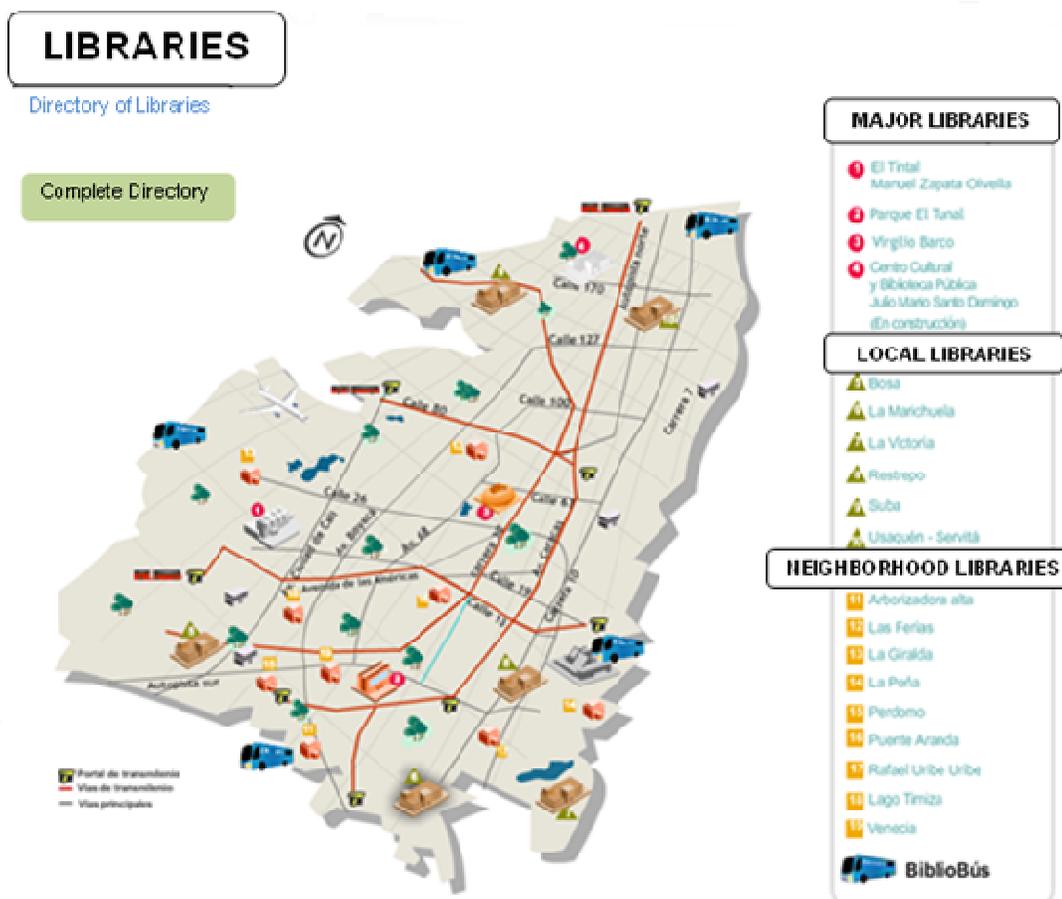


Figura 11 - Rede de bibliotecas públicas 'Biblored'. Bogotá.
Fonte: Bogotá D.C. (2012)

A implantação das bibliotecas teve como diretriz estratégica a requalificação do espaço público como instrumento de inclusão social e de cidadania. Segundo a apresentação da *Biblored*, “cada biblioteca constitui um importante centro de investigação e aprendizagem, assim como um espaço cultural e de encontro comunitário no qual podem ter acesso de forma livre os habitantes da cidade”. E mais, o programa “representa uma “outra” dimensão do espaço público a serviço da informação, educação e criatividade (ALCADIA MAYOR DE BOGOTÁ D.C., 2009). Segundo Jorge Ramires (2011), Bogotá propôs “uma série de políticas públicas na criação de infraestrutura urbana a caminho da criação da cidadania” (RAMIRES, 2011). Visando ser uma rede de bibliotecas públicas de destaque em serviços de informação, extensão cultural e programas que promovam a leitura e a escrita, a *Biblored* tem como missão o desenvolvimento social e cultural da cidade de Bogotá, garantindo o acesso à

informação, conhecimento, arte e recreação como elementos essenciais e insubstituíveis para o melhoramento de qualidade de vida da população. Porém, mais do que isto o programa é um instrumento de consolidação do espaço público, de encontro e convívio como uma ferramenta para a resignificação da cidadania. Sua implantação distribuída pelo território visa abranger toda população oferecendo um pólo de relacionamento e de significado para as diversas comunidades.

[...] a importância das bibliotecas públicas é reconhecida pelo governo nacional da Colômbia a ponto de ter criado a 'Ley Nacional de Bibliotecas (Ley 1379) de 2010', que define a biblioteca pública como serviço público y garante o financiamento, funcionamento e manutenção das bibliotecas a nível nacional. O efeito é impulsionar a gestão pública a garantir os direitos culturais e educativos dos cidadãos através das bibliotecas públicas. (CASTALLENOS, 2010 *apud* MCDERMOTT, 2010, p.13.)⁷. Tradução do autor.

Uma das bibliotecas maiores do sistema Biblored é a Biblioteca Pública Virgílio Barco, projetada pelo arquiteto Rogélio Salmona, um dos mais representativos arquitetos da Colômbia. Inaugurada em 20 de dezembro de 2001, ela faz parte do plano piloto do parque urbano Simón Bolívar. Sua implantação está conformada por zonas de restaurantes, caminhos, ciclovias e percursos de fios d'água. O projeto parte do princípio que o espaço público e a biblioteca se condicionam um ao outro, ou seja, do mesmo modo que a biblioteca condiciona a retomada da esfera da vida pública, o espaço público se torna parte do programa do projeto urbano. A biblioteca, que tem a leitura como sua principal função programática, contempla também programas subjetivos de relacionamento com a cidade, dessa forma são criados valores sociais, geográficos, paisagísticos históricos e vivenciais para que a memória da biblioteca construa também a memória pública. A retomada do espaço público nesse sentido faz com que a cidade propicie uma atratividade a ponto de ser competitiva com outras instituições e atividades como os centros comerciais que, como modelo urbano, substituíram os espaços públicos no papel de ponto de encontro no âmbito das relações humanas nas cidades atuais.

⁷ Original: [...] *la importancia de las bibliotecas públicas es reconocida por el gobierno nacional de Colombia, que creó la Ley Nacional de Bibliotecas (Ley 1379) de 2010. La ley define la biblioteca pública como servicio público y garantiza la financiación, funcionamiento, y mantenimiento de las bibliotecas al nivel nacional. El efecto es impulsar la gestión pública a garantizar los derechos culturales y educativas de los ciudadanos a través de las bibliotecas públicas.*



Figura 12 – Vista geral da biblioteca Virgílio Barco, Bogotá.
Fonte: Acervo do autor.



Figura 13 - Vista interna da biblioteca Virgílio Barco, Bogotá.
Fonte: Acervo do autor.



Figura 14 - Implantação da biblioteca Virgílio Barco, Bogotá.

Fonte: GOOGLE EARTH - Virgilio Barco, Bogotá – Cundinamarca, Colômbia (2012).

A biblioteca Virgilio Barco ao ser analisada através de fotos aéreas pode causar certa estranheza à primeira vista, pois aparentemente se coloca de modo isolado, sem interagir com a malha urbana existente na área. Além disso, sua forma circular distante das ruas passa a impressão de uma construção hermética, pouco convidativa e que pouco dialoga com seu entorno. Porém, uma visita ao local mostra a preocupação do arquiteto em projetar na escala da experiência humana, do relato, do percurso.

No que diz respeito a relação edifício-cidade, o arquiteto colombiano desenvolve uma construção que se remete ao orfanato Amstelveenseweg, projeto de Aldo Van Eyck construído em 1955-60 em Amsterdam. Isto é, a obra se conecta com o usuário muito antes de se adentrar no corpo construído da biblioteca. O limite de onde acaba a cidade e começa o edifício é diluído através de caminhos, percursos e perspectivas. Não é possível distinguir quando de fato se entra no edifício, se é quando se encontra o fio d'água que acompanha o caminho do hall de entrada, se é ao passar por debaixo da viga de concreto apoiada em paredes de tijolos aparentes, ou se é ao contemplar o pátio interno com as águas que correm no seu centro.

O edifício erguido com um sistema construtivo muito popular na Colômbia que é o *ladrillo* (tijolo)⁸ e concreto. Sua implantação se desenvolve de forma a permitir um percurso quase infinito. Ao entrar no hall principal é possível percorrer o edifício através de passagens, percursos, rampas que levam a diversos lugares como cafeteria, auditório fechados ou abertos como a cobertura que se transforma numa área de estar muito agradável. Os rejuntas e os tijolos do piso se conectam formando desenhos que denunciam a transformação do percurso em praças, pela coloração em dois tons de vermelhos determinados por diferentes tempos de cozimento da argila.

É importante lembrar que a biblioteca Virgílio Barco é uma das três maiores bibliotecas do sistema Biblored, isso significa que a área de influência e o público que abrange são muito maiores que a população do entorno imediato, e isso fica claro ao se dar conta da quantidade de pessoas que a frequentam. Outro ponto muito interessante das bibliotecas inseridas nesse sistema é que o livro e a leitura não são os únicos elementos de atração para as pessoas, é comum ver jovens se encontrando na cafeteria, casais namorando nos terraços, crianças participando das atividades sociais nas áreas infantis, enfim, repletos de ações que cultivam a esfera da vida pública.

Outro fato importante de ser uma das três bibliotecas de maior escala, é que o programa do edifício por si só se transforma em um programa de projeto urbano. Além de servir ao propósito programático de equipamento cultural também desempenha um papel articulador da cidade, assim, o edifício cria identidade servindo de referência urbana e se insere na vida da população ao se constituir como lugar de convívio social. Para a obtenção deste objetivo, três pontos da concepção estratégica chamam atenção por serem de extrema simplicidade. Primeiro, o fato de ter sido contratado um arquiteto nacional com obras de relevância internacional; segundo ter sido construída com materiais característicos da arquitetura vernacular colombiana, o que mostra a maestria do arquiteto contratado a fim de enaltecer a cultura local; e por fim, estar situada em um parque urbano de abrangência regional. Estes pontos estão diretamente relacionados com o objetivo de criar identidade urbana.

⁸ O tijolo é muito usado em outras obras de autoria do arquiteto como se pode observar na publicação de Castro (2008).

Assim, o projeto da biblioteca Virgílio Barco – inserido no contexto geral do programa Biblored – relacionado com um programa de integração social e de permanente atuação do poder público, cria uma mudança na qualidade de vida urbana de Bogotá de abrangência metropolitana.

Fica claro como fundamentação para o estudo de Sorocaba a importância da análise das cidades de Barcelona, Curitiba e Bogotá. As três cidades desenvolvem planejamento estratégico de modo a reestruturar a cidade como um todo, e não simplesmente focando a atenção em áreas específicas da malha urbana. Foi visto que, a partir de Barcelona a requalificação da cidade com o uso do planejamento estratégico se tornou referência conceitual por ter criado um novo paradigma para a forma de gestão de cidades. Curitiba se revela como uma segunda fonte de ações urbanas independente do uso do planejamento estratégico. Mostra que a reestruturação das cidades pode ser feita a partir da definição de projetos integrados de mobilidade, além de oferecer uma visão de programas de política pública e de desenvolvimento urbano na realidade brasileira. E por fim Bogotá apresenta uma forma contemporânea de gestão, a partir da fusão dos dois conceitos vindos de Barcelona e Curitiba. Demonstra que é fundamental a coerência entre o desenvolvimento com a implantação, construção, dos programas públicos de desenvolvimento urbano, o que insere a arquitetura como elemento fundamental para a o aumento da esfera da vida pública e assim, obtenção dos objetivos de uma cidade mais democrática.

4. SOROCABA: UM ESTUDO DE CASO ATUAL

4.1. Sorocaba: do comércio tropeiro à Manchester Paulista

Após analisar alguns exemplos de cidades que realizaram grandes modificações de âmbito urbanístico, promovendo desenvolvimento econômico e ampliando a qualidade de vida da população local, o trabalho entra no assunto principal que se propõe a estudar: o caso da cidade de Sorocaba.

Sorocaba apresenta em sua história um passado marcado pelo desenvolvimento econômico em diferentes setores. A primeira fonte de riqueza da cidade foi o comércio de animais sendo o mais representativo até fins do século XIX. Com o fim do comércio de muaras a cultura do algodão se tornou o principal produto de exportação da cidade até que no início do século XX a indústria têxtil, impulsionada pela inauguração da Estrada de Ferro Sorocabana em 1875 projetou a economia municipal em escala nacional.

A economia sorocabana, interligada à economia da capital paulista desde 1875 pela estrada de ferro sorocabana e favorecida pela construção de hidrelétricas nas quedas d'água da região, encontrou na transformação têxtil de sua produção algodoeira um novo caminho para o seu desenvolvimento dando origem a "Manchester Paulista" (BUGANZA, 2010, p.57).

A apropriação do território em função da prática econômica industrial escoada por ferrovias fez com que fossem criadas unidades fabris ou de povoamento cada vez mais distantes do centro urbano de Sorocaba. Muitas vezes por decisões que previam que o crescimento da cidade poderia atrapalhar a produção se a urbanização incorporasse o território industrial, porém esta prática mostrou que devido a distância excessiva do centro urbano se tornava necessário a criação de novas aglomerações em torno das indústrias ou pontos ferroviários. Este fato acarretou em três grandes desmembramentos territoriais ao longo da história da cidade que originaram os municípios de Araçoiaba da Serra em 1936, Salto de Pirapora em 1953 e Votorantim em 1964 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012).

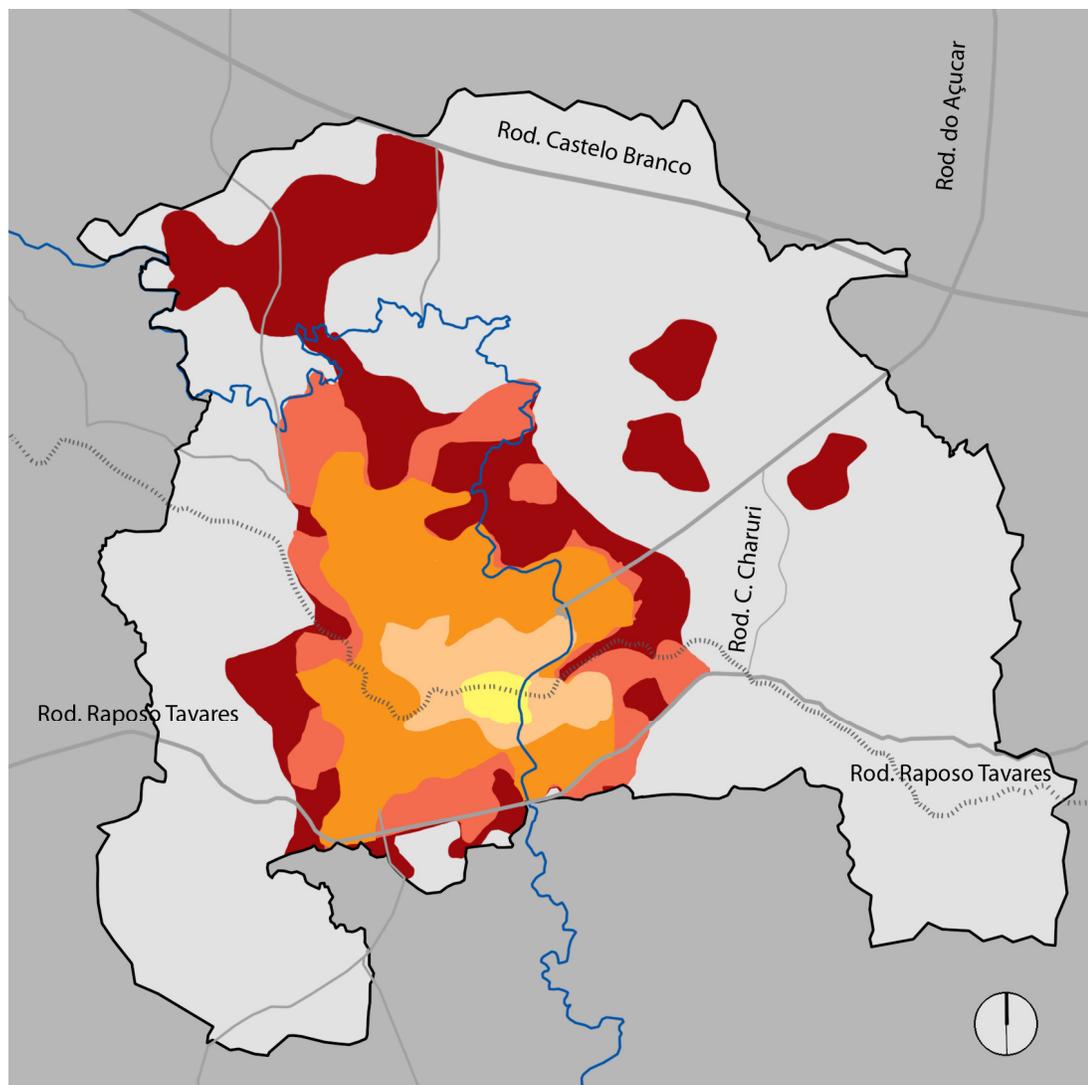
Além destes três grandes desmembramentos há outros dois aglomerados segregados da malha urbana principal da cidade, os bairros Édén e Cajuru. Ambos têm origem “tropeira”, ou seja, se originaram em pontos do percurso onde era feito o transporte de animais que vinham do Rio Grande do Sul, sendo que o bairro do Édén nasce a partir da Avenida Independência, “também conhecida como antiga estrada Sorocaba-Itu” e o bairro Cajuru era uma região de descanso de quem vinha de Aparecida do Norte sentido região de Sorocaba. Devido a distância física e econômica com o centro de Sorocaba, houveram duas tentativas de emancipação do bairro do Édén, em 1971 e 1990. Ainda hoje é possível perceber que a urbanização dos dois bairros não se conecta fisicamente com o resto da cidade. A região teve certo desenvolvimento a partir da construção da rodovia Castelo Branco e com a instalação da Fábrica de Aço Paulista na área. Atualmente a região abriga empresas de tecnologia de ponta, responsáveis por grande parte das exportações da cidade (STEFANO, 2012).

Porém a estrutura econômica da cidade começou a se diversificar a partir do início do século XX. Alguns dos principais motivos desta mudança foram as implantações de grandes rodovias, Raposo Tavares na década de 50 e Castelo Branco na década de 80; os incentivos dos Planos de Metas lançados inicialmente por Juscelino Kubitschek; e posteriormente a abertura econômica dos anos 90. Estes dentre outros fatores contribuíram para que sucumbisse a indústria têxtil, deixando ociosa também a participação da ferrovia na economia local.

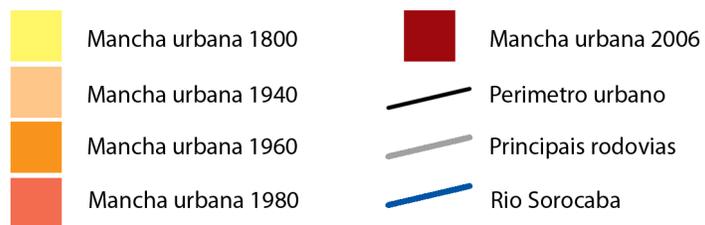
A partir da implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) na segunda metade da década de 1970, ocorre um intenso movimento migratório em todo estado de São Paulo, partindo da metrópole para o interior do estado. Um dos principais destinos foi a região de Sorocaba representando um significativo crescimento demográfico da cidade, aliado a isto a urbanização e industrialização crescente colocou a região como um dos polos de atração econômica e populacional do estado de São Paulo (FREY; CAIADO, 2011).

Atualmente Sorocaba busca uma nova forma de desenvolvimento econômico tornando-se, além de uma cidade industrial, uma cidade tecnológica por meio da criação do Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS) como será visto mais adiante. O PTS também tem servido como uma diretriz de expansão

territorial em direção ao norte da cidade como será visto de forma mais aprofundada adiante. Sua primeira fase foi inaugurada em 05 de Junho de 2012 (SOROCABA..., 2012).



MAPA DA MANCHA URBANA DE SOROCABA



Mapa 1 - Mancha urbana de Sorocaba.
Fonte: Adaptado de Buganza (2010).

4.2. Sorocaba: a trajetória da regulação urbanística municipal

No que diz respeito ao planejamento urbano, Sorocaba tem seu primeiro Código de Obras do Município, em 1950, criado por Eraldo Couto Campelo, engenheiro de Recife formado em 1945. Campelo já havia trabalhado na equipe do ex-prefeito de São Paulo e também engenheiro Prestes Maia. O Código desenvolvido por ele se caracteriza pela definição do primeiro zoneamento municipal, definindo os limites de cada zona sendo três residenciais, duas zonas comerciais, zona agrícola e zona industrial. Definiu também o que era permitido ou proibido em cada uma delas. Campelo costumava orientar pessoalmente as pessoas que fossem construir a não edificar no alinhamento do lote, como era de costume, mas voluntariamente deixar um recuo frontal para reservar espaço para jardins e praças. Além disso, no Código de 1950 foram determinadas as primeiras obrigações para os loteadores, obrigando a reservar espaços para jardins, praças e prédios públicos, em especial escolas.

Tabela 2 - População do município de Sorocaba

População do município de Sorocaba – 1950-2010							
Ano	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010*
População	93.928	136.271	174.323	268.396	365.529	492.245	586.625
Urbana	-	-	-	264.560	360.775	485.520	520.620
Rural	-	-	-	3.836	4.754	6.725	6.005

Fonte: IBGE, 2010.

Já na década de 60, foi montada uma equipe para a criação do primeiro “Plano Piloto de Desenvolvimento do Município” que contou com a participação da geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza e do arquiteto Francisco Whitaker Ferreira. Assim foi criada a Lei nº1.194 de 20/12/1963, sob mandato do prefeito Artidoro Mascarenhas. “O plano piloto estabeleceu ‘dois grandes setores para a expansão e fixação do parque industrial sorocabano’ nos limites da zona urbana, ocupando, no total, 7,27% da extensão desta”. Em 1964, sob o mandato do prefeito Armando Pannunzio e com a contratação do arquiteto Milton Carlos Ghiraldini foi dado início ao desenvolvimento do primeiro plano diretor de Sorocaba sendo aprovado em 1966 junto com o “Código de Arruamento e Loteamento” e um novo “Código de Obras”. Em 1968, surgiu o “Código de Zoneamento”. Posteriormente surgiram em 1971 o “Plano Diretor de

Desenvolvimento Integrado” pelo prefeito José Crespo Gonzáles (UMA HISTÓRIA ILUSTRADA, 2004, p.275-276, 279).

Pode-se dizer que a história urbanística contemporânea de Sorocaba se inicia a partir de 1999 com uma nova reforma do plano diretor da cidade. O Prefeito Renato Fauvel Amary, eleito em 1996 deu início, por iniciativa própria, a elaboração de um novo Plano Diretor em 1999 que viria a ser aprovado posteriormente pela Lei Municipal nº 7122 de 2004 “Plano Diretor de Desenvolvimento Físico Territorial do Município”.

O órgão responsável pela elaboração do plano foi a Secretaria de Edificações e Urbanismo que contou com o apoio técnico da empresa Ambiente Urbano Planejamento e Projeto S/C Ltda, contratada em 1999. Porém é preciso destacar a participação da URBES, empresa mista que organiza e fiscaliza o transporte coletivo e do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto) (SANTORO; CYMBALISTA; NAKAHIMA, 2005, p.14-15).

Em 2001, enquanto o novo plano estava praticamente terminado foi aprovado em Lei Federal o Estatuto da Cidade, originário do ‘Ministério das Cidades’ que modificou consideravelmente a legislação urbana no país com impacto em todos os municípios brasileiros. Além de determinar que os municípios brasileiros com mais de vinte mil habitantes deveriam desenvolver um plano diretor, também disponibilizou instrumentos legais de regulação urbana de forma a promover o crescimento democrático das cidades brasileiras. O Estatuto das Cidades introduziu instrumentos urbanísticos como o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, IPTU progressivo no tempo, desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública, outorga onerosa do direito de construir, transferência do direito de construir. A aprovação desta Lei Federal determinou que o plano desenvolvido para Sorocaba fosse revisto e adequado às determinações federais em vigor. Porém mesmo tendo inserido o conteúdo proposto pelo Ministério das Cidades o Plano Diretor de Sorocaba não é totalmente autoaplicável (SANTORO;CYMBALISTA; NAKAHIMA. 2005, p.38).

Após pouco mais de um ano, em meio a conflitos que revelaram a disputa especulativa contra o novo plano, uma vez que o prefeito era “proprietário de uma conhecida empresa de loteamentos que produz lotes para media e baixa renda”, o Vereador Gabriel Bittencourt entrou com um Mandato de Segurança na Justiça, acusando o Executivo de morosidade no processo de adaptação do

Projeto de Lei ao Estatuto da Cidade (SANTORO;CYMBALISTA; NAKAHIMA. 2005, p.12).

O Projeto de Lei foi entregue a Câmara dos Vereadores em Outubro de 2002, com as revisões que foram compreendidas como o conteúdo mínimo a ser incluído no Plano Diretor pela Prefeitura Municipal. O novo plano, mesmo contemplando as novas exigências do Ministério das Cidades, não foi elaborado de forma completamente aplicável, necessitando de legislação complementar.

A partir dessas definições podemos concluir que os objetivos e diretrizes do plano referem-se principalmente a relação físico territorial das atividades no território (dimensionamento de infra-estrutura, oferta de equipamentos e serviços, etc, desenvolvimento econômico – vantagens para a implantação de novos empreendimentos, zonas com uso restrito industrial, etc. – e preocupação com o meio ambiente. Não há diretrizes relativas ao tema inclusão social e habitação, como acesso à terra, regularização fundiária, direito à moradia; e também relativas à gestão social da valorização fundiária – justa distribuição de ônus e benefícios da urbanização ou recuperação da valorização obtida a partir de obras de urbanização (SANTORO;CYMBALISTA; NAKAHIMA. 2005, p.23-24).

Ainda sobre a função social da propriedade no caso do Plano Diretor de Sorocaba, o relator da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SP, Sr. Cesar Tavares assim se manifestou:

Enfim, o Plano Diretor de Sorocaba não define as áreas e seus usos EM ACORDO COM SUA FUNÇÃO SOCIAL; não define sequer o que seja função social da propriedade em lugar algum do Município. Sem essas definições, as populações locais sempre estarão sujeitas a despejos violadores de seus direitos. Os interesses imobiliários especulativos e o sempre 'discricionário interesse público' da Administração estarão sempre à vontade para promover o 'desenvolvimento'. Dessa maneira, realizar o Direito à Moradia Digna para as populações necessitadas é um sonho fora do horizonte de possibilidades do Plano Diretor de Sorocaba (Formulário de indicação Violador do Direito à Moradia. Cohre – Prêmio Direito à Moradia 2005) (SANTORO;CYMBALISTA; NAKAHIMA. 2005, p.24).

Pode-se dizer que todo o plano foi visto basicamente como uma revisão de zoneamento com interesse na ocupação e transformação de zonas rurais em zonas urbanas. O novo plano diretor previu a transferência de grande quantidade de áreas rurais para zonas de expansão urbana. A distribuição territorial anterior ao plano que era de 48,87% de área rural e de 44,54% de área urbana se transformou em 17,60% de área rural e 71,17% de área urbana, o que acarretava na necessidade de implantação de infraestrutura por parte do poder público.

Tabela 3 - Alterações dos perímetros urbano e rural.

Anterior	Km²	%	Atual	Km²	%
Área Rural	222,86	48,87	Área Rural	80,24	17,60
Área Urbana	203,12	44,54	Área Urbana	324,56	71,17
Área Industrial	30,02	6,58	Área Industrial	51,20	11,23
Área Territorial	456,00	100,00	Área Territorial	456,00	100,00

Fonte: Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Sorocaba (2004) *apud* Santoro; Cymbalista; Nakahima (2005, p.26).

De todo modo, mesmo não contemplando nenhum instrumento de gestão democrática e sendo alvo de diversos embates jurídicos o plano foi aprovado em 17 de junho de 2004.

Após a aprovação da lei municipal nº7122 houve ainda uma nova revisão em 2007 resultando na Lei Municipal nº 8181 de 05 de Junho de 2007 que vigora até os dias de hoje. A revisão não traz grandes avanços quanto aos instrumentos do Estatuto da Cidade, altera algumas questões de divisão de lotes de determinados bairros, mas não avança na questão da regulação urbanística. Este fato demonstra que por mais que a cidade de Sorocaba tenha se projetado como uma cidade democrática a partir do uso de novos modelos de planejamento urbano como é o caso do planejamento estratégico, esta nova postura não se apresenta com mesmo teor na legislação, isto é, no seu plano diretor.

Até os dias de hoje, mesmo durante todo o mandato do atual prefeito Vitor Lippi, não existiu nenhum indicativo de que possa haver interesse em promover a cidade democrática a partir da legislação. Caso isso venha a ocorrer nas próximas gestões será necessária uma nova revisão do Plano Diretor do município, e logicamente devendo ser realizada com a participação popular.

4.3. Sorocaba: cidade polo regional ou metrópole?

A realidade metropolitana na qual Sorocaba está inserida têm relações tanto com as cidades fronteiriças quanto com a dinâmica da macro escala regional, refletindo influências da Macrometrópole Paulista e até da Megalópole do Sudeste (QUEIROGA, 2005). A imagem a seguir enfoca a área compreendida

entre as cidades de Sorocaba, Campinas, Santos e São José dos Campos – contendo no interior deste perímetro a cidade de São Paulo – como a área de ‘concentração de funções econômicas diversificadas’ (EMPLASA, 2012) do estado de São Paulo.

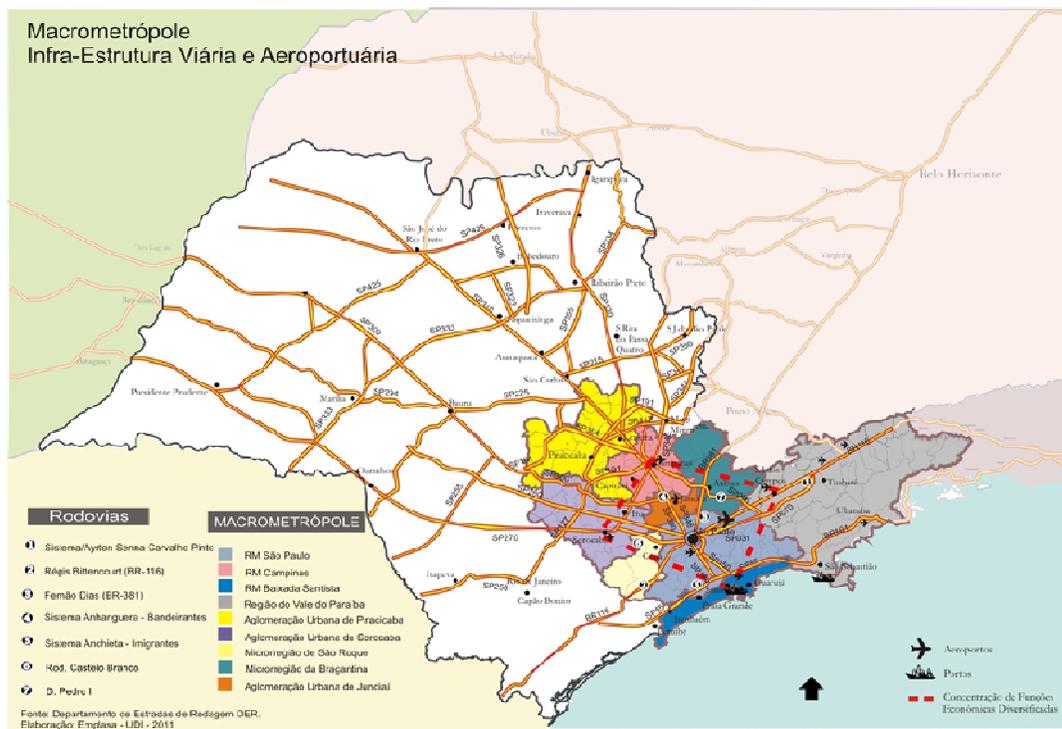


Figura 15 - Áreas Macrometrópole: Infraestrutura viária e aeroportuária.
Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (2012a).

Esta parte do trabalho procura apresentar as ações que evidenciam a realidade vivenciada pelo município. Assim, procura-se demonstrar a relação entre a cidade de Sorocaba com as demais cidades limítrofes que sofrem influência e interação com a dinâmica da cidade polo. E demonstrar as ações do governo do Estado no sentido de transformar a região de Sorocaba em uma Região Metropolitana ou em uma Aglomeração urbana de modo a evidenciar a dinâmica metropolitana existente na região de Sorocaba.

A pauta do desenvolvimento e planejamento regional no Brasil tem início na década de 1960. Eduardo Hotz coloca que o reconhecimento da existência do fenômeno de uma superestrutura urbana (a Região Metropolitana) se dá nas Cartas autoritárias de 1967-69 (HOTZ, 2000, p.92) a partir das quais

foram institucionalizadas por meio de Leis Complementares a partir de 1973 as primeiras Regiões Metropolitanas do país. A Constituição de 1988 avançou na questão com a descentralização do poder dando autonomia ao poder estadual sobre a criação de novas regiões metropolitanas, o que se oficializa com a Constituição Estadual de 1989.

A Constituição paulista, em especial, incluiu todo o Capítulo II, em seu Título IV – Dos Município e Regiões – intitulada da Organização Regional. Nesse capítulo, procedeu-se à definição de objetivos visados com aquela organização, dos requisitos que configurariam os três tipos previstos de unidade regional [...] (HOTZ, 2000, p.93)

Atualmente, na tentativa de avançar na questão metropolitana, foi criado em 2004 um projeto de Lei que visa a criação do Estatuto da Metrôpole:

O Estatuto da Metrôpole – Projeto de Lei 3460/04 foi recentemente desarquivado e se encontra em tramitação no Congresso. Segundo o Observatório das Metrôpoles (2008), o Estatuto vem preencher uma lacuna deixada pelo Estatuto das Cidades (Lei Federal 10.257/01) sobre um arcabouço que ampare a questão metropolitana e o desenvolvimento regional-urbano. [...] Como parte de seu escopo, ele atualizará as conceituações de Regiões Metropolitanas (RM), Aglomerações Urbanas (AU), Microrregiões (MR), e Regiões Integradas de Desenvolvimento Regional (RIDE) nas suas diferentes possibilidades de instituição; estabelecerá os fundamentos, diretrizes e objetivos da Política Nacional de Planejamento Regional Urbano (PNPRU) e criará o Sistema Nacional de Planejamento e Informações Regionais Urbanas (SNPIRU) (RUFINO, 2012, p.11).

Já no que diz respeito especificamente a Sorocaba, existem duas propostas de institucionalização regional que influenciarão sobremaneira o futuro da cidade. Há em tramitação, desde 2005 uma proposta de Lei de criação da Região Metropolitana (RM) de Sorocaba e, em paralelo, há também uma proposta de criação da Aglomeração Urbana de Sorocaba (AU). As duas propostas divergem em relação à sua classificação, escolha dos municípios integrantes e de interpretação sobre a dinâmica metropolitana existente em Sorocaba, mas deixam clara a necessidade de um planejamento regional voltado para a realidade metropolitana na qual a cidade está envolvida.

Será visto adiante, quando forem apresentados os programas de políticas públicas para a cidade de Sorocaba, que embora exista uma dinâmica regional vivenciada, não existem ações de efetiva abrangência regional. Serão

vistos programas de caráter social, de infraestrutura viária e ambiental, porém nenhum dos programas para Sorocaba ultrapassa o perímetro municipal.

4.3.1. Proposta de criação da 'Região Metropolitana' (RM) de Sorocaba

Em 2005 o deputado estadual Hamilton Pereira (PT) elaborou o Projeto de Lei Complementar nº33/2005 que pleiteia à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo criar a Região Metropolitana de Sorocaba que seria a 5ª do Estado de São Paulo. Esse fato demonstra uma mudança de visão dos gestores já em 2005 no sentido de considerar a importância de se trabalhar com o planejamento urbano regional. Segundo o Projeto, a Região Metropolitana de Sorocaba deveria ser criada devido a sua importância econômica e a dinâmica urbana com abrangência regional.

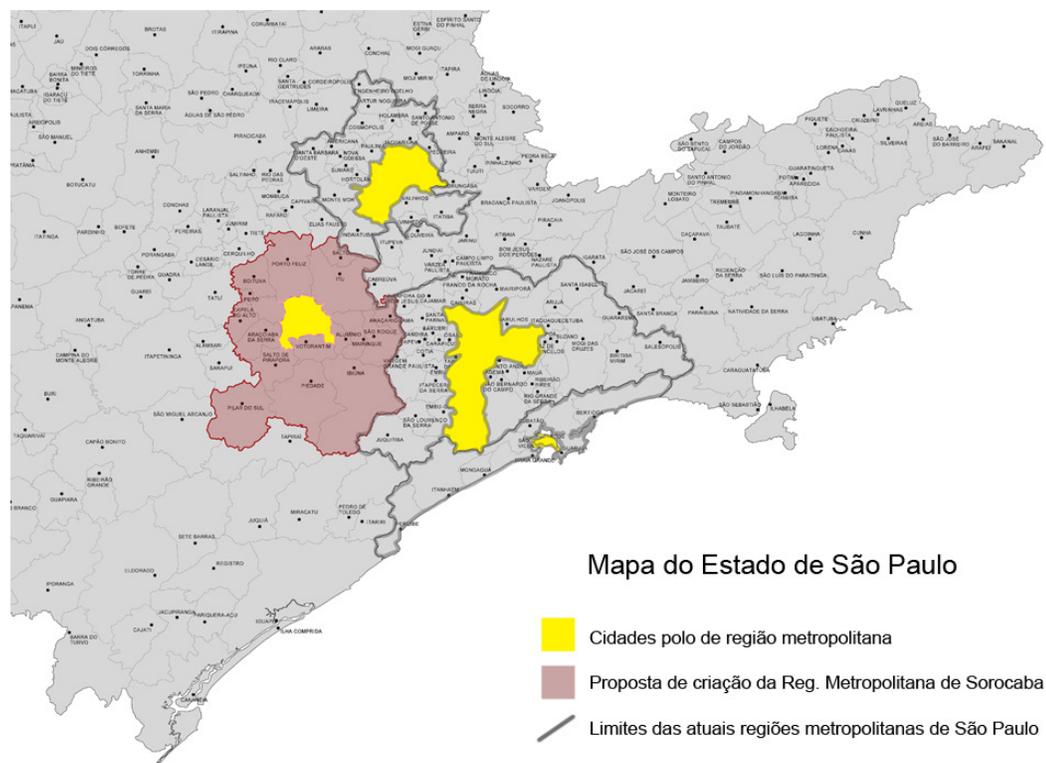
O Projeto de Lei de Hamilton Pereira está alinhado com os termos da Proposta de Lei nº3460/04 que cria o estatuto da metrópole, mas ainda sem aprovação. A proposta prevê a integração de 17 municípios, a fim de favorecer o planejamento e o desenvolvimento integrado entre eles.

Dentre os municípios que comporiam a região metropolitana 10 fazem parte da atual aglomeração urbana – Alumínio; Araçariguama; Iperó; Itu; Mairinque; Salto de Pirapora; Salto; São Roque; Sorocaba; Tapiraí; Tietê; Votorantim – 02 fazem divisa com o município – Araçoiaba da Serra; Porto Feliz – e 04 são da Região de Governo de Itapetininga – Ibiúna; Piedade; Boituva; Capela do Alto – posteriormente foi acrescida a cidade de Pilar do Sul, totalizando os 17 municípios (BUGANZA, 2010, p.91).

Sobre o processo de metropolização de Sorocaba Buganza diz:

Ainda que não aceita unanimemente pelas autoridades locais por entender que a região como um todo precisa se desenvolver e sanar as disparidades regionais, a RM de Sorocaba está cada vez mais próxima de se tornar uma realidade. E como cidade sede, Sorocaba já apresenta os indícios e as dinâmicas metropolitanas. Do ponto de vista do processo de metropolização, a realidade vai assumindo proporções independentes da vontade política ou do acompanhamento das políticas e ações públicas (BUGANZA, 2010, p.99).

E por fim completa: “a Região Metropolitana de Sorocaba já é uma realidade vivenciada ainda que não existente” (BUGANZA, 2010, p.99).

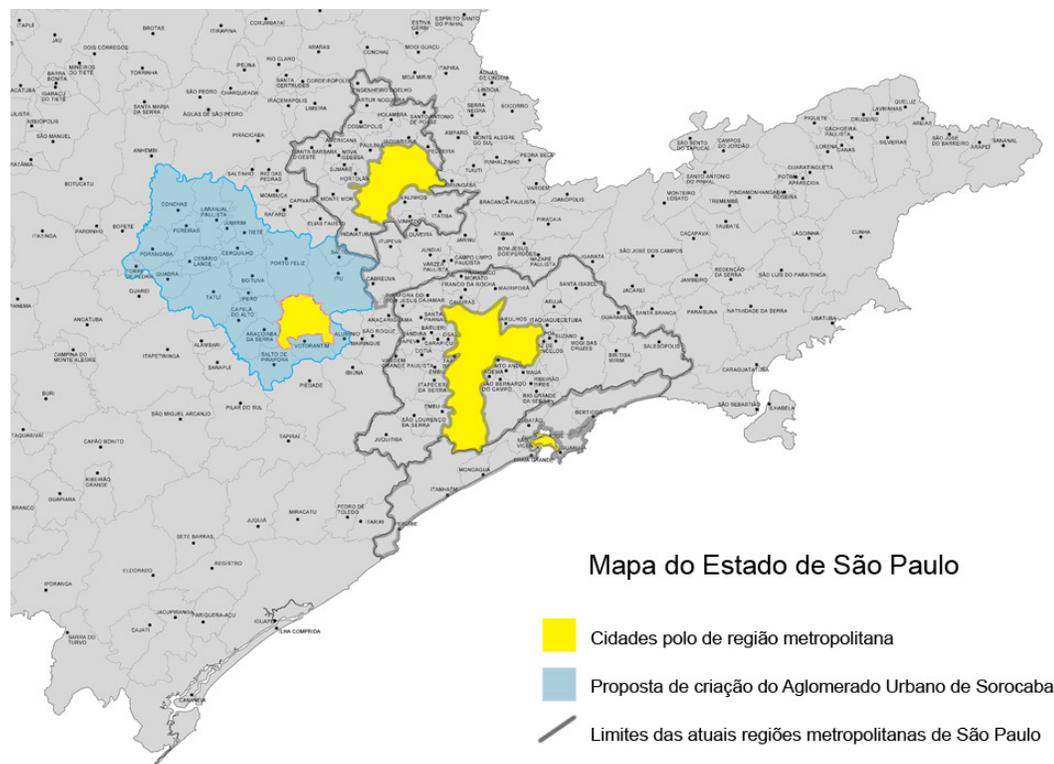


Mapa 2 - Estado de São Paulo. Proposta da Região Metropolitana de Sorocaba.
Fonte: do autor.

4.3.2. Proposta de criação do 'Aglomerado Urbano' (AU) de Sorocaba

Em 28 de maio de 2012 foi realizada uma audiência pública em Sorocaba para a apresentação da proposta do Governo do Estado sobre a criação do Aglomerado Urbano de Sorocaba. Na ocasião o secretário estadual de Desenvolvimento Metropolitano Edson Aparecido apresentou a proposta que criaria o agrupamento de 22 municípios, totalizando uma média de 1,5 milhões de habitantes. Os municípios citados na primeira proposta são: Alumínio; Araçoiaba da Serra; Boituva; Capela do Alto; Cerquillo; Cesário Lange; Conchas; Iperó; Itu; Jumirim; Laranjal Paulista; Pereiras; Porangaba; Porto Feliz; Quadra; Salto; Salto de Pirapora; Sorocaba; Tatuí; Tiête; Torre de Pedra e Votorantim (ARAÚJO,

2012). Ainda há muita divergência de opinião sobre quais municípios estariam dentro e quais estariam fora da definição do Aglomerado Urbano.



Mapa 3 - Estado de São Paulo. Proposta do Aglomerado Urbano de Sorocaba.
Fonte: do autor.

Como oposição ao Aglomerado, o deputado Hamilton Pereira defendeu que Sorocaba já se metropolizou e argumentou que os investimentos do governo federal privilegiam as regiões metropolitanas (ARAÚJO, 2012). De fato, a escolha entre Região Metropolitana e Aglomerado Urbano está intimamente ligada com o volume de capitais repassados para cada entidade. Porém, deixando de lado os interesses financeiros a visão de Pereira em relação a metropolização de Sorocaba não leva em conta uma relação da possível futura Região Metropolitana de Sorocaba com o resto do Estado, logo é setorial, isto é, limitada aos municípios que sofrem influência direta da cidade polo que é Sorocaba. Enquanto que a proposta da criação do Aglomerado Urbano de Sorocaba parte de uma visão mais ampla a fim de relacionar a região de Sorocaba com as demais Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas existentes no Estado de São Paulo. Mesmo considerando que a composição dos municípios que comporiam a

possível futura aglomeração não tenham tanto dinamismo quanto a interação dos municípios elencados na proposta de Pereira.

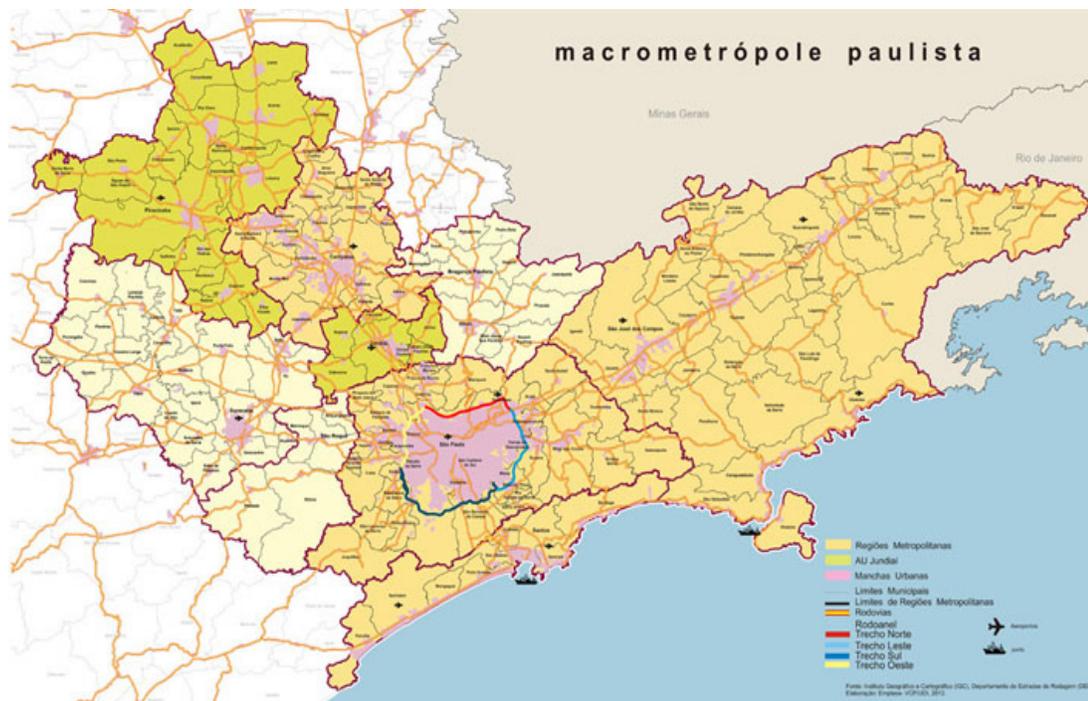


Figura 16 - Macrometrópole Paulista.

Fonte: Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (2012b).

Neste sentido, a proposta da criação do Aglomerado Urbano de Sorocaba se alinha com a forte intenção do governo do estado em dar corpo à Macrometrópole Paulista. Um estudo realizado pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) em 2011 caracterizava a Macrometrópole Paulista com 153 municípios como a 4ª maior macrometrópole do planeta. Desde então foram criadas a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (Lei nº1166 de 09/01/2012) e os Aglomerados Urbanos de Jundiaí (2011) e de Piracicaba (2012). Em nota publicada em maio de 2012 foi divulgado que “os projetos das áreas ainda não criadas formalmente serão encaminhadas a Assembleia Legislativa este ano” (TOMAZELA, 2012).

De toda forma, mesmo que ainda não tenha sido aprovado pela Assembleia Legislativa de São Paulo o Aglomerado Urbano ou a Região Metropolitana de Sorocaba a prefeitura municipal vem demonstrando

profundidade sobre um maior conhecimento de planejamento regional como pode ser observado nesta declaração do prefeito Vitor Lippi em agosto de 2011:

Melhor que uma cidade desenvolvida, é uma região desenvolvida. Se nós tivermos um equilíbrio de desenvolvimento, nós teremos muito menos problemas e uma migração menor do que a que nós temos hoje. O crescimento muito rápido é impossível evitar, não tem como falar para as pessoas não virem para cá porque elas vêm já que aqui existem mais oportunidades que nas outras cidades. O que nós precisamos é também, criar oportunidades nas cidades da região. Mas nós não temos como encaminhar indústrias para lugar nenhum. É a indústria que escolhe a cidade. Agora, como é que a indústria vão escolher uma cidade? Ela vai onde estão as melhores condições para produzir. E as cidades têm dificuldade de entender isso porque isso exige planejamento e as cidades menores não têm estrutura, não têm profissionais, fazer projetos sustentados financeiramente, que realmente sejam viáveis, eles não sabem desenvolver projetos de médio e longo prazo. Por isso, a nossa proposta é criar uma empresa pública de desenvolvimento regional. Porque, antes do desenvolvimento, vem o planejamento. Todo mundo ganha com isso. Uma região com mais oportunidades significa menos problemas na saúde de Sorocaba, na habitação. Evitar esse problema migratório porque as cidades estão diminuindo cada vez mais e as cidades de porte médio estão crescendo muito rápido. Isso não diminui o desenvolvimento da cidade, mas melhora a qualidade do crescimento da cidade (LIPPI, 2011, p.42).

4.3.3. Ações de interação com o contexto regional

Em 28 de maio de 2012, no mesmo dia da apresentação da proposta de criação do Aglomerado Urbano de Sorocaba, o prefeito Vitor Lippi oficializou a criação do 'NUPLAN' (Núcleo de Planejamento Urbano) que pretende ser uma instituição de planejamento regional tendo como atribuição "a elaboração de um diagnóstico social, ambiental, cultural, urbanístico e econômico, que tenha a finalidade de promover o desenvolvimento em conjunto dos municípios que compõem a região administrativa de Sorocaba". Atualmente está em pauta "a definição das comissões que irão administrar[...], gerenciar os trabalhos e as ações[...] visando atender à 22 cidades que compõem a instituição" (VITOR LIPPI OFICIALIZA..., 2012). Atualmente existe a dúvida se o NUPLAN resistirá ao pouco tempo de governo que resta ao atual gestor, cujo mandato termina no final deste ano, 2012.

Além da tentativa de agregar os municípios próximos, vinculados à dinâmica regional por meio do NUPLAN, o poder público de Sorocaba tem procurado trocar experiências com outras cidades médias que se assemelham com as suas características metropolitanas. Assim, em julho de 2006 foi criado o Fórum Cidades Parceiras. O Fórum reúne os municípios de Jundiaí, Piracicaba, Ribeirão Preto, São Caetano do Sul, São José dos Campos e Sorocaba. A intenção é reunir municípios com características socioeconômicas semelhantes a fim de “gerar trocas de experiências entre as administrações municipais destas cidades, ampliar a atuação com a sociedade civil organizada e organizações não-governamentais, e garantir uma representatividade para as reivindicações de interesses comuns, com o intuito de melhorar a qualidade de vida de seus habitantes” (FÓRUM CIDADES PARCEIRAS, 2012).

5. ESTRATÉGIAS E AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA EM SOROCABA

5.1. O GesPública e o 'Modelo de Excelência em Gestão Pública' (MEGP)

Além destes elementos que demonstram uma visão mais consciente do planejamento urbano, Sorocaba apresenta um grande diferencial na gestão de 2008-2012 pelo fato de ter usado um modelo de planejamento estratégico. Mas para compreender melhor sobre como este modelo de gestão foi implantado em Sorocaba é preciso olhar alguns fatores precedentes que foram determinantes na significativa mudança na gestão municipal da cidade.

De início é preciso colocar que a situação do funcionamento do aparelho de Estado e da gestão pública brasileira foi colocada em cheque pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Administração (CONSAD) ao ser redigida a “Carta de Brasília” sobre Gestão Pública durante o congresso do CONSAD em maio de 2008.

Dentre as considerações contidas na Carta de Brasília fica apontado que “o Estado Brasileiro precisa cumprir sua função precípua de desenvolver políticas públicas direcionadas para a garantia da igualdade de oportunidades, dos direitos básicos de cidadania e do desenvolvimento sustentado, produzindo resultados eficientes e efetivos para a sociedade”, “que para dar conta das demandas da sociedade no contexto atual é necessário repensar a forma de organização e funcionamento do Estado”, “que é urgente a inclusão do tema melhoria da gestão pública na agenda política dos Governos” e “que é fundamental orientar a atuação do Estado para resultados e com foco no cidadão (SILVA; MEDEIROS, 2009)”.

Conforme as decisões da carta ficou declarado na data em questão “que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o CONSAD vão estabelecer uma parceria com o objetivo de propor e desenvolver ações voltadas a melhorar a gestão [...]” e “Submeter à sociedade a proposta de construção de

um pacto para melhorar a gestão [...]”. Com estas decisões foram destacadas tópicos como condição de elementos estruturais, dentre quais estavam a gestão de pessoas, modelos de gestão, instrumentos do ciclo de gestão e mecanismos de coordenação e integração, além do combate a corrupção e a intensificação do uso da tecnologia e sistemas de informação (SILVA; MEDEIROS, 2009).

Como fruto da parceria estabelecida foi criado pela secretaria de Gestão Pública (SEGEP) o “Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização” (GesPública) que apoia os governos locais com a intenção de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados além de desenvolver um modelo gerencial focado em resultados para ser implantados nas organizações públicas. O modelo criado é o Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEPG) do qual o Prêmio Nacional de Gestão Pública é a parte avaliativa do modelo (SIQUEIRA, 2010).

O modelo “tem como finalidade, segundo o que o decreto que o instituiu (BRASIL, 2005): ‘[...] contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e para o aumento da competitividade do País” (FERNANDES, 2009, p.09-10).

A compreensão de que um dos maiores desafios do setor público é de natureza gerencial fez com que se buscasse um modelo de excelência em gestão focado em resultados e orientado para o cidadão. Este modelo deve guiar as organizações públicas em busca de transformação gerencial rumo à excelência e, ao mesmo tempo, permitir avaliações comparativas de desempenho entre organizações do setor privado. Este modelo de excelência em gestão, de padrão internacional, que expressa o entendimento vigente sobre o “estado da arte” da gestão contemporânea, é a representação de um sistema de gestão que visa aumentar a eficiência, e eficácia e a efetividade das ações executadas. É constituído por elementos integrados, que orientam a adoção de práticas de excelência em gestão com a finalidade de levar as organizações públicas brasileiras a padrões elevados de desempenho e de qualidade em gestão. [...] O Modelo de Excelência em Gestão Pública foi concebido a partir da premissa de que a administração pública tem que ser excelente sem deixar de considerar as particularidades inerentes à sua natureza pública (BRASIL, 2010).

Em outras palavras o Modelo de Excelência de Gestão Pública foi a base do modelo de “planejamento estratégico” utilizado em Sorocaba. Porém em moldes diferentes dos aplicados nas cidades como referência deste trabalho, Barcelona e Bogotá. Os diferenciais do modelo brasileiro estão primeiramente no foco dado à melhoria do serviço prestado pelo poder público, este ponto se difere

por não ter diretamente reflexo no espaço urbano; e em segundo lugar, a meu ver a frente dos outros modelos aplicados nas cidades utilizadas, está o fato de ter caráter genuinamente público. O modelo de planejamento foi desenvolvido pelo Governo Federal Brasileiro para ser aplicado nas organizações estatais. Desta maneira exclui-se a hipótese de uma transferência intencional de um sistema gerencial vindo do sistema privado que não respeita o caráter público dos órgãos públicos. Como é dito por Fernandes (2009, p.10):

O programa assume a vertente única e verdadeira para as funções do Estado: ser excelente sem deixar de ser público, que, como o próprio programa preconiza, é uma questão de princípios, recuperando a emblemática frase de Hélio Beltrão (apud LIMA 2007, p. 25): ' O Estado somente tem sentido de existência para servir ao público'.

Segundo Ferreira (2012, p.44):

Este modelo possui características que permitem avaliar organizações públicas brasileiras com requisitos pertinentes, respeitando-se, portanto, a natureza pública dessas mesmas organizações. Adaptado à realidade, temos um sistema de avaliação e melhoria que considera como premissa para uma gestão pública excelente o atendimento aos Princípios Constitucionais da Administração Pública e estabelece Fundamentos de Excelência Gerencial como valores a serem vivenciados pelas organizações.

Sorocaba aderiu ao Modelo de Excelência de Gestão Pública na Prefeitura Municipal de forma voluntária em 2005, o que hoje já se reflete em grandes mudanças na eficiência dos serviços prestados pela Prefeitura Municipal. Algumas importantes mudanças foram destaque na mídia como, por exemplo, “o tempo de abertura de uma empresa na cidade, que era em média de 120 dias, foi reduzido para 15. O processo agora pode ser feito pela internet”, “funcionários da Prefeitura mapearam ao longo de um ano 5 mil procedimentos internos feitos pelas diversas repartições, quase todos inúteis ou repetitivos. O número foi reduzido para 158” e “como não pode dar prêmios em dinheiro aos servidores públicos, [...] [a prefeitura de Sorocaba] criou o Prêmio Sorocaba de Gestão Pública, cujo regulamento foi baseado no Prêmio Nacional de Qualidade” (FERRAZ, 2012).

As ações da prefeitura no sentido de integrar as secretarias têm durado todo o governo de Vitor Lippi. Mesmo no último ano de seu mandato, em 2012,

ainda busca realizar mudanças que possam oferecer alternativas de melhoria do funcionamento da prestação de serviço público como declarado por ele:

Estamos reorganizando a estrutura interna da Prefeitura, por meio de uma reforma administrativa na qual estamos criando secretarias estratégicas como a de parcerias, que terá como principal objetivo promover a integração das organizações interessadas em fazer parte de iniciativas que, direta ou indiretamente auxiliarão o Poder Público Municipal nas ações de atenção e valorização da cidade e da nossa gente (LIPPI FALA DE SEUS PLANOS..., 2005).

5.2. O planejamento estratégico e a reestruturação da gestão urbana em Sorocaba

A experiência de Sorocaba com o Modelo de Excelência em Gestão Pública se concretizou na prática dos planejamentos estratégicos. Inicialmente em 2005 foi realizada uma primeira tentativa de elaboração de planejamento estratégico pelo governo municipal que contou “apenas com a participação de técnicos e do primeiro escalão do governo: Prefeito, Vice e Secretários”. A falta da participação popular foi identificada na primeira edição e corrigida na segunda elaboração de planejamento estratégico. Em 2008, foi feito outro planejamento estratégico com o objetivo de “criar um plano de governo para o prefeito Vitor Lippi [...] e, alimentar o Plano Plurianual (PPA) para o período 2010-2013”. Todo o processo de elaboração, discussão e conclusão do planejamento estratégico de 2008 está descrito em texto do coordenador de projetos da prefeitura de Sorocaba responsável pelo planejamento estratégico para o período de 2010-2013 (SIQUEIRA, 2010, p.01,04).

Segundo Siqueira (2010), foram definidos de início dez temas, sendo: desenvolvimento econômico; desenvolvimento social; educação; esporte, cultura e lazer; gestão; infraestrutura; jovem, terceira idade, mulher, inclusão; meio ambiente; saúde e segurança que seriam discutidos em três etapas de reuniões de planejamento, sendo uma interna com os funcionários da prefeitura, a segunda externa contando com a participação popular e/ou representantes da opinião pública e a última realizada pelo prefeito, vice e secretários. Desta vez, para atrair a participação popular foram feitos convites formais para entidades e instituições indicadas pelas próprias secretarias da prefeitura, além de divulgação de release

sobre as pautas de cada reunião na mídia. Apenas o jornal Diário de Sorocaba deu cobertura ao evento que contou com mais de 150 pessoas.

No processo de elaboração do planejamento estratégico de Sorocaba foram utilizadas muitas ferramentas que são comumente utilizadas pelas empresas privadas nas definições de suas estratégias, como podemos ver na descrição de Siqueira (2010, p.01):

Na sua execução procuramos utilizar ferramentas largamente recomendadas pelos especialistas em planejamento e, empregadas pelas mais renomadas empresas, tais como: Análise S.W.O.T. ou análise FOFA em português, onde são conhecidas as forças e fraquezas, oportunidades e ameaças da organização; Matriz GUT (gravidade, urgência e tendência), que permite a definição das prioridades; Cronograma macro e cronograma detalhado da realização e acompanhamento dos trabalhos em suas diversas etapas; 5W2H, um checklist de determinadas atividades que precisam ser desenvolvidas com o máximo de clareza possível por parte dos colaboradores da empresa. 1-What (o que será feito?), 2-Who (quem fará?), 3-When (quando será feito?). 4-Where (onde será feito?), 5-Why (porque será feito), 1-How (como será feito?), 2-How Much Quanto custará?⁹

Ao seu fim, o planejamento estratégico como ferramenta auxiliar na realização de um plano de governo prévio realizado em Sorocaba acabou sendo bastante próximo do praticado na Colômbia, porém com a diferença que não se concretizou em nenhum documento legal, nem em forma de decreto, nem em formato de lei complementar ou emenda. Somente como carta de intenções que pautaram as decisões do poder público do mandato de 2008-2012. Segundo Siqueira (2010, p.06):

A decisão do governo municipal em fazer o planejamento estratégico pode ser considerada uma decisão administrativa, pois possibilitaria o gerenciamento permanente das ações do próprio governo. Mas também é uma decisão legal, pois atende aos imperativos da legislação quando serve de base para a elaboração do PPA – Plano Plurianual.

Os objetivos gerais do planejamento estratégico definiram as ações do executivo para o período de 2010-2020, com foco no primeiro triênio. Foram determinados 166 projetos prioritários de governo fechando o orçamento de 2010 em R\$ 1.100.000.000,00 (1,1Bi). Na base das ações do planejamento estratégico estão incorporados os dois conceitos já pré-estabelecidos no governo anterior

⁹ O conceito de SWOT é melhor desenvolvido por Lima Júnior (2010), mas em relação a sua aplicação a situação Sorocabana fica melhor contextualizado por Siqueira (2010).

como diretrizes principais na construção da identidade municipal: os conceitos de “Cidade Saudável” e “Cidade Educadora”, além de criar mais um chamado de “Cidade do Futuro” para caracterizar as ações focadas no desenvolvimento econômico da cidade. Sob o manto destes três conceitos foram criados programas de políticas públicas que visavam desenvolver a cidade em cada uma das diretrizes apontadas no planejamento estratégico.

Na tentativa de interpretar as intenções gerais da prefeitura, pode-se dizer que a gestão 2008 - 2012 está fundamentada de uma forma bilateral, com dois focos bem claros e distintos, obedecendo as vertentes de desenvolvimento econômico e desenvolvimento humano. Como é normalmente praticado no Brasil, pode-se perceber que o foco principal está no desenvolvimento econômico. Desde a realização do planejamento estratégico Sorocaba tem investido maciçamente na ampliação de infraestrutura urbana e no crescimento do setor industrial trazendo novas indústrias para a cidade e através da criação de um polo tecnológico que tem como objetivo ser um mediador entre universidades e indústrias. Ações com este caráter desenvolvimentista estão alinhadas com a diretriz nomeada de “Cidade do Futuro”.

Por outro lado, há ações que promovem o desenvolvimento social a partir da democratização de seus espaços públicos em busca de qualidade de vida para os cidadãos. As ações que contemplam estes ideais estão inseridas principalmente nas diretrizes “Cidade Saudável” e “Cidade Educadora”. Estas duas diretrizes serão desenvolvidas separadamente à frente.

Diante de tamanha mudança na gestão municipal, torna-se necessário esclarecer de onde se origina a iniciativa de trazer para a realidade local determinações internacionais de gestão pública. Portanto é preciso trazer a luz a história política do atual prefeito da cidade Vitor Lippi para podermos identificar pontos que esclareçam de onde vem o conhecimento e a familiaridade com o modelo de gestão assistido por órgãos externos a Prefeitura Municipal de Sorocaba. Vitor Lippi, médico de formação começou sua vida política nas cidades de Mairinque e Alumínio. Em Sorocaba teve seu primeiro cargo como Secretário da Saúde entre 1997 e 2004 durante o mandato do prefeito Renato Amary. Neste período, procurou desenvolver seu trabalho na Secretaria da Saúde a partir da busca pelo conhecimento das premissas das “Cidades Saudáveis” e das “Cidades

Educadoras”. Para isso manteve contato com as cidades de Montreal no Canadá e Barcelona na Espanha respectivamente.

O conceito de ‘Cidade Saudável’ procura promover a qualidade de vida dos cidadãos de forma mais abrangente do que tratar de assuntos de particularidades médicas que cabem somente à Secretaria da Saúde. O conceito visa integrar o trabalho de todas as secretarias. Em entrevista no início de seu segundo mandato Vitor Lippi aponta para gestão integrada declarando:

Se um grande vilão são os infartos, não adianta apenas contratar cardiologistas. É preciso criar mais parques e áreas onde as pessoas possam praticar atividades físicas. Ou seja, é assunto para ser tocado também pelas secretarias de urbanismo, esporte e lazer, e não apenas pela de saúde (FERRAZ, 2008).

A aplicação do conceito de “Cidade Saudável” trouxe modificações na visão sobre o funcionamento do aparelho público fazendo com que as varias secretarias trabalhassem de forma mais coordenada. Ainda como secretário da saúde, Lippi criou o “Projeto Caminhada” o que rendeu à cidade certa evidência na mídia pela promoção da saúde tornando-a conhecida como a “capital da caminhada”.

Depois de implantar o conceito de ‘Cidade Saudável’ na administração sorocabana:

“participou de diversas instituições relacionadas a saúde pública, tendo sido membro e vice-presidente do Conselho de Secretários de Saúde do Estado de São Paulo (Cosemes) e membro honorário do Centro de Pesquisas e Documentação sobre Cidades Saudáveis (CEPEDOC), da Faculdade de Saúde Pública de São Paulo. Lippi também foi convidado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) para representar o Estado de São Paulo na comissão para implantação do conceito e avaliação das Cidades Saudáveis no Brasil” (VITOR LIPPI, 2012).

Sorocaba não faz parte de nenhuma Rede de Cidades Saudáveis, no entanto a atual gestão utiliza ‘Cidade Saudável’ como nomenclatura de uma das diretrizes estratégicas. Pode-se dizer que a adoção desta perspectiva abriu caminho para o novo modelo de gestão aplicado em Sorocaba, porém não se pode contar este fato como sendo o único que levou Sorocaba a optar por uma mudança na forma de construir o planejamento urbano. Como foi visto até agora, a implantação de planejamento estratégico, não depende só de uma única pessoa, mas de um grupo grande de indivíduos que buscam contribuir dentro de

sua possibilidade para o mesmo objetivo. Isto quer dizer que planejamento estratégico em grande parte requer gestão de pessoas. É preciso contar com a vontade de funcionários públicos, que nem sempre dividem o mesmo ideal. Em Sorocaba [na Prefeitura Municipal de Sorocaba] foi necessário trocar “sete secretários porque tinham dificuldade de trabalhar em equipe” (FERRAZ, 2008).

As organizações externas tem um papel importante neste sentido. É a partir do suporte institucional das organizações promotoras de modelos de planejamento que são promovidos os treinamentos, reuniões, acompanhamentos por meio de um corpo técnico, que visam auxiliar no encaminhamento das etapas do processo de elaboração do planejamento estratégico. As organizações que fazem este papel em Sorocaba são o GesPública e a rede de Cidades Educadoras. Mas como mostrado até agora no trabalho, existem diversas equipes, instituições ou organizações que oferecem suporte Institucional a fim de participar da construção de uma sociedade mais democrática.

Na implantação e desenvolvimento do planejamento estratégico, ampliado pelo fato de terem efeitos em curto prazo, muitas vezes vincula-se um nome forte como referência a todo o trabalho. Assim aconteceu em Barcelona ficando sob o manto do Prefeito Pasqual Maragall o grande mérito por ser o homem a frente do planejamento estratégico. Em Bogotá este papel se deu em nome do Prefeito Enrique Peñalosa que hoje difunde o modelo aplicado na capital colombiana realizando palestras em diversas cidades do mundo. As realizações de Curitiba contam em grande parte com o nome de Jaime Lerner que hoje oferece desenvolvimento de projetos de mobilidade por meio do seu escritório particular e seu vínculo com o SIBRT. Assim, no caso de Sorocaba as divulgações pela mídia têm vinculado o nome do Prefeito Vitor Lippi com as ações derivadas do planejamento estratégico. Porém, não se pode deixar de lembrar que os resultados obtidos a partir do uso de planejamento estratégico é fruto de uma sinergia entre diversos setores do poder público e de uma grande mobilização por parte das pessoas que trabalham para uma cidade mais democrática.

5.3. A realidade de Sorocaba na década de 2010

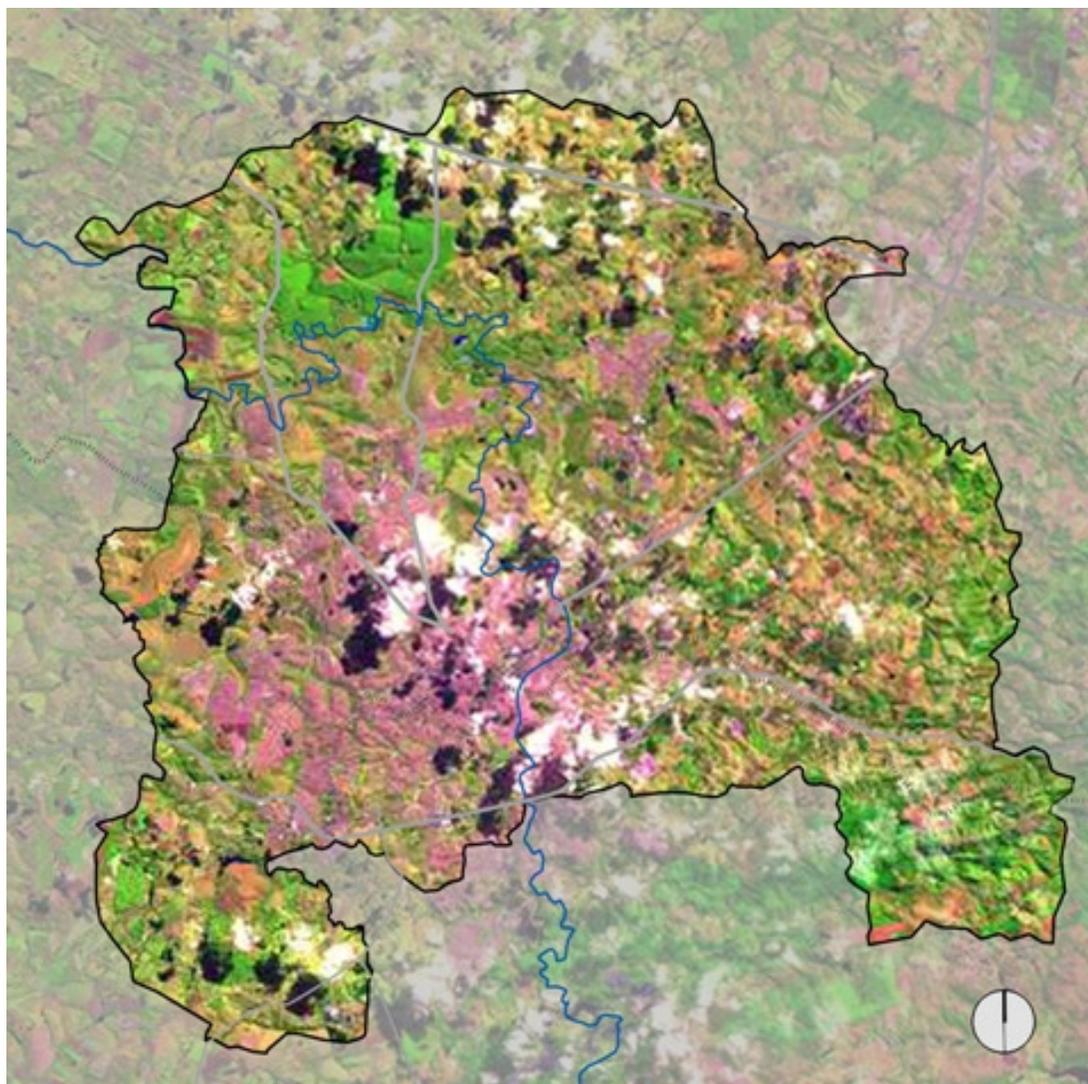
A pesquisa tem como periodização final a gestão do Prefeito Vitor Lippi que se deu de 2005 a 2012, e procura mostrar quais as práticas adotadas como base de planejamento urbano pela gestão do município.

Composta por uma população de 586.625 habitantes no ano de 2010, Sorocaba conta com uma área territorial de 448.989km² e dentre suas características geográficas pode-se apontar a proximidade de cerca de 100km das duas principais regiões metropolitanas do Estado, a de São Paulo, onde se encontra a capital estadual e de Campinas e cerca de 170km da região metropolitana da Baixada Santista. Outro fator geográfico importante é o fato de estar localizada a menos de 150km dos três principais aeroportos internacionais do estado (BUGANZA, 2010). Destaca-se também por sua importância econômica em escala regional, possui renda per capita superior à média do estado e está entre as 25 cidades brasileiras com maior potencial de consumo (IPC) sendo responsável por uma fatia de 0,5% do total do consumo nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012).

Tabela 4 – Dados do Município de Sorocaba.

	Ano	Município	Reg. de Governo	Estado de SP
Área (em Km²)	2012	449,12	7.110,26	248.209,43
População	2011	596.060	1.473.706	41.692.668
PIB (Em milhões de reais correntes)	2009	14.182,60	31.858,01	1.084.353,49
PIB per capita (Em reais correntes)	2009	24.272,26	22.256,15	26.202,22
Participação no PIB do Estado (Em %)	2009	1,307931	2,937973	100,0

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (2012)

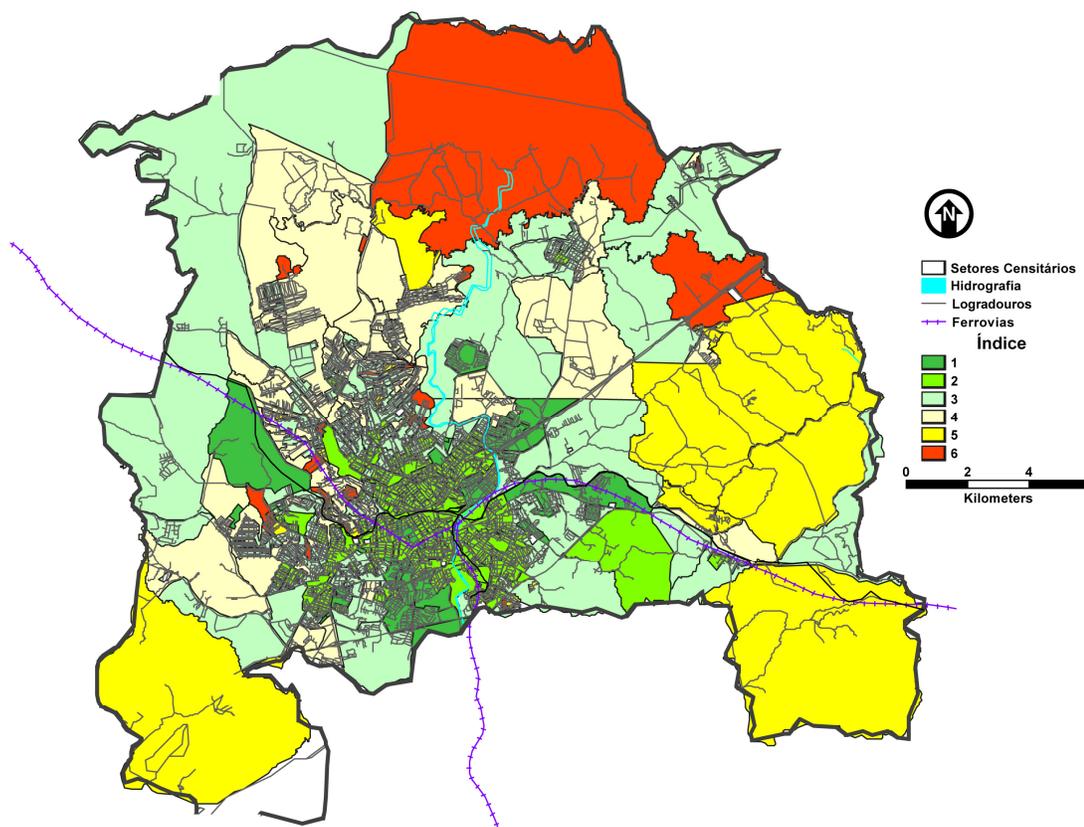


SOROCABA - VISTA AÉREA

Figura 17 - Sorocaba - Vista aérea atual, década de 2010.
Fonte: do autor.

O uso do planejamento estratégico como instrumento na gestão urbana, que teve início em 2005, se mostrou determinante no processo de desenvolvimento do município. Hoje Sorocaba conta com premiações que indicam uma melhora em direção a uma “Cidade Saudável”, como o prêmio de “melhor ciclovias do estado”, o prêmio “Franco Montoro” pela gestão das águas, o prêmio “Agir Localmente, Pensar Globalmente” na premiação do troféu “Município Verde-Azul” pela gestão ambiental e conquistou uma cadeira de membro do conselho mundial da água no último Fórum Mundial da Água, em Marselha.

Em relação ao território, Sorocaba apresenta uma ocupação concentrada na porção Centro-Sul desde a origem da cidade, tendo expandido nos sentidos Oeste de forma mais adensada e a Leste de forma mais dispersa. A ocupação reflete na distribuição de renda pelo território, na zona oeste há uma concentração da população de classe média enquanto a zona leste foi ocupada com condomínios residenciais de renda media-alta. A zona norte, que concentra a população de mais baixa renda é atualmente o principal vetor de crescimento da cidade, principalmente ao longo das avenidas Ipanema e Itavuvu.

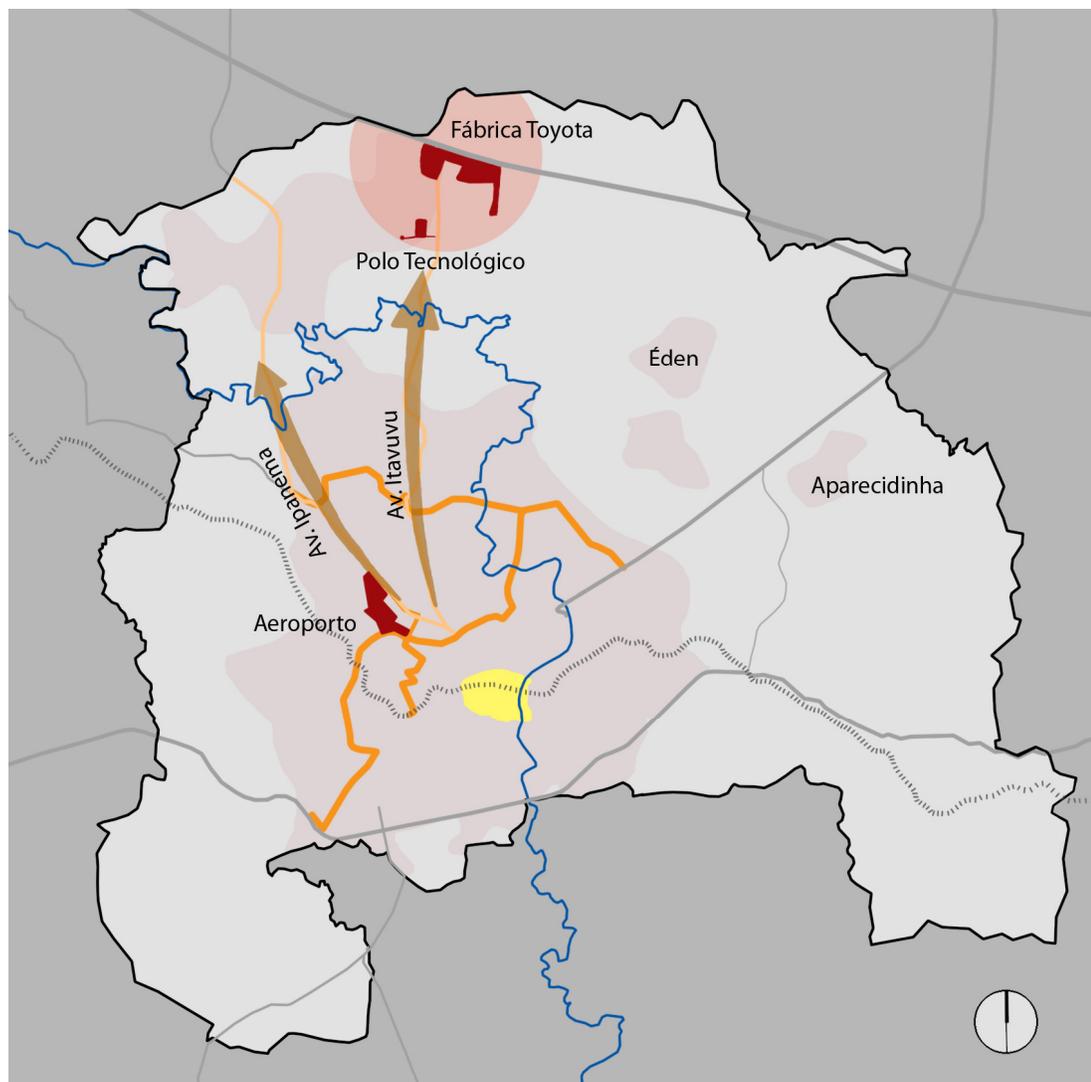


Mapa 4 – Índice paulista de vulnerabilidade social: município de Sorocaba, 2000.
Fonte: Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (2000)

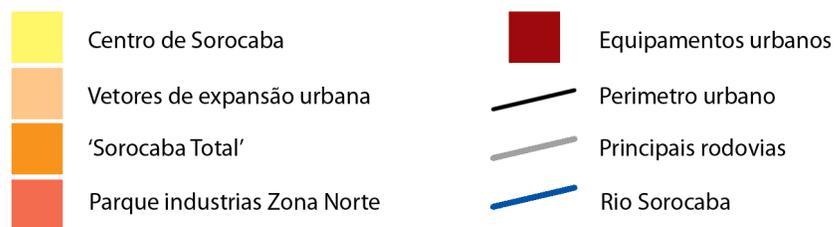
O mapa 3 mostra que dentre as regiões urbanizadas, as zonas oeste e norte como as mais vulneráveis socialmente, apresentando grandes áreas características dos grupos 04 (vulnerabilidade média – níveis médios na dimensão socioeconômica) a 06 (vulnerabilidade muito alta – o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza) enquanto que as zonas sul e leste concentram áreas entre as características dos grupos 01 (nenhuma vulnerabilidade – setores censitários em melhores condições socioeconômica) e 03 (vulnerabilidade baixa –

setores censitários que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica) (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS, 2012a). Esta compreensão social do território sorocabano é fundamental para compreender a lógica da implantação dos projetos urbanos que serão apresentados mais a frente.

Três fatores contribuem para a indução deste crescimento em direção a zona Norte. O primeiro foi a alteração do zoneamento a partir do plano diretor de 2004, que incorporou grande parte da antiga zona rural como área de expansão urbana. O segundo fator foi a implantação de uma nova unidade da fábrica da Toyota no entorno da rodovia Castelo Branco, extremo norte da cidade de Sorocaba. A nova fábrica, que teve sua construção iniciada em setembro de 2010 e inaugurada em 09/08/2012 está implantada em um terreno de 3,7 milhões de metros quadrados e conta com um investimento de 600 milhões de dólares. A expectativa inicial é que sejam criados 1500 empregos diretos até o final de 2012. Além da Toyota, outras doze empresas fornecedoras de peças construirão novas unidades ao redor da fábrica promovendo o surgimento do parque industrial da Zona Norte com um total de 21 milhões de metros quadrados. Por fim, a instalação do Polo Tecnológico de Sorocaba nos arredores do parque industrial completa o terceiro fator que determina a Zona Norte de Sorocaba como o principal vetor de urbanização da cidade.



VETOR DE EXPANSÃO DE SOROCABA



Mapa 5 - Sorocaba - Vetor de expansão.
Fonte: do autor.

5.4. Diretrizes estratégicas e projetos urbanos

A prefeitura de Sorocaba trabalha, sob três slogans que denominam as diretrizes que embasam o desenvolvimento da cidade: “Cidade do Futuro”, “Cidade Saudável” e “Cidade Educadora”.

A diretriz “Cidade do Futuro” concentra as ações de desenvolvimento econômico da cidade e as outras duas diretrizes, “Cidade Saudável” e “Cidade Educadora” são baseadas em conceitos internacionais de desenvolvimento social e urbano.

As cidades saudáveis ou promotoras da qualidade de vida são um conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS),[...] na qual se estabeleceram as diretrizes que levam uma cidade sustentável, democrática, justa, promotora da saúde e qualidade de vida, e que, [...] se alicerçam em planejamento estratégico. Já o conceito das cidades educadoras, que têm o apoio da Unesco (Organização das nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura)[...] fala do compromisso da cidade com a formação de valores, cidadania, qualidade de educação, da escola aberta, comunitária e cidadã (3º SEMINÁRIO..., 2012).

Nesta parte do trabalho serão apresentadas cada uma das diretrizes, assim como as ações, programas e políticas públicas originadas de cada uma delas e por fim serão apresentados os projetos urbanos implantados na cidade decorrentes de cada diretriz específica.

5.4.1. A diretriz estratégica ‘Cidade do Futuro’

‘Cidade do Futuro’ é a mais importante diretriz de desenvolvimento urbano da gestão atual de Sorocaba. É a diretriz focada no bom desempenho econômico da região. Os dois principais focos desta diretriz são a implantação do Parque Tecnológico de Sorocaba (PTS) como importante elemento para a atração de investimentos voltados à inovação e pesquisas de novas tecnologias e a ampliação da infraestrutura viária urbana com a criação de três novos complexos viários de grande escala, o programa ‘Sorocaba Total’.

Além destes dois principais focos da atuação, outros programas de desenvolvimento econômico foram colocados em prática na cidade de Sorocaba.

São eles: Orçamento no Bairro – Plenária de Participação Cidadã, Poupa Tempo, Cidade Digital e Casa do Cidadão. Para a pesquisa serão detalhados três programas – Parque Tecnológico, Sorocaba Total e Casa do Cidadão – que resultaram em projetos urbanos a fim de investigar qual o impacto causado na cidade e na qualidade de vida da população.

5.4.1.1. Programa de política pública ‘Parque Tecnológico’

O programa abrangerá 1,2 milhões de m² e contará com um investimento superior a R\$ 50 milhões. Contemplará laboratórios de pesquisa e inovação de universidades, empresas e indústrias.

O PTS funcionará como um organismo articulador entre universidades, escolas técnicas, institutos e empresas que investem em pesquisas de novas tecnologias, servindo como incentivo a criação de uma nova Zona Industrial, na Zona Norte (BELDI NETTO, 2012).



Figura 18 - Parque tecnológico de Sorocaba.
Fonte: Beldi Netto (2012)

Em 06/06/2012 foram assinados os três primeiros acordos internacionais para trocas de experiências e de tecnologias. Os compromissos foram firmados com parques tecnológicos da França, do Reino Unido e de Manchester. Existe a intenção de estreitar as relações entre os quatros parques tecnológicos “de forma que o parque sorocabano seja inserido na rede mundial que congrega os principais parques de tecnologia e de inovação do planeta” (SOROCABA FIRMA ACORDO..., 2012).

Por ser consideravelmente novo e ter sua produtividade vinculada às futuras instalações das fábricas que serão construídas nas proximidades, o PTS não está funcionando em sua plena capacidade, portanto não é possível determinar seu impacto sobre a qualidade de vida da população, no entanto é possível levantar alguns pontos que demonstram sua importância enquanto projeto urbano. O Polo Tecnológico de Sorocaba está implantado de forma a organizar a área do parque industrial da zona Norte tanto em relação aos acessos internos quanto em relação a rodovia Castelo Branco e tem a função de servir como núcleo para uma nova centralidade.

5.4.1.2. Programa de política pública ‘Sorocaba Total’

O Sorocaba Total é o programa de reestruturação viária ainda em construção que proporcionará três novos complexos viários, Complexo André Franco Montoro, Complexo Mário Covas e Complexo Ulysses Guimarães que visam melhorar o fluxo da cidade sem a necessidade de passagem pelo centro da cidade.

O programa Sorocaba Total traz dinamismo à cidade ao criar possibilidade de percursos mais rápidos e diretos, porém é necessário analisar o programa dentro dos pressupostos da pesquisa, ou seja, o Sorocaba Total vinculado com uma melhora de qualidade de vida da população. Desta forma, mesmo que os complexos viários sejam o vetor linear de crescimento urbano de Sorocaba, o programa Sorocaba Total não tem como objetivo promover uma ocupação específica, diferente do tradicional, nos seus limites, nem induzir uma transformação urbana que extrapole o objetivo principal de ampliar as conexões

de acesso da cidade. Não foi considerada em sua concepção a força transformadora que o sistema viário possa vir a ter como visto nos projetos que fundamentam esta pesquisa, Barcelona, Curitiba e Bogotá. O programa de ciclovias é o único implantado de forma articulada com o Sorocaba Total, sendo que serão implantadas em toda sua extensão.

O desenho das pistas dos complexos viários do Sorocaba Total se resume a três vias de rodagem de pequena largura para cada um dos sentidos da via, divididas por um canteiro central. Não foram consideradas vagas de estacionamento, tampouco áreas específicas de paragem de ônibus. Desta forma, seu desenho parece não considerar o próprio impacto que as novas avenidas causarão na cidade.



Figura 19 - Ilustração - 'Sorocaba Total'.
Fonte: Acervo do autor.

Outro ponto importante a ressaltar é a não existência de vínculos entre a construção dos complexos viários e uma política de transporte público de massa como é o caso dos corredores de ônibus de Curitiba e do Trasmilênio de Bogotá. Caso venha a existir algum projeto deste porte para ser implantados nas novas avenidas será necessária nova reforma para adequação ao sistema de transporte.

Assim, o programa Sorocaba Total não carrega consigo uma visão transformadora de cidade, nem se vincula com outras estratégias a fim de promover um modelo urbanístico conceitual. Seu papel está estritamente focado

na ampliação de conexões viárias entre as principais rodovias e o aeroporto servindo como premissas para a viabilização do funcionamento do grande complexo industrial da Zona Norte da cidade.

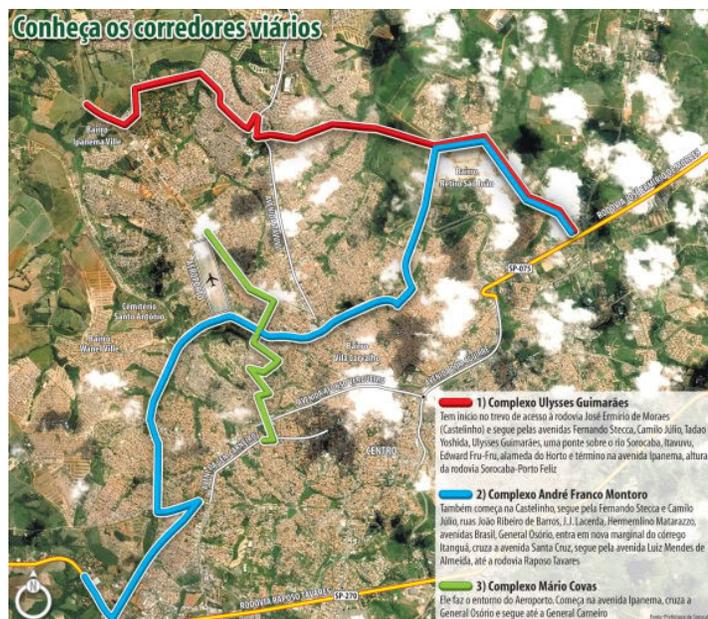


Figura 20 - Divulgação dos três complexos viários do 'Sorocaba Total'.
Fonte: SOROCABA TOTAL... (2011)

Há um projeto de implantação de um sistema BRT para Sorocaba que busca financiamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Mobilidade de Cidades Médias do Governo Federal. O projeto foi enviado para aprovação do Ministério das Cidades. É curioso registrar que a propaganda política do candidato que conta com o apoio do atual prefeito nas eleições municipais de 2012 tem a implantação do sistema BRT, baseado na experiência de Curitiba, como principal apelo de sua campanha.

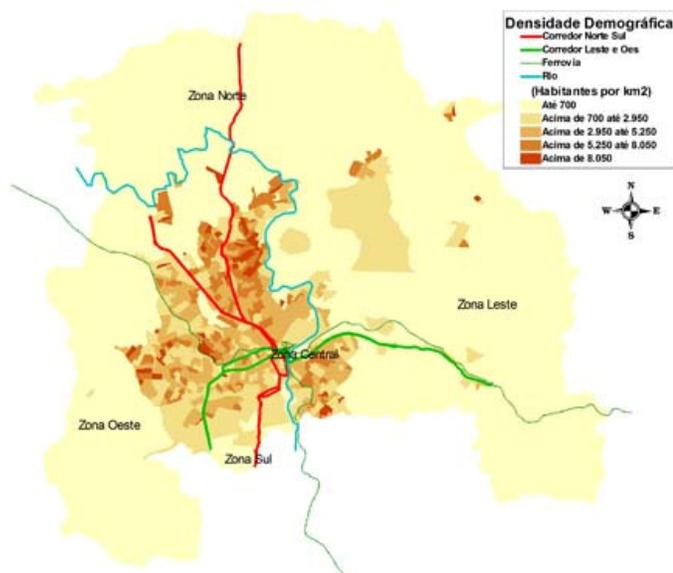


Figura 21 - Divulgação das linhas de BRT para Sorocaba.
Fonte: PROJETO... (2012)

5.4.1.3. Programa de política pública 'Casa do Cidadão'

O programa Casa do Cidadão prevê a implantação de unidades descentralizadas de serviços municipais construídas sempre próximas de pequenos terminais de ônibus em bairros estratégicos da cidade, onde são oferecidos serviços da prefeitura, SAAE, URBES, Correios e CPFL, além de servirem como locais de reuniões de comunidade como no caso do programa "Orçamento de Bairro".

Percebe-se que, devido ao foco dado ao Parque Tecnológico de Sorocaba, programa com maior potencial de captação de recursos para o município e visto como ponta de lança do desenvolvimento da cidade, os demais programas acabam por objetivar a promoção do bem-estar e procuram atender as necessidades da população mesmo dentro da diretriz "Cidade do Futuro", como é o caso do programa Casa do Cidadão.

A implantação das unidades do programa Casa do Cidadão está relacionada com pequenos terminais de transporte público, que em geral estão localizados em avenidas principais a fim de dar visibilidade e oferecer maior acessibilidade a população.

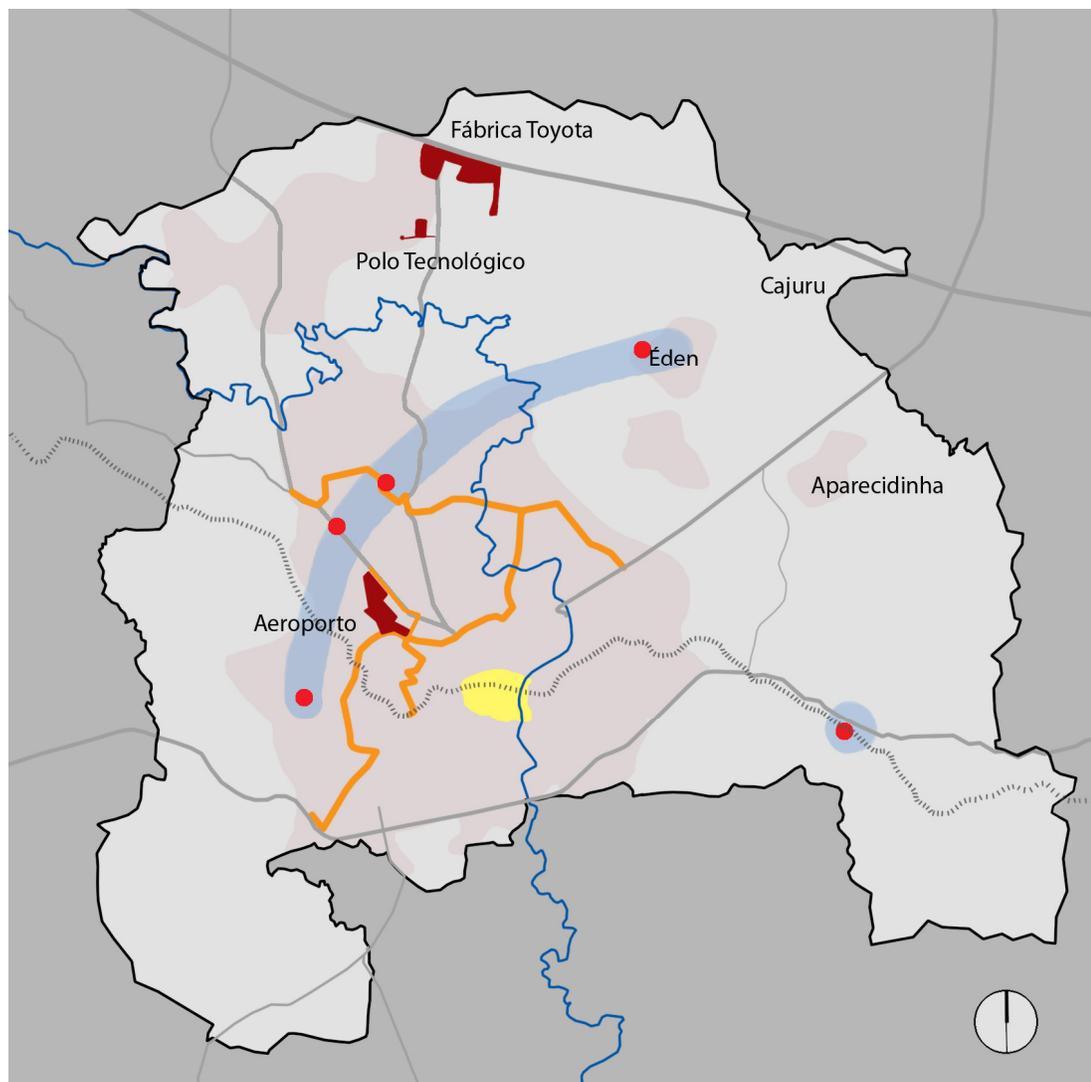


Figura 22 - Integração entre sistemas de transporte (ônibus e bicicletas) e 'Casa do Cidadão'.
Fonte: Acervo do Autor.

Atualmente existem cinco unidades Casa do Cidadão, localizadas em regiões estratégicas para a obtenção do contato com a população mais necessitada. É possível perceber que há uma concentração na Zona Norte, tendo também uma unidade na Zona Oeste e outras duas unidades em regiões de pouco contato com o poder público, ou seja, nas regiões difusas da malha urbana, no bairro do Éden e no bairro Brigadeiro Tobias.



Figura 23 - Ilustração - 'Casa do Cidadão'.
Fonte: Acervo do autor.



PROJETOS URBANOS - CIDADE DO FUTURO

	Centro de Sorocaba		Equipamentos urbanos
	'Sorocaba Total'		Perímetro urbano
	Estações 'Casa do Cidadão'		Principais rodovias
			Rio Sorocaba

Mapa 6 - Projetos Urbanos - Cidade do Futuro.
Fonte: do autor.

O programa Casa do Cidadão pode ser comparado à rede de bibliotecas de Bogotá, logicamente com objetivos e escalas de abrangência diferenciados. Ao analisar os dois programas é possível perceber que nos dois casos o objetivo é ampliar o contato do poder público com a população menos

favorecida. Por um lado, Bogotá conquista a proximidade por meio da difusão da cultura e por outro Sorocaba obtém êxito descentralizando a prestação de serviços públicos aproximando-os da população. Em uma ação contrária à decisão de construir a sede do executivo em um terreno isolado da cidade como aconteceu com o Palácio dos Tropeiros inaugurado em 1981 no bairro Alto da Boa Vista, as Casas do Cidadão procuram se aproximar da realidade social da população (UMA HISTÓRIA ILUSTRADA..., 2004).

Ao fazer uma análise da arquitetura dos programas dos dois países percebe-se que enquanto em Bogotá há na concepção estratégica a noção de que o projeto de arquitetura – com caráter público e ênfase na criação de espaços de socialização voltados para todas as classes sociais, inclusive para as pessoas de renda mais baixas – é elemento fundamental para a conquista do espaço público pela população, assim como para a criação de uma identidade simbólica com a comunidade, em Sorocaba não se vê a mesma preocupação quanto ao propósito público da arquitetura. O que se vê são caixas herméticas de concreto pré-moldado sem nenhuma preocupação com insolação, ventilação, estética ou conforto ambiental. O edifício, que é facilmente confundido com um galpão industrial, não procura dialogar com a comunidade, tampouco com as pessoas para as quais o projeto se destina.

Como resultado, o programa Casa do Cidadão apresenta uma visão contemporânea de descentralização e de aproximação da população, que enfatiza a necessidade do contato entre população e poder público para a consolidação de uma cidade mais democrática, Este programa poderia estar inserido em qualquer outra diretriz que não a Cidade do Futuro, uma vez que visa o desenvolvimento social antes de visar a captação de recursos para o município.

5.4.2. A diretriz estratégica ‘Cidade Educadora’

Uma sociedade onde a cultura não acompanha o desenvolvimento material, desenvolvimento econômico [...] corre o risco de se tornar uma sociedade fascista, misógina, perigosa [...] (MIRANDA, 2012).

O movimento internacional das 'Cidades Educadoras' parte do entendimento da cidade enquanto espaço complexo e plural. Segundo a apresentação da Associação Internacional das 'Cidades Educadoras' (AICE), a cidade é descrita pela visão de Jordi Borja como:

Aquele produto físico, político e cultural complexo, europeu e mediterrâneo, mas também americano e asiático, que temos caracterizado em nossa ideologia e em nossos valores como concentração de população e atividade, mescla social e funcional, capacidade de autogoverno e âmbito de identificação e de participação cívica. Cidade como lugar de encontro, de intercâmbio, cidade igual a cultura e comércio. Cidade de lugares e não um mero espaço de fluxos (BORJA, 1998 *apud* BELLOT, 2012). Tradução do autor.¹⁰

Este movimento acredita que as grandes transformações da sociedade acontecem na esfera do município, em outras palavras o movimento municipalista acredita que "por sua proximidade aos cidadãos é o mais aberto e transparente. Suas decisões [políticas e administrativas] [...] são as mais palpáveis, e portanto, as que geram mais facilmente a opinião pública. É portanto escola de cidadania" (BELLOT, 2012).

Já o conceito formal de Cidade Educadora surgiu em 1990 na realização do Iº Congresso Internacional das Cidades Educadoras sediado na cidade de Barcelona, Ao longo do evento as cidades participantes "reuniram na Carta Inicial, os princípios essenciais ao impulso educador da cidade". Posteriormente a carta foi revista nos congressos realizados em Bolonha em 1994 e em Gênova em 2004, dando origem a "Proposta Definitiva" para as Cidades Educadoras (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, 2004).

Segundo esta Carta "A cidade educadora tem personalidade própria. [...] O seu objetivo será o de sempre aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida dos seus habitantes" (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, 2004). Nela são definidos três princípios sendo o primeiro: 'O Direito a uma Cidade Educadora', no qual, dentre

¹⁰Citação original: "*aquel producto físico, político y cultural complejo, europeo y mediterráneo, pero también americano y asiático, que hemos caracterizado en nuestra ideología y en nuestros valores como concentración de población y actividad, mezcla social y funcional, capacidad de autogobierno y ámbito de identificación simbólica y de participación cívica. Ciudad como lugar de encuentro, de intercambio, ciudad igual a cultura y comercio. Ciudad de lugares y no un mero espacio de flujos*".

outros pontos, fica determinado que “todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece”; o segundo: ‘O Compromisso da Cidade’, que diz em um dos pontos que “a cidade educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e co-responsável” e por fim: ‘O Serviço Integral das Pessoas’, onde esclarece, entre outras proposições, que “a cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dar-lhes-á os conselhos necessários à sua orientação pessoal e profissional e tornará possível a sua participação em atividades sociais” (ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, 2004).

O conceito de Cidade Educadora procura olhar a escola enquanto espaço comunitário e assim, da mesma forma, olhar a cidade enquanto espaço educador. Como descrito pela Prefeitura de Sorocaba com a intenção de que “todos os espaços devem se tornar verdadeiramente espaços educadores, exercendo ações educadoras paralelamente às suas funções tradicionais (econômica, social, política de prestação de serviços), tendo em vista a formação e o desenvolvimento de todos os seus habitantes” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA, 2012a).

Sorocaba é cidade membro da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) e atualmente é a coordenadora da Rede Brasileira de Cidades Educadoras. Em abril de 2011 sediou a “Semana da Cidade Educadora” que contou com o coordenador do setor de educação da Organização das Nações Unidas (Unesco) e representante da entidade no Brasil, Paolo Fontani (REPRESENTANTE DA UNESCO..., 2012).

Sob a perspectiva de criar soluções educativas relacionadas ao meio urbano foram elaboradas as seguintes políticas públicas de desenvolvimento pelo poder público de Sorocaba: Sabe Tudo; Oficina do Saber; Centro de Referência em Educação; Clube da Escola; Escola em Tempo Integral; Escola Cidadã; Escola Saudável; Pedagogia Empreendedora; Este Livro é Meu; Programa Ler é Prazer; Vai e Vem, Entre outras.

Para uma melhor interpretação sob a ótica do urbanismo, serão selecionadas dentre estas ações, sem desmerecer a importância das demais, as de maior impacto urbano, ou seja, programas que efetivamente resultam em

equipamentos construídos na cidade. Para isso serão aprofundados os seguintes programas: Sabe Tudo, Oficina do Saber e Vai e Vem.

5.4.2.1. Programa de política pública 'Sabe Tudo'

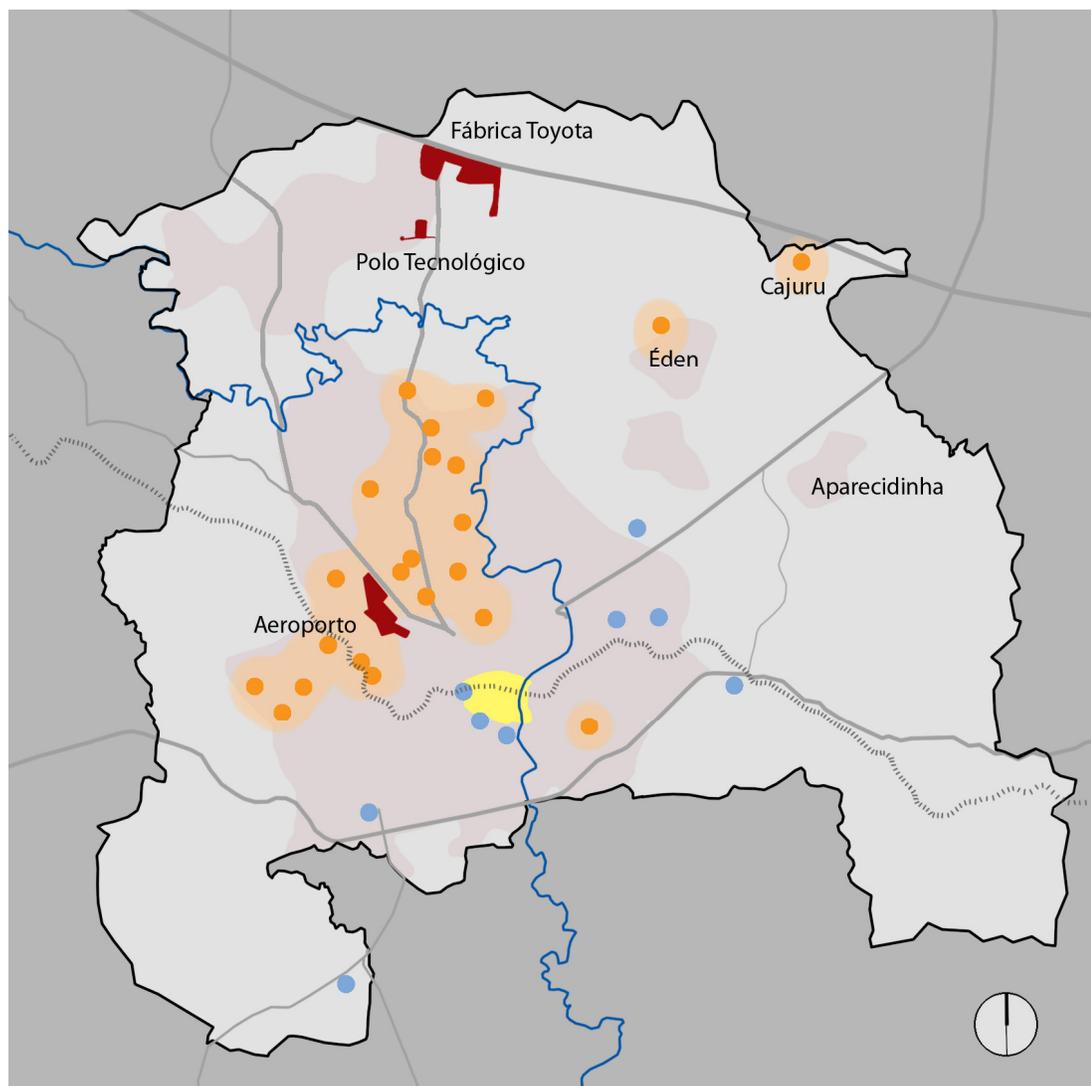
O programa Sabe Tudo é ideologicamente próximo da experiência de Curitiba com os “Faróis do Saber”. Hoje são 21 centros de estudos espalhados nas escolas municipais que procuram promover a inclusão digital promovendo acesso gratuito a internet e cursos de informática.

As unidades 'Sabe Tudo' estão sempre implantadas nas escolas municipais e também atendem o público externo, isso gera vitalidade urbana uma vez que faz com que a escola seja frequentada pela comunidade, mesmo entre aqueles que não são alunos. Aos fins de semana algumas unidades ficam abertas, principalmente em ocasiões de eventos de lazer como é o caso do Programa Via Viva. Por mais que sejam programas de diretrizes diferentes, é possível perceber que a intenção maior de promover a qualidade de vida supera os possíveis problemas burocráticos do funcionamento da máquina pública fazendo com que se criem articulações para a integração dos programas a fim de contribuir na ampliação da esfera pública na cidade.

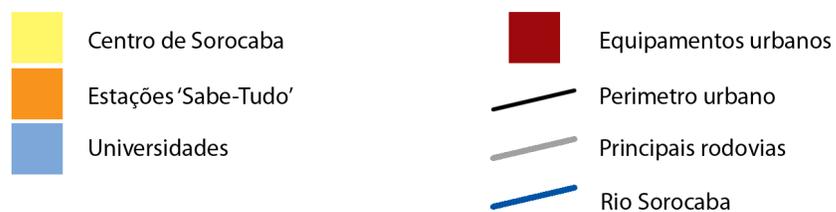
Ao analisar as construções das unidades Sabe Tudo, cabe mais uma vez, uma nota sobre a arquitetura dos equipamentos públicos brasileiros. Assim como as unidades dos Faróis do Saber de Curitiba, todas as unidades apresentam a mesma tipologia arquitetônica criando uma identidade visual a partir de uma planta circular. Mais uma vez, a arquitetura não é aplicada segundo uma preocupação técnica e estética visando a criação do melhor ambiente para o desenvolvimento de tal atividade. Nestes equipamentos a necessidade de se impor enquanto imagem na cidade é muito mais forte que a importância do projeto de arquitetura como elemento indutor de qualidade de vida urbana.



Figura 24 - Ilustração - 'Sabe Tudo'.
Fonte: Acervo do autor.



PROJETOS URBANOS - CIDADE EDUCADORA



Mapa 7 - Projetos Urbanos - Cidade Educadora.
Fonte: do autor.

Sob a ótica do território a instalação do Sabe Tudo está coerente com a localização da população alvo do programa. É possível verificar a concentração de unidades na zona mais pobre, ou seja, na zona norte além de unidades

implantadas em áreas segregadas da malha urbana principal, como é o caso dos bairros Éden e Cajuru. Já as universidades, por terem abrangência de caráter regional seguem outra lógica estando quase sempre nas proximidades das principais rodovias ou do centro antigo.

5.4.2.2. Programa de política pública 'Oficina do Saber'

São equipamentos implantados sempre nas proximidades das escolas municipais e que tem como objetivo oferecer atividades em horários em que os alunos não estão em aulas. Desta forma, as oficinas do saber estão em pleno acordo com as premissas da diretriz Cidade Educadora, promovendo espaços que estendam a aprendizagem além da educação formal, além de propiciar o uso do espaço público enquanto espaço educador.

Dentre as atividades oferecidas estão “oficinas, atividades educacionais e culturais, noções de informática, arte, aprendizado de língua estrangeira, dança, teatro, esporte, música, coral, orquestra de cordas e oficinas ao ar livre, além de judô, esportes educacionais, caratê, xadrez, artes plásticas robótica, arte circense e educação ambiental” (OFICINA..., 2012).

Mais uma vez fica evidente que a qualidade da arquitetura executada nos equipamentos públicos da cidade não compartilha o mesmo nível de atenção que o planejamento do programa. Todas as unidades Oficina do Saber são construídas como caixas herméticas de concreto sem nenhum cuidado de implantação, insolação, ou conforto ambiental. É importante frisar que a mesma tipologia foi construída para outros programas como foi visto nas Casas do Cidadão. Este fato sugere uma observação para a facilidade de adaptação da edificação para outros fins ou, mais próximo da realidade brasileira, para a instabilidade da duração do programa segundo a agenda eleitoral.

De todo modo, embora o programa Oficina do Saber não se caracterize por seu destaque arquitetônico, é uma ação que corresponde as expectativas do movimento Cidades Educadoras. Em outras palavras, é um projeto urbano que exerce seu papel transformador da cidade, funcionando de forma integrada com a educação formal visando construir uma cidade mais democrática.



Figura 25 - Ilustração - 'Oficina do Saber'.
Fonte: Acervo do Autor.

5.4.2.3. Programa de política pública 'Vai e Vem'

O programa Vai e Vem é espelhado nos pontos de livros gratuitos distribuídos em locais estratégicos de Bogotá "*Libros al Viento*". Em Sorocaba foi instalada uma base do programa no terminal de ônibus Santo Antônio que oferece livros sem cadastro prévio e sem nenhum custo, tendo como premissa a confiança de que os usuários devolveriam o livro para proporcionar a leitura para outros em um sistema de troca de conhecimento.

Além da base fixa, são distribuídas estações móveis em diversas partes da cidade onde os cidadãos podem retirar, devolver ou trocar os livros que preferirem. Ao não ser necessário o cadastro e nem a obrigatoriedade de devolução o programa faz, de forma subjetiva uma demonstração da confiança do poder público para com a população de forma subjetiva. De forma recíproca se cria uma confiança dos cidadãos com o poder público, construindo um elo simbólico de valorização pelo coletivo e pela cidade.

Comparando o caso sorocabano com o da capital colombiana, é importante colocar que o programa *'Libros al Viento'* está integrado a uma série de outros programas como a *BIBLORED* e o *Transmilenio*. A idealização dos programas bogotanos parte de um ideal comum transformador da cidade e busca na interação entre eles a conquista de um objetivo geral. Já em Sorocaba, não se vê integração entre o programa *Vai-e-Vem* com uma visão geral de transformação da cidade. Trata-se de uma ideia importada, cujo foco simbólico da conquista da confiança do poder público pelos cidadãos está a frente da difusão da cultura ou da transformação da cidade de forma mais geral.

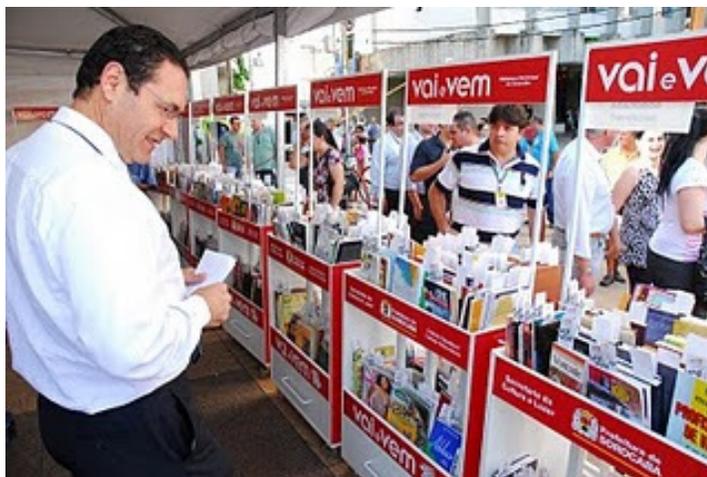


Figura 26 – Ilustração – 'Vai e Vem'.
Fonte: PROJETO... (2010)

5.4.3. A diretriz estratégica 'Cidade Saudável'

Os movimentos internacionais 'Cidade Educadora' e 'Cidade Saudável' se aproximam por prezarem pela interdisciplinaridade na elaboração de estratégias na gestão das cidades. Na base de cada um deles está uma visão holística da sociedade que se aproxima do conceito grego de *'Paidea'*, isto é, o conceito de uma sociedade que educa.

A interdisciplinaridade designa um campo de indagações que se evidencia desde a antiga Grécia, onde o ideal da educação era o saber da totalidade. Os mestres gregos, sobretudo os sofistas, foram criadores da cultura geral. Seu programa de ensino, *Paidea* (formação do homem

integral), consistia no ensino da gramática, da dialética, da retórica, da aritmética, da geometria, da música e da astronomia. As disciplinas articulavam-se entre si, completando-se, formando um todo unitário. (MENDES; WESTPHAL, 2000, p.50).

O movimento do que se conhece hoje como sendo das “Cidades Saudáveis” surge no Canadá a partir de 1974 quando da publicação do Relatório Lalonde intitulado “Uma nova perspectiva na saúde dos canadenses” (BRANDÃO, 2010, p.32).

O mais importante no escrito [...] era a constatação de que as pessoas precisariam ampliar as suas visões em torno da saúde, uma vez que, segundo ele, melhorias nas condições de saúde da população poderiam ser resultantes muito mais das modificações no estilo de vida e no ambiente físico-social do que do aumento de investimento financeiros nos sistemas de saúde (CATON; LARSH, 2000 *apud* BRANDÃO, 2010, p.32).

Certas considerações contidas no relatório viraram temas presente na I Conferência Internacional de Promoção da Saúde realizada em Ottawa em 1986. Neste encontro foram discutidas questões sobre a participação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde.

Ainda segundo o documento, a saúde deve ser vista como um conceito positivo, que enfatiza os recursos sociais e pessoais, bem como as capacidades físicas. O mais importante, no entendo, é que a promoção da saúde passa a ser entendida como algo que não é de responsabilidade exclusiva do setor da saúde, mas de todos os cidadãos, uma vez que, não se limitando à mera ausência de enfermidades, também transcende o desenvolvimento de estilos de vida saudáveis e da criação de espaços de bem-estar (CATON; LARSH, 2000 *apud* BRANDÃO, 2010, p.32-33)

Ao término do encontro foi aprovada a Carta de Ottawa (1986) com uma nova definição sobre a Promoção da Saúde. Posteriormente, outras conferências em Adelaide (1988), Sundsvall (1991), Santafé de Bogotá (1992) e Jacarta (1997) deram sequência a discussão. “O surgimento da estratégia das assim chamadas Cidades Saudáveis consolidou-se com uma tentativa concreta de pôr em prática a realização dos princípios da Promoção da Saúde na escala das municipalidades” (BRANDÃO, 2010, p.33).

Com o apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS), e com a difusão dos ideais do movimento foram criados o Projeto Europeu de Cidades Saudáveis e o Projeto Comunidades Saudáveis do Canadá, sendo Toronto a

primeira cidade em colocar em prática em 1989 o Projeto Toronto Cidade Saudável (BRANDÃO, 2010, p.33).

No Brasil, o início se deu em 1995 com a Carta de Fortaleza acordada pelo Conselho de Secretários Municipais de Saúde (CORDEIRO, 2008, p.27). Na prática “a iniciativa tem início em 1997 com a Escola de Saúde Pública do Ceará (ESP-CE) e a Fundação Will Keith Kellogg com aplicações nas cidades de Sobral em 1997 e Cratêus em 1998” (CORDEIRO, 2001 *apud* BRANDÃO, 2010, p.34). Porém é possível perceber que outras iniciativas independentes foram criadas pelo Brasil. Uma nota apresentada por Joselma Cordeiro (2008) atenta para a diferença de nomenclatura em relação a fonte original:

Nota 02:

*As cidades que foram sensibilizadas pelo governo canadense a adotar políticas nesta perspectiva utilizam o termo ‘Cidades Saudáveis’, enquanto outras, incentivadas por outros órgãos como a Organização Pan-Americana de Saúde, referem-se ao “Município Saudável”. Desta forma, consideram-se as designações ‘Cidades’ e ‘Município Saudáveis’ como sinônimos (AKERMAN, 2002 *apud* CORDEIRO, 2008, p. 25)

Atualmente existem três redes de municípios Saudáveis no País, sendo: a Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis (RMPS) com atuação nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Amazonas e que conta como parceira a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS); Rede de Comunidades Saudáveis (RCS) que atuam nas comunidades do Rio de Janeiro e a Rede Pernambucana de Municípios Saudáveis (RPMS) com atuação no estado de Pernambuco. Há uma intenção do Ministério da Saúde de criação de uma Rede Nacional de Cidades Saudáveis que levaria em conta na sua formulação as experiências das três redes apresentadas além de iniciativas pontuais como programas modelo como por exemplo o Programa Metrôpoles Saudáveis (PMS) em São Paulo; Projetos de Ambientes Saudáveis em Curitiba; Projeto Saúde Urbana (Urban Heart) em Guarúlhos/SP e a Iniciativa Rostos, Vozes e Lugares com atuação em Fortaleza, Olinda e Terezina (FENNER, 2009).

Por mais que a apresentação do movimento sugira uma grande variedade de formas de participação das entidades públicas, em Sorocaba “Cidade Saudável” funciona de forma autônoma, isto é, segue as determinações da Organização Mundial da Saúde (OMS) na criação de políticas públicas que procuram aumentar a qualidade de vida na cidade sem fazer parte de nenhuma rede de “Cidades Saudáveis” ou de nenhum grupo de cidades que procuram se

interagir com o intuito de trocar experiências para o desenvolvimento das tais premissas. Assim sendo, “Cidade Saudável” em Sorocaba funciona simplesmente como a nomenclatura dada para uma das três diretrizes de desenvolvimento urbano “de que traz como conceito propostas de políticas públicas com vistas à utilização do espaço urbano como promotor de qualidade de vida, tendo como modelo Montreal, no Canadá” (CIDADE SAUDÁVEL, 2012).

Em Sorocaba, durante a gestão de 2005 / 2012 foram desenvolvidos os seguintes programas de desenvolvimento urbanos sob a diretriz de Cidade Saudável: Parques Municipais; Ciclovias; Zoológico “Quinzinho de Barros”; Via Viva; Academia ao Ar Livre; Ginástica no Parque; Despoluição do Rio Sorocaba; Projeto Caminhada; Mega Plantio, entre outras. Serão focados os programas Parques Municipais, Ciclovias e Via-Viva por representarem intervenções na cidade.

5.4.3.1. Programa de política pública ‘Parques Municipais’

Atualmente somam-se mais de 20 parques municipais entre áreas de preservação natural fechada e parques abertos como áreas integradas à malha urbana que garantem maior qualidade de vida aos habitantes.

Os parques municipais em Sorocaba serviram como primeira ação efetiva do poder público em direção a uma melhora significativa da qualidade de vida no espaço urbano. O programa teve início no mandato do Prefeito Renato Amary que se preocupou em sua gestão em melhorar a estética da cidade por meio da limpeza das vias públicas e o embelezamento de praças e avenidas (PLANEJAMENTO..., 2005, p.311).

Atualmente os parques oferecem uma importante opção de lazer em espaços livres públicos. Oferecem áreas de convivência, lazer e praticas de atividades físicas como quadras poliesportivas, quadras de areia, playgrounds, pista de skate, anfiteatro ao ar livre (PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA, abr. 2012b). Os parques estão integrados com a maioria dos programas da diretriz Cidade Saudável como as ciclovias, academia ao ar livre, ginástica no parque, projeto caminhada.

Originalmente os parques foram construídos em espaços livres urbanos degradados como várzea de rios que causavam enchentes. Em paralelo a necessidade da construção de infraestrutura para contenção de águas pluviais foram criados os parques de modo a qualificar o espaço público oferecendo espaços de convívio e de vitalidade urbana na cidade.



Figura 27 – Ilustração – 'Parques Municipais'.
Fonte: Acervo do autor

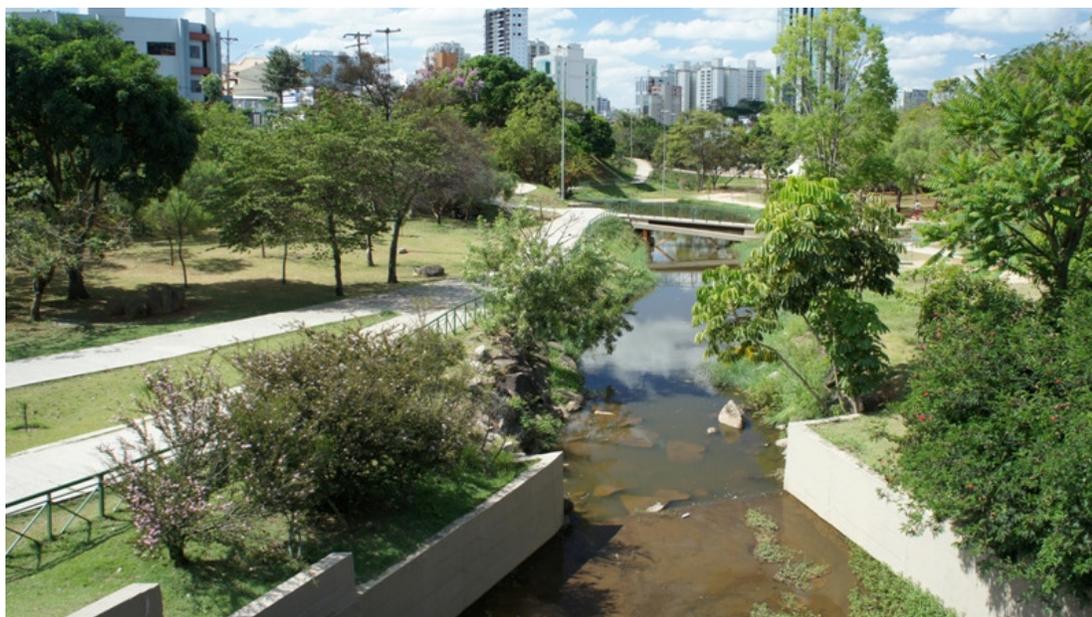
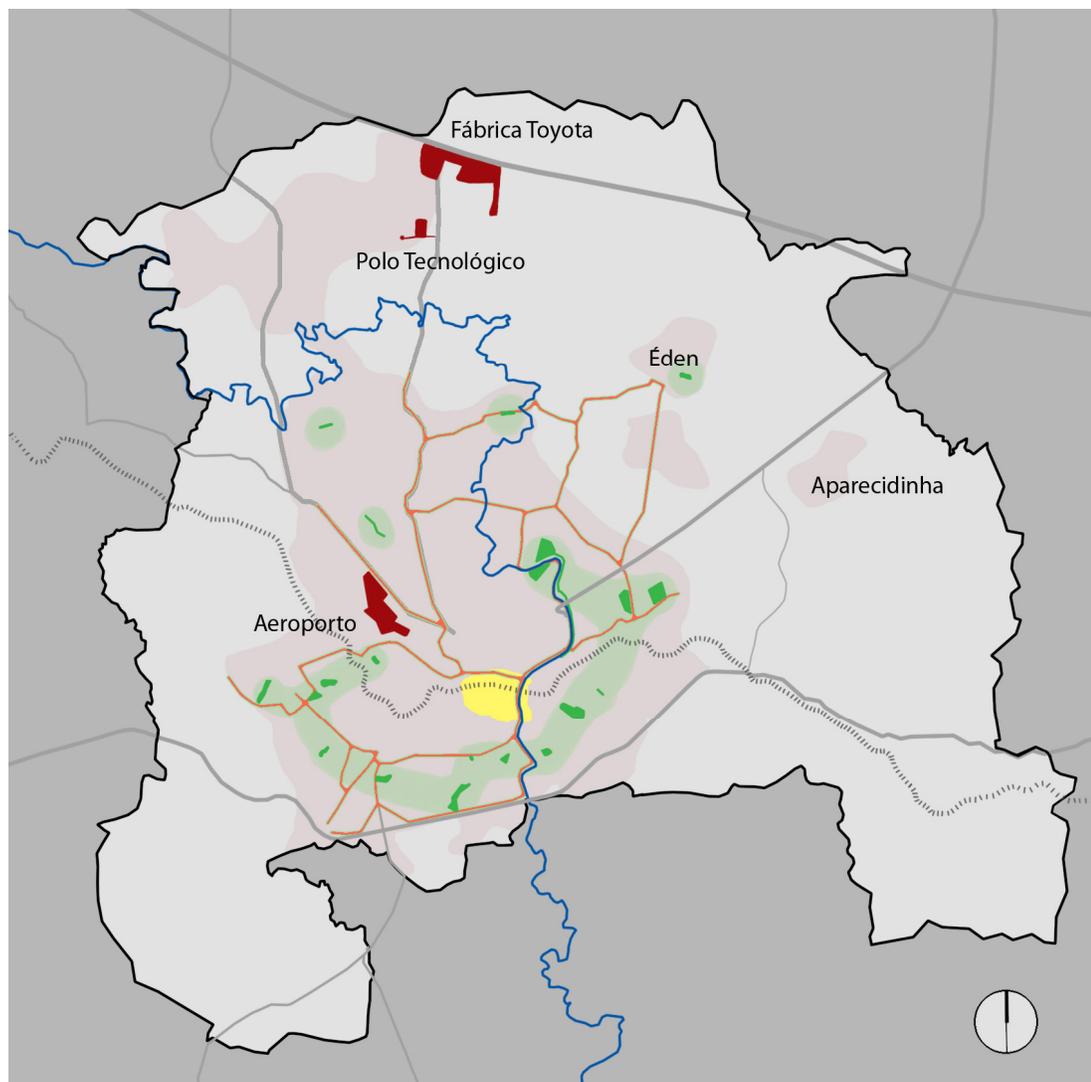


Figura 28 - 'Parques Municipais' como contenção de águas pluviais.
Fonte: Acervo do autor.

Ao se tratar de uma pesquisa que tem por pressuposto apresentar formas de promover a qualidade de vida de forma democrática é de se esperar de uma análise da ocupação no território dos parques municipais de Sorocaba que houvesse uma quantidade de parques equilibrada em relação a população como um todo. Porém nota-se uma divergência quanto aos demais programas, há uma

concentração de parques nas áreas mais ricas da cidade ou seja, na zona Sul e na zona Leste.

Não se busca na pesquisa tentar esclarecer se este fato demonstra uma política segregadora ou elitista, porém o que interessa ao trabalho é demonstrar que muito embora o discurso esteja coerente de que a população carece de espaços de lazer e que a qualidade de vida está diretamente relacionado com a quantidade de espaço público qualificado, existe um favorecimento das classes mais alta em detrimentos das menos favorecidas no atendimento das necessidades de lazer.



PROJETOS URBANOS - CIDADE SAUDÁVEL

	Centro de Sorocaba		Equipamentos urbanos
	Parques urbanos		Perímetro urbano
	'Sorocaba Total'		Principais rodovias
	Ciclovias		Rio Sorocaba

Mapa 8 - Projetos Urbanos - Cidade Saudável.
Fonte: do autor.

5.4.3.2. Programa de política pública 'Ciclovias'

As ciclovias de Sorocaba formam a 2ª maior rede de ciclovias do país. Projeto que estimula o lazer, a prática de atividades físicas e uma opção alternativa de transporte. A meta é alcançar 100km interligados em 2012.

Muito tem se falado em alternativas de mobilidade para as grandes cidades e especificamente sobre o uso da bicicleta como transporte (público ou privado) em amplo desenvolvimento nas cidades por se tratar de uma modalidade econômica e com baixo impacto ambiental. Sorocaba tem obtido destaque na mídia pela difusão de sua rede de ciclovias que já rendeu ao município em 2009 o prêmio "Agir Localmente, Pensar Globalmente" na premiação do troféu Município Verde-Azul da Secretaria do Meio Ambiente do Governo de São Paulo. Porém mesmo que as ciclovias sorocabanas tenham sido referenciadas no 'Caderno de Referência para elaboração de: Plano de Mobilidade por Bicicletas nas Cidades', seu desenho nem sempre respeita normas de segurança e conforto (BRASIL, 2007). Além de ser possível perceber uma piora na qualidade da construção das ciclovias ao longo do tempo, soluções como ciclovias nos canteiros centrais, longe da vitalidade urbana das ruas, com declividades e alinhamentos duvidosos causam dúvidas quanto ao benefício trazido à qualidade urbana.

Este pensamento se aproxima da crítica feita a qualidade da construção dos equipamentos públicos. Até agora foi falado sobre a precariedade da arquitetura e da construção dos equipamentos público e projetos urbanos construídos Casa do Cidadão, Sabe Tudo e Oficina do Saber. As ciclovias seguem a mesma tendência de não refletir a preocupação focada no planejamento e na elaboração do plano viário em sua construção. Além disto o próprio 'Caderno de Referência para elaboração de: Plano de Mobilidade por Bicicletas nas Cidades' coloca a importância da infraestrutura necessária como por exemplo espaços seguros de estacionamento e vestiários, para a adesão da modalidade ciclável pelos cidadão. O que por enquanto não se vê em Sorocaba.



Figura 29 - Ciclovias construídas no princípio do programa, exemplos com critério de construção.
Fonte: Acervo do autor



Figura 30 - Ciclovias construídas recentemente, exemplos com pouco critério de construção.
Fonte: Acervo do autor.

As ciclovias representam uma conquista no que diz respeito ao uso do espaço público pelas pessoas. Ao se utilizar das ciclovias as pessoas não só fazem bem a sua saúde como também qualificam a vida urbana, transformando a cidade em um espaço mais seguro e agradável para se conviver.



Figura 31 - Divulgação do mapa cicloviário de Sorocaba.
Fonte: URBES (2012)

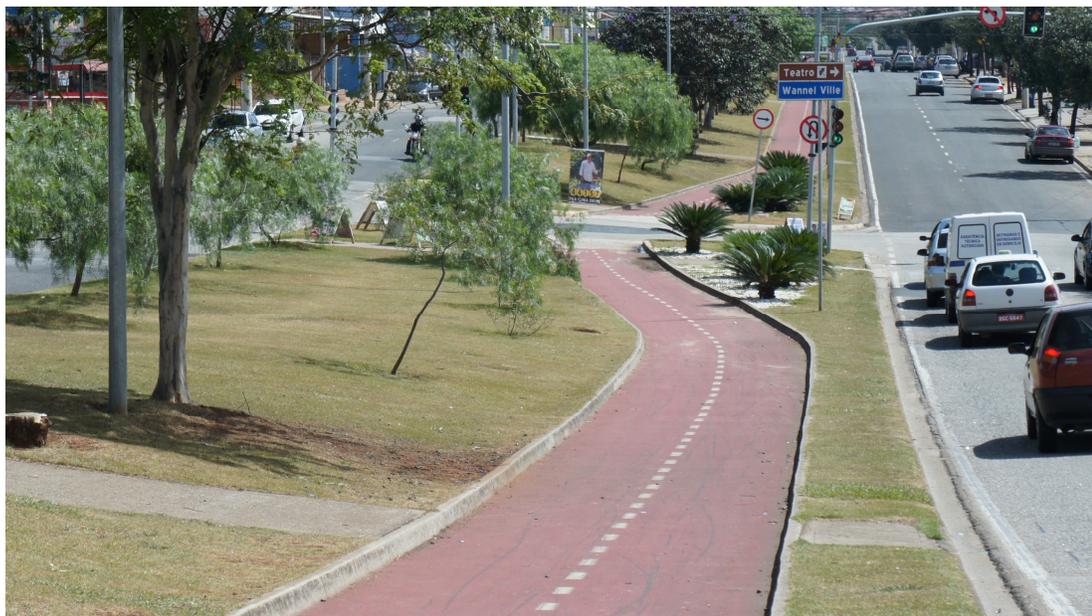


Figura 32 - Ilustração - 'Ciclovias'.
FONTE: Acervo do autor.

Em maio de 2012 foram implantados os primeiros pontos de bicicletas públicas na cidade, o programa chamado IntegraBike iniciou com 120 bicicletas distribuídas por 15 estações e busca oferecer uma alternativa de mobilidade. O acesso é gratuito a população, somente sendo necessário ter mais de dezoito anos e portar o cartão do sistema de transporte coletivo da cidade (INTEGRA BIKE..., 2012). A empresa responsável pela implantação e operação das bicicletas públicas em Sorocaba é a empresa de Recife SERTTEL, que atua em outras cidades do País.



Figura 33 - Ilustração - 'IntegraBike'.
Fonte: Acervo do autor.

5.4.3.3. Programa de política pública 'Via Viva'

“Todo domingo, a Avenida Itavuvu (Sorocaba Total) é fechada ao trânsito de veículos entre 8h e 13h, em um trecho de 2km, entre a UPH Zona Norte e a Avenida Atanásio Soares” para a atividade de lazer com programação de esporte, lazer, cultura, saúde, meio ambiente, entre outras. Integrada a programação do 'Via Viva' estão os empréstimos de livros gratuitos pelo programa móvel do 'Vai e Vem' e uma unidade do 'Sabe Tudo' (PREFEITURA DE SOROCABA, 2012c).

O interessante do programa 'Via-Viva' para o trabalho é a constatação de que a integração das ações urbanas realizadas em Sorocaba promove uma cidade mais justa, democrática e saudável. Este programa demonstra uma integração das três diretrizes principais da gestão da prefeitura, Cidade do Futuro, Cidade Educadora e Cidade Saudável, de modo a oferecer ao cidadão uma cidade mais democrática.



Figura 34 - Ilustração - 'Via Viva'.
Fonte: Acervo do autor.

6. REFLEXÕES ATUAIS SOBRE O ESTUDO DE CASO

O estudo sobre Sorocaba se torna representativo ao abordar o papel atual de uma cidade média como polo regional na rede urbana brasileira. Cidades deste porte se caracterizam por estarem inseridas na realidade metropolitana de influência regional e possuem suas dinâmicas econômicas quase sempre vinculadas às demandas da metrópole mais próxima ou a de maior influência. Nas últimas décadas, as cidades médias têm apresentado um crescimento urbano e demográfico superior ao das cidades polo das grandes metrópoles. Este fato representa uma oportunidade e um desafio para estas cidades que não trazem em sua história uma tradição em planejamento urbano ao mesmo tempo em que são obrigadas a equalizar o desenvolvimento local com a realidade regional.

Ainda hoje, a quantidade de pesquisas e de conhecimentos produzidos voltados para as cidades médias pela academia é bastante inferior em comparação ao foco dado às grandes cidades, porém o que se vê atualmente é um crescimento exponencial das Regiões Metropolitanas em detrimento da cidade central da metrópole. Nesse sentido, as cidades médias acabam por não ter embasamento e suporte técnico ou financeiro para dar resposta à urbanização acentuada que vêm sofrendo. Muitas vezes esse processo de urbanização descontrolado gera conflitos na cidade e a falta de planejamento adequado faz com que o poder público não consiga proporcionar boa qualidade de vida para os cidadãos.

Portanto, torna-se imprescindível trazer ao conhecimento público as ações realizadas pelas diversas cidades que têm enfrentado esta realidade e também refletir sobre tais feitos, para poder colaborar com o desenvolvimento de outras que fatalmente sofrerão os impactos dos fenômenos metropolitanos. Assim, na tentativa de uma reflexão sobre o que vem acontecendo em Sorocaba, por mais que as ações públicas apresentadas sobre a gestão no período 2005-2012 tenham refletido em certo desenvolvimento humano para a região, serão feitos alguns apontamentos que podem contribuir para uma análise crítica dos acontecimentos.

Primeiramente, ao observar as características do planejamento estratégico utilizado em Sorocaba, não se pode afirmar que este tipo de

planejamento traçou um caminho linear, saindo de Barcelona em 1992 e chegando à Sorocaba no começo do século XXI. É possível perceber entre as ações de políticas públicas sorocabanas algumas referências diretas vindas tanto da Espanha quanto de outras cidades, como por exemplo a semelhança entre o programa de pontos de livros gratuitos “Vai e vem” em Sorocaba e os “*Libros al Viento*” de Bogotá, assim como a proximidade do programa “Sabe Tudo” e os “Faróis do Saber” em Curitiba. Desta forma, o que se pode afirmar é que os processos de implantação de políticas públicas devem sempre contar com a inovação e com uma grande dose de criatividade por parte de quem as coloca em prática.

Outro ponto importante a ser observado é sobre como se dá hoje, na prática, a implantação de um modelo de planejamento estratégico de cidades. Conforme mostrado no princípio da pesquisa, a utilização de planejamento estratégico vem sendo exportada por diversas cidades que o utilizaram mesmo antes de Barcelona em 1992. Porém, algumas particularidades do caso de Sorocaba colocam uma interrogação sobre como tem se dado a transferência da prática de planejamento estratégico. Como este modelo de planejamento chegou ao interior Paulista? Sob orientação, determinação ou supervisão de quem? Com quais interesses? Quais são hoje as alternativas de quem procura tal solução para sua cidade? Quem são os atores que atuam no desenvolvimento deste novo sistema de gestão? Talvez com as respostas destas perguntas fosse possível compreender como o novo urbanismo, que nos dizeres de Portas (1992, p.07) atua de forma altamente negocial ou nas palavras de Ascher (2010, p.82) que “se apoia em atitudes mais reflexivas, adaptadas a uma sociedade complexa e a um futuro incerto”, tem se dado de forma prática atualmente no mundo e no Brasil.

Sem tentar esgotar a resposta, mas ainda tentando contribuir para a discussão, é possível perceber que a partir do êxito de Barcelona em 1992 e sua difusão para o mundo como uma potência competitiva, as cidades do mundo se constituíram em um mercado forte para quem oferece resultados de gestão. Desta forma, a partir do momento em que cidades foram interpretadas como consumidoras e que um novo mercado internacional estaria aberto, foram criadas as primeiras organizações a oferecer serviços de gestão estratégica, sendo que os catalães se adiantaram neste novo comércio promovendo o planejamento estratégico em outras cidades.

Ao comparar a realidade de 1992 e a de 2005 em Sorocaba, percebe-se um aumento na oferta dos colaboradores externos, como mostra o quadro 2 abaixo. Enquanto a administração pública de Barcelona contou com o auxílio de técnicos americanos, nos dias atuais não faltam opções de órgãos, entidades ou instituições nacionais ou internacionalmente constituídas que auxiliam na implantação de sistemas de gestão que promovem melhorias de curto ou médio prazo.

No decorrer das duas últimas décadas, foram criadas diversas organizações que atuam em diferentes escalas e com interesses e objetivos também diversos, seja de âmbito internacional, institucional ou técnico, diversas organizações oferecem serviços para as entidades públicas, cada uma atuando sob um manto de planejamento estratégico com determinações e objetivos específicos para cada organização.

Neste sentido, destacam-se a organização internacional CIDEU, originária de Barcelona oferecendo suporte na implantação de planejamento estratégico, a “Rede de Municípios ‘potencialmente’ Saudáveis”, com o objetivo de “subsidiar [as administrações públicas] em temas relevantes que podem ser adotados como política interna de governo para colaborar para que um município se mantenha potencialmente saudável” (SPERANDIO, 2010, p.19) e o SIBRT, que oferece soluções técnicas de mobilidade como projetos de “*Bus Rapid Transit*” (BRT) e ciclovias.

Percebe-se também que este modelo de gestão auxiliada por entidades externas tem se tornado uma prática recorrente nas cidades que conseguem resultados significativos, o que faz surgir um novo modo de gestão que diz respeito à como o novo urbanismo estratégico se implanta nas cidades contemporâneas. Esse modo de gestão franqueada, ou seja, com suporte de instituições que auxiliam no desenvolvimento local, sugere que o desenvolvimento de uma determinada cidade depende mais das franquias que lhe dão suporte do que da vontade pessoal de um governante ou de um grupo político.

Quadro 2 - Movimento municipalista: redes de cidades.

Data	Nome	Sigla
1913	União Internacional de Autoridades Locais.	IULA
Site:	-	
1930	Organização Ibero-americana de cooperação Internacional.	OICI
Site:	-	
1957	Federação Mundial de Cidades Unidas.	FMCU
Site:	-	
1981	Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e associações de governos locais.	FLACMA
Site:	http://www.flacma.com	
1982	União das Cidades Capitais Ibero-americanas	UCCI
Site:	http://www.madrid.es/portales/munimadrid/es/Inicio/Ayuntamiento/Madrid-Global/Union-de-Ciudades-Capitales?vgnextfmt=default&vgnextoid=72bc62995184b010VgnVCM100000d90ca8c0RCRD&vgnnextchannel=8445b416054c8010VgnVCM100000dc0ca8c0RCRD&idCapitulo=1245835	
1985	Metropolis – Associação das Grandes Metrôpoles.	Metropolis
Site:	http://www.metropolis.org	
1985	União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa.	UCCLA
Site:	http://www.uccla.net/	
1989	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.	CPLP
Site:	http://www.cplp.org	
1990	Associação Internacional de Cidades Educadoras.	AICE
Site:	http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubPortadaAc.do	
1993	Centro Ibero-americano de Desenvolvimento Urbano.	CIDEU
Site:	http://www.cideu.org/	
2002	Organização Pan-americana da Saúde.	OPAS/OMS
Site:	http://new.paho.org	
2004	Foro Consultivo do Mercosul - Fórum Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos.	FCCR
Site:	http://www4.planalto.gov.br/saf-fccr/fccr-mercosul	
2004	Cidades e Governos Locais Unidos.	CGLU
Site:	http://www.cities-localgovernments.org	
2008	Fórum de Governança Local Índia - Brasil – África do Sul.	FGL-Ibas
Site:	http://www2.ena.gov.br/ibas/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1	
	NACIONAIS:	
1948	Associação Paulista de Municípios.	APM
Site:	http://www.apaulista.org.br/site/	
1980	Confederação Nacional de Municípios.	CNM
Site:	http://www.cnm.org.br	
2000	Centro de Estudos Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis.	CEPEDO C
Site:	http://www.cidadessaudaveis.org.br/	
2003	Rede de Municípios Potencialmente Saudáveis.	RMPS
Site:	http://www.redemunicipiosps.org.br/wordpress/	
-	Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias.	REDBCM
Site:	http://www.redbcm.com.br/	

Este modelo levado a cabo permite um questionamento sobre os interesses e os motivos que regem as tais organizações externas. Algumas

apresentam caráter institucional, promovendo a democracia e a saúde nas cidades como é o caso das 'Cidades Educadoras', outras exercem sua função com caráter público, como é o caso já apresentado do GesPública, que nasce do poder público federal com intuito de melhoria geral das entidades públicas nacionais. Mas, ainda há outras que seguem a lógica do sistema de acumulação de capital, apresentando caráter tipicamente mercadológico, ou seja, a troca de serviços por bons faturamentos. Neste caso, podem-se tomar como exemplo as empresas que oferecem o serviço de implantação e manutenção das bicicletas públicas nas cidades.

As bicicletas públicas surgiram como experiência inovadora em Paris e Barcelona como uma alternativa de mobilidade individual e pública para a população. No Brasil, foram implantadas primeiramente nas grandes capitais por meio de uma empresa privada que atualmente oferece o serviço de mobilidade alternativa para diversas cidades do país sob o *slogan* de mobilidade democrática e sustentável. De fato, não há nenhuma irregularidade em uma empresa privada buscar novos mercados e ampliar sua cartela de clientes, mas este fato sugere a abertura de um novo mercado no qual os consumidores são as próprias cidades. Assim, fica uma preocupação sobre as futuras abordagens das empresas que prestarão serviços para as cidades.

Outro assunto que vale acrescentar na discussão é a arquitetura de projetos de âmbito público. É possível perceber que no Brasil a relação das construções derivadas das políticas públicas de requalificação urbana são concebidas como instrumentos para dar visibilidade às realizações políticas. Isto faz com que a produção arquitetônica realizada pelo poder público tenha um caráter muito distante dos exemplos que fundamentaram a pesquisa. As edificações públicas de Sorocaba, citadas no trabalho, demonstram uma fragilidade arquitetônica por não possuírem a devida concepção técnica e estética. O mesmo se vê no caso de Curitiba com os 'Faróis do Saber', pois não se desenvolve uma visão de arquitetura na qual a autonomia do projetista é elemento favorável e passível de contribuição para o desenvolvimento da cidade.

Nos exemplos internacionais, a arquitetura foi considerada elemento fundamental para a obtenção dos resultados, principalmente no que diz respeito à construção de espaços urbanos democráticos. O exemplo Barcelona em 1992 se mostra eficiente pela quantidade de pequenos espaços urbanos revitalizados a

partir da preocupação por uma arquitetura singular e voltada para a cidade. Em 2004 a proposta foi apostar em uma arquitetura de grande impacto visual e criação de espaços públicos de grande porte. Por sua vez, Bogotá confiou grande parte da eficiência de suas bibliotecas como espaço público indutor de sociabilidade na qualidade de seus projetos arquitetônicos, cuja realização foi feita exclusivamente por profissionais nacionais. O resultado desta preocupação conquistou atenção internacional pela democratização de suas cidades, além de ter conseguido em mesma medida se destacar por sua produção e pesquisa arquitetônica.

No Brasil, ao observar os casos de Curitiba e Sorocaba fica evidente que a produção arquitetônica não corresponde ao mesmo ideal. Ambos os casos não depositam na arquitetura a confiabilidade da transformação do espaço urbano. Não é de conhecimento público que um bom projeto arquitetônico possa servir como um elemento indutor de vivacidade.

Esta divergência de visão sobre o potencial transformador da arquitetura é refletido também no próprio resultado das ações urbanas. Ao observar os projetos oriundos das políticas públicas de Sorocaba é possível perceber uma coerência em relação à ocupação no território, porém, o fato dos equipamentos serem idênticos entre si não demonstra a preocupação de se criar uma identidade entre o edifício e a população.

Outro ponto a ser observado é a diferença dada aos focos de desenvolvimento econômico e de desenvolvimento social e humano. É possível dizer que a principal diretriz da prefeitura de Sorocaba trabalha de forma autônoma e independente das outras diretrizes. A ênfase dada à diretriz “Cidade do Futuro” deixa a dúvida sobre a possibilidade de integração com as outras diretrizes que prezam pelo bem comum.



Figura 35 - Suposta integração entre as diretrizes: Cidade do Futuro, Cidade Educadora e Cidade Saudável.

Fonte: Acervo do autor.

Constata-se que o desenvolvimento econômico é o principal objetivo das ações do poder público. Porém, não se pode dizer que o crescimento econômico é responsável por si só pela melhoria da qualidade de vida de um município ou de uma região. Esta melhoria, assim como a promoção da vida democrática nas cidades está diretamente relacionada com a integração entre as ações que buscam o desenvolvimento econômico e as ações de desenvolvimento social e humano.

Por fim, a crítica à postura focada exclusivamente no desenvolvimento econômico sugere que a partir do uso do planejamento estratégico a cidade como um todo está em negociação, de modo a favorecer grandes empresas em detrimento de atenções focadas no desenvolvimento social e humano. E ainda, coloca a ideia de que o poder público perdeu seu caráter de atender a coletividade para servir as necessidades destas grandes empresas, em um movimento de troca entre flexibilização legislativa e ofertas de empregos oferecidas pelas empresas que se instalam em determinadas cidades. Mesmo que este cenário seja em grande parte verdadeiro, ainda assim existe um quadro de melhora de qualidade de vida em algumas cidades. Nesses casos, é considerada como fator determinante desta melhora a vontade do poder público

local em desenvolver ações que promovam o desenvolvimento humano e a democracia no espaço urbano.

Ao considerar Sorocaba como estudo de caso, todas estas teorias e vertentes do pensamento urbanístico contemporâneo se mostram plausíveis. Em outras palavras, um dos pontos determinantes do desenvolvimento municipal está na instalação de uma fábrica na zona norte, trazendo investimentos que concederam à cidade uma nova perspectiva econômica e, ainda assim, é possível perceber uma melhora na qualidade de vida das pessoas, muito por conta das políticas públicas voltadas a melhoria da qualidade de vida e da ampliação da esfera da vida pública na cidade.

7. CONCLUSÃO

Após a apresentação do conteúdo da pesquisa, pode-se concluir sobre as seguintes questões:

Atualmente, grande parte do pensamento que baseia o planejamento de cidades pressupõe uma interpretação do mundo enquanto uma economia globalizada e com grande interação entre as cidades em competição por novos mercados. Neste cenário, nota-se uma preferência para a modalidade de planejamento flexível, capaz de dar respostas às mudanças que possam ocorrer ao longo do tempo. O planejamento estratégico, que surge com este pretexto, tem como princípio equilibrar as ações urbanas das cidades inseridas nesta lógica de mundo globalizado, promovendo espaços voltados para o desenvolvimento econômico e espaços que propiciem a qualidade de vida para os cidadãos.

A crítica ao planejamento estratégico sugere que ao seguir esta lógica, a cidade se torna refém do grande capital e que, embora a promoção da cidade democrática se constitua nos objetivos gerais apontados pelo planejamento estratégico, as ações priorizam as iniciativas voltadas para o desenvolvimento econômico em detrimento das ações que aumentam a qualidade de vida no meio urbano.

Outra crítica está relacionada à falta de espaços de socialização na arquitetura desenvolvida para o contexto globalizado com foco para a visibilidade internacional. Estes projetos se destacam por serem grandes edifícios com complexa concepção formal, além de serem responsáveis por grandes quantias de dinheiro destinadas a construções de impacto visual e por pouco foco na criação de espaços para se viver.

Porém, existem ações pontuais que demonstram o papel da arquitetura enquanto aglutinador e promotor de espaços voltados para a socialização. Na pequena lanchonete na cidade de Utrecht ou nas bibliotecas de Bogotá foram criados espaços onde a promoção da cidade de forma democrática está diretamente relacionada com o edifício construído. Nestes dois exemplos a concepção do espaço público enquanto indutor de relações sociais foi determinante para o êxito dos projetos e para a aceitação e identificação do público com os edifícios construídos.

No que diz respeito à relação entre as cidades, percebe-se uma dualidade na interpretação das dinâmicas regionais. Como foi visto, existem ações legais que visam regulamentar o território em diferentes unidades regionais como Região Metropolitana ou Aglomeração Urbana, porém estas definições em unidades regionais não respondem à dinâmica real de interação entre as cidades que funciona em função da lógica do grande capital internacional e globalizado, neste sentido as poucas ações que procuram equalizar esta dinâmica global estão em defasagem com a realidade.

Sobre a difusão da democracia nas cidades por meio da legislação urbanística, pode-se dizer que, por mais que o Brasil tenha avançado nestas questões na última década com a criação do Estatuto das Cidades, tais avanços não resultaram em ações práticas, sendo necessária uma revisão legislativa de modo a propor uma articulação com a aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto das Cidades.

Como conclusão sobre a cidade de Sorocaba, pode-se dizer que o poder público apresenta um discurso afinado com o modelo de planejamento estratégico internacionalmente difundido, tendo como foco principal o desenvolvimento econômico e a promoção da esfera pública. Mais claramente, no caso sorocabano existem duas visões complementares embora distintas de trabalhar com o meio urbano. Por um lado a diretriz 'Cidade do Futuro' trabalha como ponta de lança em busca do desenvolvimento econômico, e por outro as diretrizes 'Cidade Saudável' e 'Cidade Educadora' trabalham em segundo plano desenvolvendo ações que visam o desenvolvimento social e a ampliação da esfera pública na cidade. Esta distinção é refletida no caráter dos projetos urbanos de cada uma das diretrizes, isto é, a maioria dos projetos advindos da diretriz 'Cidade do Futuro' não carrega nenhum viés social além dos seus objetivos principais, já os projetos urbanos oriundos das demais diretrizes estratégicas refletem uma qualificação do espaço urbano no que diz respeito à conquista da participação dos cidadãos nos espaços públicos de Sorocaba.

Sobre a implantação dos projetos urbanos, os programas realizados em Sorocaba, principalmente aqueles de caráter social, foram implantados de maneira coerente pelo território, contemplando a finalidade de ampliar o contato do poder público com a população, porém seria possível avançar no que diz respeito à arquitetura e à construção dos equipamentos como foi visto em outros

lugares do mundo. Tomando como exemplo o programa 'Sabe Tudo' de Sorocaba, é possível traçar paralelos com outras experiências em cidades brasileiras e de outros países como é o caso do programa 'Farol do Saber' de Curitiba e da rede de bibliotecas '*BIBLORED*' de Bogotá, ressaltando que o sistema bogotano vai além ao apresentar uma hierarquia entre as bibliotecas implantadas, oferecendo diferentes programas para cada região. Esta maneira de projetar requer um conhecimento profundo do território para a elaboração dos programas das bibliotecas, uma vez que são focadas em populações específicas.

Em relação especificamente à concepção arquitetônica e à qualidade construtiva dos projetos urbanos desenvolvidos em Sorocaba, é possível concluir que a arquitetura não representa um fator importante na definição dos projetos urbanos, em outras palavras, a arquitetura não é levada em conta no desempenho das políticas públicas de caráter social. Ao observar ações urbanas de outros países, com objetivos e aplicações semelhantes aos realizados em Sorocaba, percebe-se que o equipamento público projetado com a pretensão de responder às demandas específicas da população próxima, ou melhor, da população que terá maior acesso ao edifício, apresenta uma maior aceitação pelo público ao promover elementos de identificação com a comunidade para a qual foi destinado. A partir do estudo de caso de Sorocaba, nota-se que muito se tem avançado em relação a uma conscientização da importância de planejamento urbano, porém este fato não significou, necessariamente, uma conscientização da arquitetura como elemento indutor da qualidade do espaço urbano construído.

Por fim, procurou-se analisar de que forma as estratégias e ações urbanas realizadas na cidade de Sorocaba, com foco nas ações que objetivam a ampliação da esfera da vida pública e a promoção de espaços públicos democráticos podem contribuir para um conhecimento de gestão urbana de cidades médias. Sorocaba tem mostrado que é possível conciliar desenvolvimento econômico sem abrir mão de ações que ampliam a participação democrática em espaços públicos. O ponto alto do exemplo de Sorocaba é observar uma gestão urbana equilibrada entre interesses voltados para o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social, podendo ampliar a economia local e ainda promover uma melhora substancial na qualidade de vida coletiva.

8. REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Sergio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume, 2008.

ALCADÍA MAYOR DE BOGOTÁ D.C.. Secretaría de Educación del Distrito. Dirección de Ciência, Tecnología y Médios Educativos. *Red capital de bibliotecas públicas*: BiblioRed: plan estratégico junio de 2009 – mayo de 2011. Bogotá: BiblioRed, 2009. Contrato de concesión 985 de 2009. Caja Colombiana de subsidio familiar (COLSUBSIDIO). Disponible: <<http://www.biblored.edu.co/files/images/contenido/PLAN%20ESTRATEGICO%20BIBLORED%202009.pdf>>. Acceso: set. 2012.

ALCADÍA MAYOR DE BOGOTÁ D.C.. Secretaria General. Acuerdo 6 de 1998 Concejo de Bogotá D. C., Santafé de Bogotá, D.C., 30 mayo 1998. *Registro Distrital*, n. 1.674, 8 jun. 1998. Disponible: <<http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=535#1>>. Acceso: set. 2012.

ALCADÍA MAYOR DE BOGOTÁ D.C.. Secretaria General. Documento de relatoria n.3, de 2002. Planos de desarrollo económico, social y de obras públicas de Bogotá: Acuerdo distrital n.18, de 1972. Lay n.152, de 1994. Acuerdo distrital n.12, de 1994, Santafé de Bogotá, D.C., 16 jun. 2002. Disponible: <<http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=4982>>. Acceso: set. 2012.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura das novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO Ermínia. *A cidade do pensamento início*: desmanchando consensos. 6.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO Ermínia. *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensos. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ARAÚJO, Carlos. Divergências marcam início de debates sobre proposta. *Jornal Cruzeiro do Sul*, 29 maio 2012. Disponível em: <<http://www.cruzeirosul.inf.br/acessarmateria.jsf?id=390822>>. Acesso em: set. 2012.

ASCHER, François. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

ASOCIACIÓN LATINO-AMERICANA DE SISTEMAS INTEGRADOS Y BRT (SIBRT). Disponible: <<http://www.sibrtonline.org/honorarios>>. Acceso: 2012.

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS. *Carta das cidades educadoras*. Barcelona, 2004. Disponível em:

<<http://w10.bcn.es/APPS/eduportal/pubFitxerAc.do?iddoc=84472>>. Acesso em: set. 2012.

BELDI NETTO, Alexandre. *Parque tecnológico de Sorocaba*. 2012. Disponível em: <<http://agencia.prefeiturazorocaba.com.br/site/tecnologico>>. Acesso em: set. 2012.

BELLOT, Pilar Figueiras. *Ciudad educadora*. Barcelona: Asociación Internacional de Ciudades Educadoras (AICE), 2012. Disponible: <http://www.bcn.es/edcities/aice/estaticos/espanyol/sec_educating.html>. Acceso: set. 2012.

BOGOTÁ D.C. *BiblioRed: Red Capital de Bibliotecas Públicas*, 2012. Disponible: <<http://www.biblored.edu.co/Bibliotecas>>. Acceso: set. 2012,

BORJA, Jordi. Urbanização e centralidade. In: OS CENTROS das metrópoles: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Terceiro Nome, 2001.

BORJA, Jordi; HERCE, Manuel. Estratégias metropolitanas. *Revista digital del programa en gestión de la ciudad*, ano 1, 14 abr. 2009. Disponible: <http://cafedelasciudades.com.ar/carajillo/imagenes1/Carajillo%20de%20la%20ciudad%201_Estrategias%20metropolitanas.pdf>. Acceso: sept. 2012.

BRANDÃO, Israel Rocha. Na trilha do Município saudável. In: SPERANDIO, Ana Maria Girotti; MACHÍN, Diego Gonzalez; FORTUNATO, Maria Alice Barbosa. *Políticas integradas em rede e a construção de espaços saudáveis: boas práticas para a iniciativa do Rostos, Vozes e Lugares*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. p.31-60.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana. Programa Brasileiro de Mobilidade por Bicicleta. *Caderno de referência para elaboração de plano de mobilidade por bicicleta nas cidades*. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2007. Caderno 1. (Coleção Bicicleta Brasil). Disponível em:<<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSEMOB/Biblioteca/LivroBicicletaBrasil.pdf>>. Acesso em: 2012.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GesPública; Prêmio Nacional da Gestão Pública – PQGF; Instruções para Avaliação da Gestão Pública – 2010; Brasília; MP, SEGES, 2009. Versão 1/2010.

BUGANZA, Cíntia Perez. *Estudo da situação pré metropolitana de Sorocaba: características e perspectivas*. 2010. 140f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-31052010-153812/>>. Acesso em: 2012.

CASTRO, Ricardo L. *Salmona*. Bogotá: Villegas, 2008.

CATALÀ: vista aèria del Parc del Forum (Barcelona) durant la celebració del Forum Universal de les Cultures 2004. En: WIKIPEDIA, 2012. Disponible: <<http://en.wikipedia.org/wiki/File:BCN-ParcForum-4923.jpg>>. Acesso: 2012.

CIDADE saudável. *Prefeitura de Sococaba: portal da cidade*, Sorocaba, 2012. Disponível em: <<http://www.sorocaba.sp.gov.br/pagina/30/cidade-saudavel.html>>. Acesso em: set. 2012.

CIDEU. *Acerca de misión*. Disponible: <<http://www.cideu.org/index.php?mod=objeto&act=verObjeto&idObjeto=1031>>. Acesso: 2012.

COMPANS, Rose. Intervenções de recuperação de zonas urbanas centrais: experiências nacionais e internacionais. In: EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO (EMURB). *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: CEBRAP/EMURB, 2004. p.25-60. Disponível em: <<http://www.centrodametropole.org.br/static/uploads/oitrosecompans.pdf>>. Acesso em: 2012.

CORDEIRO, Joselma Cavalcanti. *A promoção da saúde e a estratégia de cidades saudáveis: um estudo de caso no Recife – Pernambuco*. 2008. 250f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife, 2008. Disponível em: <<http://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/3898/2/000016.pdf>>. Acesso em: 2012.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO (EMPLASA). *Macrometrópole paulista. – imagem: Macrometrópole: Infra-Estrutura Viária e Aeroportuária*. Apresentação PDF. São Paulo: EEMPLASA, 2012a. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.emplasa.sp.gov.br%2Femplasa%2Fmacrometropole%2Fmacrometropole.pps&ei=Oi6JUKmsN4269gSR5oGoBg&usq=AFQjCNEYX88ulumiPvqOfM8P-OFQWjjo_w&sig2=mcQcxTHqr87mdO0yteXXmQ>. Acesso em: out. 2012.

EMPRESA PAULISTA DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO (EMPLASA). *Macrometrópole paulista*. São Paulo: EEMPLASA, 2012b. Disponível em: <<http://www.emplasa.sp.gov.br/emplasa/>>. Acesso em: set. 2012.

FARÓIS do saber. *Guia geográfico Curitiba-escola*, 2012. Disponível em: <<http://www.escola-curitiba.com/farois.htm>>. Acesso em: 2012.

FENNER, Rogério. Construção da rede Nacional de cidades saudáveis. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, 2009, Natal. *Apresentação ... Recife: UFPE, 2009*. Disponível em: <http://www.ufpe.br/nusp/images/construcao_cidades_saudaveis.pdf>. Acesso em: set. 2012.

FERNADES, Djair Roberto. *O modelo de excelência em gestão pública: uma ferramenta do privado para bem administrar o público*. In: CONGRESSO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 5., Niterói, 2009. *Anais...* Niterói: [s.n.], 2009.

FERRAZ, Eduardo. Dr. Empreendedor. *Época Negócios*, ed. 11, 8 jan. 2008. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/Revista/Epocanegocios/0,,EDR80932-8383,00.html>>, Acesso em: set. 2012.

FERREIRA, André Ribeiro. Modelo de excelência em gestão pública. *Revista Eixo*, Brasília, v. 1, 2012, p. 44-62. Disponível em: <<http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/view/16/15>>. Acesso em: set. 2012.

FORO internacional espacio público y ciudad: memorias. Bogotá – Colômbia: Horizontes gráficos, dez. 2005. Disponible: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&cad=rja&ved=0CCoQFjAB&url=http%3A%2F%2Fwww.cideu.org%2Findex.php%3Fmod%3Dobjeto%26act%3Ddownload%26idObjeto%3D12637&ei=wf5uUKDPFJOs8QT1rYDgAw&usg=AFQjCNGnH9EnV31mE__Pxhll2JKiL0BPyA&sig2=APaGNxlfnjTxasMs3B2IVw>. Acesso: sept. 2012.

FÓRUM CIDADES PARCEIRAS. Disponível em: <<https://cidadesparceiras.wordpress.com/about/>>. Acesso em: set. 2012.

FREY, Henrique; CAIADO, Aurílio Sérgio Costa. *Notas sobre as modalidades de deslocamento espacial da população na Aglomeração Urbana de Sorocaba-SP*. In: Encontro Nacional da ANPUR, 14, Rio de Janeiro, maio de 2011. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/site/anais/ena14/ARQUIVOS/GT8-905-822-20110106202939.pdf>>. Acesso em: Out. 2012.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). *Espaços e dimensões da pobreza nos municípios do estado de São Paulo*. [s.i.]. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em: set. 2012.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). *Perfil municipal: região administrativa de Sorocaba*. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em: set. 2012.

GOOGLE EARTH – Barcelona – Institut Cartogràfic de Catalunya, Espanha (2012).

GOOGLE EARTH - Virgilio Barco, Bogotá – Cundinamarca, Colômbia (2012).

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ. Casa Civil. *Período republicano*. Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=95>>. Acesso em: set. 2012.

GRAÇA, Miguel Silva. *Espaços públicos e uso colectivo de espaços privados*. Disponível em: <<http://ecultura.sapo.pt/Anexos/%C2%ABEspa%C3%A7osPublicos&Privados%C2%BB%20.pdf>>. Acesso em: 2012.

GRECA, Rafael. *Faróis do saber*. Curitiba, 13 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.rafaelgreca.org.br/blog1/?p=382>>. Acesso em: jun. 2012.

GUANAIS, Frederico Campos; FISCHER, Tânia. Entre planos, projetos e estratégias: o caso Rio Sempre Rio. *Revista O&S*, v.6, n.14, 1999.

HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOTZ, Eduardo Fontes. *A organização metropolitana pós-constituição de 1988*. São Paulo: Perspec, 2000.

ÍNDICE PAULISTA DE VULNERABILIDADE SOCIAL (IPVS). Mapas: município de Sorocaba, 2000. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/projetos/ipvs/mapas/Municipio/sorocaba.pdf>>. Acesso em: set. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sorocaba – SP, 2012*. (IBGE Cidades). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=355220#>>. Acesso em: set. 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC). Disponível em: <<http://www.ippuc.org.br/default.php>>. Acesso em: 2012.

INTEGRA bike começa a operar na próxima semana. *Diário de Sorocaba*, Sorocaba, 11 maio 2012. Disponível em: <<http://www.diariodesorocaba.com.br/site2010/materia2.php?id=221697>>. Acesso em: set. 2012.

LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. *Uma estratégia chamada “planejamento estratégico”*: deslocamentos espaciais e atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

LIPPI fala de seus planos de governo durante encontro promovido pelo Secovi. *Prefeitura de Sorocaba: portal cidadania*, Sorocaba, 27 abr. 2005. Disponível em: <<http://www.sorocaba.sp.gov.br/noticia/3609>>. Acesso em: set. 2012.

LIPPI, Vitor. O futuro é agora. *Jornal Ipanema*, p.42, ago. 2011. Especial 357anos.

McDERMOTT, Caroline. *Desarrollo humano y las bibliotecas públicas de Colombia*. Bogotá. Universidad de Los Andes, Nov. 2010. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&ved=0CCQQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.reddebibliotecas.org.co%2Fcomunidad_bibliotecologos%2FDocuments%2FMcDermott_ReporteDesarrolloHumano>

Bibliotecas.pdf&ei=Xa2BUJLrJYPE9ASsuYGYAg&usg=AFQjCNHuDkxshwT3FDKt1urUhYGZG5j_VQ&sig2=ChYVqB3jcfAm2cn_wgeKeQ>. Acesso em: nov. 2012.

MEDRANO, Leandro. Notas sobre um bar, uma quadra de basquete e um cadáver. *Oculum ensaios*, Campinas, v.3, p. 69-79, set. 2005.

MENDES, Rosilda; WESTPHAL, Márcia Faria. Cidade saudável: uma experiência de interdisciplinaridade e intersetorialidade. *RAP: Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.34, n.6, p.47-61, nov./dez. 2000.

MEYER, Regina Maria Prosperi; DORA GROSTEIN, Marta; BIDERMAN, Ciro. *São Paulo metrópole*. São Paulo: Edusp, 2004.

MIRANDA, Danilo Santos de. *Danilo Santos de Miranda*. Entrevistadores: Adriano Diogo, Simão Pedro, Leci Brandão, Hamilton Pereira. São Paulo: TV ALESP, 27 abr. 2012. Disponível em: <<http://youtu.be/9fLI-8jgta0>>. Acesso em: ago. 2012.

OFICINA do saber. *Prefeitura de Sorocaba: portal da cidade*, Sorocaba, 2012. Disponível em: <<http://www.sorocaba.sp.gov.br/PortalGOV/do/noticias?op=viewForm&coConteudo=36967>>. Acesso em: abr. 2012.

PELAÑOSA, Henrique. *Transporte, inclusão e cidadania*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/ Universidade de São Paulo, 20 jun. 2012. Palestra.

PLANEJAMENTO para desenvolver cidade inclui até embelezamento. *Jornal Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, n.20, out. 2005. (Suplemento especial).

PLATAFORMA reúne informações sobre BRTs mundiais e faixas de ônibus brasileiras. *EMBARQ Brasil*, 21 ago. 2012. Disponível em: <<http://www.embarqbrasil.org/node/613>>. Acesso em: set. 2012.

PORTAS, Nuno. Tendências do urbanismo na Europa: planos territorial e local. *Oculum ensaios*, Campinas, v.3, p.4-13, 1992.

PREFEITURA DE CURITIBA. *Relação dos prefeitos de Curitiba*. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 2012. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/relacao-dos-prefeitos-de-curitiba/4>>. Acesso em: set. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA. *Cidade educadora*. Sorocaba, 2012a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA. *Parques municipais*. Sorocaba, 2012b.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOROCABA. *Via viva*. Sorocaba, 2012c.

PROJETO quer diminuir tempo de viagem em 50%. *Jornal Diário de Sorocaba*. Sorocaba: 04, set. 2012. Disponível em:

<<http://www.diariodesorocaba.com.br/site2010/ler1.php?id=679>> Acesso em: out. 2012.

PROJETO “Vai e Vem Móvel” recebe 30 novas unidades. *Jornal Ipanema*. Sorocaba: 20, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.jornalipanema.com.br/noticias/sorocaba/8189-projeto-vai-e-vem-movel-recebe-30-novas-unidades>> Acesso em: out. 2012.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. A megalópole do sudeste brasileiro: a formação de uma nova entidade urbana para além das noções de macro-metrópole e de complexo metropolitano expandido. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ANPUR), 9., Salvador, maio 2005. *Anais...* Disponível em: <<http://www.xienanpur.ufba.br/231.pdf>>. Acesso em: set. 2012.

RAMIRES, Jorge. *Projetos urbanos contemporâneos em Colômbia*. Campinas: PUC Campinas, 26 abr. 2011. Palestra.

REPRESENTANTE da UNESCO participa da Semana da Cidade Educadora. *Diário de Sorocaba*, 13 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.diariodesorocaba.com.br/site2010/materia2.php?id=218674>>. Acesso em: abr. 2012.

RUFINO, Wagner B. O desafio da governança metropolitana no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO (ENANPARQ), 2., Natal, 2012. *Anais...* Natal: ANPARQ, 2012.

SANTORO, Paula Freire. O desafio de planejar e produzir expansão urbana com qualidade: a experiência colombiana dos planos parciais em Bogotá, Colômbia. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL (ANPUR), 14., Rio de Janeiro, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

SANTORO, Paula Freire; CYMBALISTA, Renato; NAKAHIMA Rosemeire. Plano diretor de Sorocaba: um olhar sobre os atores e a auto-aplicabilidade dos instrumentos urbanísticos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 4., São Paulo, 2006. *Desafios para o Direito Urbanístico Brasileiro no Século XXI...* São Paulo. 2007.

SANTORO, Paula Freire; CYMBALISTA, Renato; NAKAHIMA Rosemeire. *Sistematização do plano diretor de desenvolvimento físico territorial de Sorocaba, SP, lei nº 7.122 de 17 de junho de 2004*. São Paulo: Instituto Polis, out. 2005. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/ExperienciasEstados/Sorocaba_SistematizacaoSP.pdf>. Acesso em: 2012.

SECCHI, Bernardo. *A cidade do século XX*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

SILVA, Paulo Bernardo da; MEDEIROS, Paulo César. *Carta de Brasília*. Brasília: Ministério do Planejamento, abr. 2009. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/forum_nacional_gp/CartaBrasilia.pdf>. Acesso em: set. 2012.

SIQUEIRA, Cláudio Rariz: Do planejamento estratégico ao PPA: a experiência de Sorocaba. In: CONGRESSO CONSAD DE GESTÃO PÚBLICA, 3., Brasília-DF, 2010. *Anais...* Brasília: CONSAD, 2010. Disponível em: <http://www.escoladegoverno.pr.gov.br/arquivos/File/Material_%20CONSAD/painéis_III_congresso_consad/painel_20/do_planejamento_estrategico_ao_ppa_a_experiencia_de_sorocaba.pdf>. Acesso em: set. 2012.

SOLA-MORALES, Manuel. Espaços públicos e espaços coletivos. In: CENTROS das Metrôpoles. São Paulo: Terceiro Nome/Imprensa Oficial do Estado, 2001.

SOROCABA firma acordo com Parques tecnológicos de Lyon, Manchester e Surrey. *Prefeitura de Sorocaba: portal da cidade*, Sorocaba, 6 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.sorocaba.sp.gov.br/noticia/22743/>>. Acesso em: 2012.

SOROCABA inaugura hoje Parque tecnológico. *Cruzeiro do Sul*, 4 jun. 2012. Disponível em: <<http://portal.cruzeirosul.inf.br/acessarmateria.jsf?id=392379>>. Acesso em: set. 2012.

SOROCABA TOTAL. Blog AEpatriônio. Sorocaba: 21, Nov. 2012. Disponível em: <<http://aepatrimonio.blogspot.com.br/2011/11/sorocaba-total.html>> Acesso em: out. 2012.

SPERANDIO, Ana Maria Girotti. A promoção da saúde construída em rede. In: SPERANDIO Ana Maria Girotti; MACHÍN, Diego Gonzalez; FORTUNATO, Maria Alice Barbosa. *Políticas integradas em rede e a construção de espaços saudáveis: boas práticas para a iniciativa do Rostos, Vozes e Lugares*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), 2010. p.19-21.

STEFANO, Marcel. Bairro de imigrantes. A cidade: aniversário de Sorocaba, 358 anos. *Jornal Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, ago, 2012.

3º SEMINÁRIO sobre gestão de cidades em tempos de sustentabilidade. *Gerente de Cidade FAAP*, São José dos Campos, ano 16, n.61, p.21, jan./mar. 2012. (Fundação Armando Álvares Penteado)

TOMAZELA, José Maria. Macrometrópole paulista deve ganhar corpo esta semana. *Estadão.com.br*, 27 maio 2012. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,macrometropole-paulista-deve-ganhar-corpo-esta-semana,878696,0.htm>>. Acesso em: set. 2012.

UMA história ilustrada: planejamento tenta disciplinar a expansão há mais de 50 anos. *Jornal Cruzeiro do Sul*, Sorocaba, ago, 2004. (Série especial).

URBANIZAÇÃO DE CURITIBA (URBS). *Curitiba: estação futuro*. Curitiba: URBS, 2012. Disponível em: <<http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/transporte/rede-integrada-de-transporte>>. Acesso em: set. 2012.

URBANIZAÇÃO DE CURITIBA (URBS). Rede integrada de transporte (RIT): acessibilidade. Curitiba: URBS, 2012. Disponível em: <<http://www.urbs.curitiba.pr.gov.br/PORTAL/rit/>>. Acesso em: set. 2012.

URBES: TRÂNSITO E TRANSPORTES. *Mapa ciclovía*. Disponível em: <<http://www.urbes.com.br/uploads/mapa-ciclovía.pdf>>. Acesso em: set. 2012.

UBICACIÓN. *DeUna Colômbia tours*, 2012. Disponible: <<http://www.deunacolombia.com/es/deuna/ubicacion.html>>. Acesso: set. 2012.

VAINER, Carlos. As ideias urbanas fora do lugar (Prefácio). In: LIMA JUNIOR, Pedro de Novais. *Uma estratégia chamada "planejamento estratégico": deslocamentos espaciais e atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010. p.09-14.

VERÍSSIMO, Antônio Augusto. Porque fomos a Medellín e Bogotá. *A beira do urbanismo*, 12 mar. 2012. Disponível em: <<http://abeiradourbanismo.blogspot.com.br/2012/03/porque-fomos-medellin-e-bogota.html>>. Acesso em: set. 2012.

VITOR Lippi. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PARQUES TECNOLÓGICOS E INCUBADORAS DE EMPRESAS, 21., Porto Alegre, 2012. *A nova competitividade dos territórios...* Porto Alegre: PUC RS, 2012. Disponível em: <<http://www.seminarionacional.com.br/vitor.html>>. Acesso em: 2012.

VITOR Lippi oficializa criação do Nuplan. *Agência Sorocaba de notícias*, Sorocaba, 29 maio 2012. Disponível em: <<http://agencia.prefeiturasorocaba.com.br/noticia/22659/>>. Acesso em: set. 2012.